

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO**

**ROBERTO SANTIAGO DA SILVA**

**PRINCÍPIOS DA ONU PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL:  
ESTUDO DE CASO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR  
BRASILEIRAS**

**São Caetano do Sul  
2015**



**ROBERTO SANTIAGO DA SILVA**

**PRINCÍPIOS DA ONU PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL:  
ESTUDO DE CASO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR  
BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre (a) em Administração.

Área de concentração: Gestão e Regionalidade.

Orientador: Prof. Dr. Milton Carlos Farina

**São Caetano do Sul  
2015**

## Ficha Catalográfica

S583p

Silva, Roberto Santiago da

Princípios da ONU para a educação ambiental: estudo de caso nas instituições de ensino superior brasileiras / Roberto Santiago da Silva. -- São Caetano do Sul: USCS-Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2015.

147 p.

Orientador: Prof. Dr. Milton Carlos Farina

Dissertação (mestrado) - USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2015.

1. Desenvolvimento Ambiental Sustentável. 2. Gestão na Educação Sustentável. 3. Princípios para o Ensino Sustentável. 4. Iniciativa PRME das Nações Unidas. I. Farina, Milton Carlos II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

**Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul  
Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi**

**Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa  
Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maria do Carmo Romeiro**

**Gestor do Programa de Pós-graduação em Administração  
Prof. Dr. Marco Antonio Pinheiro da Silveira**



Dissertação deferida e Aprovada em 30 de setembro de 2015 pela  
Banca examinadora constituída pelos professores:

**Prof. Dr. Milton Carlos Farina** (orientador)

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Raquel da Silva Pereira**

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

---

**Prof. Dr. Alessandro Marco Rosini**

Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU

---



## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu pai (*in memoriam*) que sempre me ensinou a ser responsável, dedicado, e ir até o fim em todas as coisas que tiver que fazer. E a minha mãe, que me educou sabiamente a enfrentar as barreiras da vida, e continua dando exemplo de vida, animada e bem humorada, com mais de 80 anos ainda separa os lixos recicláveis na intenção de colaborar com o planeta e com as pessoas.

E a todos que, de alguma maneira preservam o meio ambiente ajudando as futuras gerações.



## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, que durante toda a minha vida, e principalmente na carreira acadêmica, me proveu saúde e fé, para chegar até aqui.

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e sobrinhas que sempre acreditaram e me apoiaram em minhas escolhas.

A minha família, as filhas Carolina e Gabriela, a Mary ex-esposa, e agora também a minha netinha Clara, que torcem e vibram com cada conquista minha como se fosse delas próprias.

Ao prof. Ângelo Palmisano e a prof<sup>a</sup>. Raquel da Silva Pereira que foram os que, me deram o primeiro empurrão como um filho, afirmando que eu poderia ser professor e chegar até aqui, só acreditando na minha capacidade e indo em frente.

Ao meu orientador, prof. Dr. Milton Carlos Farina, que durante todo este trabalho, com as suas habilidades e competência, me ajudando a trilhar o caminho da pesquisa, me orientando com maestria para atingirmos os objetivos, além de contribuir com o ensino e a educação sustentável do meio ambiente.

Às instituições de ensino e seus representantes: o prof.Dr. Armando Dal Colletto, prof<sup>a</sup>. Dr. Mônica Desiderio, a prof<sup>a</sup>.Dra. Adriana Cristina Ferreira Caldana, Julio César Borges, Fernanda Cassab Carreira, Graziela, o prof. Dr. Leandro José Morilhas, Daniele Hoffmann, o prof. Dr. Norman de Paula Arruda Filho, Gabriella Pita que responderam as questões desta pesquisa.

À USCS, à coordenação do PPGA, aos professores do *stricto sensu*, à secretaria, à biblioteca e também, a todos os discentes que, direta ou indiretamente me ajudaram durante todo o tempo que convivi fazendo o mestrado.

Aos meus amigos, que sempre estão presentes acreditando e me motivando em minhas conquistas.



## **EPÍGRAFE**

“Não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez”.

Jean Cocteau



## RESUMO

A necessidade de gerar mais conhecimento, habilidade e competência aos futuros profissionais de cursos superiores implantando a Educação Ambiental Sustentável em todos os níveis de formação. Então, há alguns contextos que se faz necessário incluir; a preocupação com as consequências do uso desregrado dos recursos naturais; os reflexos sobre os impactos ambientais que resultam no declínio da qualidade do ambiente; as ações internacionais suscitadas por acidentes ambientais de grande abrangência, que estabeleceram novos paradigmas para o desenvolvimento ambiental sustentável. Neste sentido, diversas instituições de ensino superiores internacionais e nacionais têm pautado suas atividades em conteúdos e atividades relacionadas ao tema sustentabilidade ambiental promovendo aos seus estudantes competências neste assunto, nas diversas áreas de formação. Assim, este trabalho teve como objetivo contribuir com a identificação e descrição dos processos de adoção e como as ações realizadas para a implementação dos princípios PRME (*Principles for Responsible Management for Education*) da ONU, na gestão, no ensino e na formação dos estudantes nas instituições signatárias brasileiras. A metodologia adotada nesta pesquisa é teórica e empírica com o método de estudo de caso em cinco instituições de ensino brasileiras signatárias, que representam metade dos relatórios publicados. Os resultados analisados identificam o envolvimento dos diretores e coordenadores que apresentam algumas ações e implementações realizadas e alinhadas ao desenvolvimento ambiental sustentável. Contribuem para a formação de profissionais comprometidos com os paradigmas do desenvolvimento sustentável e com a formação da rede brasileira dedicada aos princípios PRME. Este trabalho demonstra para qualquer instituição de ensino, que podem e devem ser signatárias, mesmo que os princípios PRME ainda não sejam totalmente livres de falhas e precisem melhorar. O fato é que seguir o caminho do desenvolvimento sustentável, que ajudará o meio ambiente, agora, e nas futuras gerações.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Ambiental Sustentável. Gestão na Educação Sustentável. Princípios para o ensino sustentável. Iniciativa PRME das Nações Unidas.



## **ABSTRACT**

*Based The need for generating more knowledge, skills and competences for the new higher education professionals is to implement Sustainable Environmental Education at all educational levels. There are some contexts, which it is necessary to include; the concern about the consequences of rampant use of natural resources; the consequences on the environmental impacts that result in the decline of the environment quality; international actions raised by environmental accidents of great scope, which set new paradigms for sustainable environmental development. In this regard, several international and national higher education institutions have guided its activities in contents and activities related to the theme sustainability, promoting its students skills in this matter in different educational areas. This study aimed to contribute to the identification and description of this starting process as well as the actions taken to implement the PRME principles (Principles for Responsible Management for Education) of the UN, in the management and education of students in Brazilian signatory institutions. This study presents a case study, based on a theoretical and empirical methodology. It took place in five Brazilian signatory educational institutions, which represent half of the published reports. The results analyzed identify the involvement of the directors and coordinators who have some actions and implementations carried out and in line with sustainable environmental development. Contribute to the education of professionals committed to the paradigm of sustainable development and to the formation of the Brazilian network dedicated to PRME principles. This work demonstrates that any educational institution can and should be signatory, even considering the PRME principles are not completely free of fail and need improvement. Following the path of sustainable development, will help the environment now and in future generations.*

**Keywords:** *Environmental Sustainable Development. Sustainable Management in Education. Principles for Sustainable Education. UN PRME Initiative.*



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Conceitos significados e interpretações de DS – 2011. ....	37
<b>Figura 2</b> - Dimensões da sustentabilidade organizacional. ....	43
<b>Figura 3</b> – Dimensões da competência. ....	49
<b>Figura 4</b> – Temas centrais da responsabilidade social. ....	53
<b>Figura 5</b> - Visão sistêmica da educação ambiental – 2007. ....	58
<b>Figura 6</b> – Papel da IES na sociedade relativo ao DS. ....	61
<b>Figura 7</b> – Pretensão da educação ambiental - 2004. ....	66
<b>Figura 8</b> – PRME foco central nas discussões Rio+20 – 2012. ....	75
<b>Figura 9</b> - Publicação na <i>web site</i> da USP – 2013. ....	90
<b>Figura 10</b> - BS-SP - Publicação de associações realizadas – 2015. ....	94
<b>Figura 11</b> - FEA/USP-RP – Publicação da associação na <i>web site</i> – 2015. ....	95
<b>Figura 12</b> - Publicação de associações da FGV/EAESP-SP – 2015. ....	97
<b>Figura 13</b> - Publicação de credenciamentos da FIA – 2015. ....	97
<b>Figura 14</b> – Visão sistêmica global do futuro líder. ....	98
<b>Figura 15</b> – ISAE/FGV-PR – Publicação da associação na <i>web site</i> – 2015. ....	99
<b>Figura 16</b> – Missão e destaque do CVU ( <i>University Volunteer Center</i> ) 2013. ....	101
<b>Figura 17</b> – Ambientes da infraestrutura – sala aulas, recepção e lazer – 2015. ...	104
<b>Figura 18</b> – Ambientes observados na FEA/USP-RP – 2015. ....	104
<b>Figura 19</b> – Kit fornecido pela “USP Recicla” - 2013. ....	105
<b>Figura 20</b> – Projetos publicados na FIA – 2015. ....	106
<b>Figura 21</b> – Projetos de pesquisa publicados na FEA/USP-RP – 2015. ....	107
<b>Figura 22</b> – Programas e parcerias realizados na BS-SP – 2014. ....	110
<b>Figura 23</b> – Objetivos na parceria – Grupos de Estudos Temáticos – 2014. ....	111
<b>Figura 24</b> – Parcerias e projetos sociais desenvolvidos por alunos da FIA 2013. ...	113
<b>Figura 25</b> – Planejamento estratégico SSC da ISAE/FGV-PR, 2015. ....	114
<b>Figura 26</b> – Prevenção do câncer publicado pela BS-SP – 2014. ....	115



## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Opinião de consumidores em porcentagem, sobre empresas que praticam a responsabilidade ambiental em 15 países - 2007. ....54
- Gráfico 2** - Contribuição percentual de cada IES no total de relatórios brasileiros publicados na *web site* do PRME – ONU no período 2007 a 2014. ....85
- Gráfico 3** – Quantidade de relatórios e entrevistados das IES em julho de 2015.....86
- Gráfico 4** – Representação do que foi aplicado por princípio pelas IES.....118



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Objetivo da educação ambiental - 1975. ....	34
<b>Quadro 2</b> - Indicadores para mensuração da sustentabilidade empresarial.....	46
<b>Quadro 3</b> - Competências em EDS para educadores na Europa.....	48
<b>Quadro 4</b> - Competências profissionais.....	49
<b>Quadro 5</b> – Questões para dirigentes de IES na gestão ambiental - 2008.....	62
<b>Quadro 6</b> - Os princípios do sistema de gestão ambiental – 2004. ....	67
<b>Quadro 7</b> - 26 princípios do manifesto ambiental da ONU - 1972. (continua) .....	68
<b>Quadro 8</b> - Dez princípios do Pacto Global da ONU. ....	71
<b>Quadro 9</b> - Os princípios PRME da ONU - 2007. ....	73
<b>Quadro 10</b> - Missão das IES em Portugal – 2012. ....	76
<b>Quadro 11</b> - Estrutura da análise utilizada por Godemann <i>et al.</i> - 2011.....	77
<b>Quadro 12</b> - Deveres e capacidades dos estudantes - 2011.....	78
<b>Quadro 13</b> - Questionário de Godemann <i>et al.</i> - 2011. (continua).....	78
<b>Quadro 14</b> - Instituições brasileiras de ensino que publicaram relatórios na <i>web site</i> do PRME – ONU no período 2007-2014.....	84
<b>Quadro 15</b> - Relação teórica da pesquisa com os princípios PRME. ....	88
<b>Quadro 16</b> – Resumo das respostas alinhadas por princípio. ....	117



## LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
BS	<i>Business School</i> São Paulo
CEDIR	Centro de Descartes e Reuso de Resíduos de Informática.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas Meio Ambiente e o Desenvolvimento.
DA	Diretório Acadêmico
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
DEDS	Década das Nações Unidas da Educação Desenvolvimento Sustentável.
DNA	<i>DeoxyriboNucleic Acid.</i>
DS	Desenvolvimento Sustentável.
EA	Educação Ambiental.
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EDS	Educação e Desenvolvimento Sustentável.
ES	Educação para Sustentabilidade Ambiental.
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing.
FDC	Fundação Dom Cabral.
FEA	Faculdade de Economia e Administração.
FGV	Fundação Getulio Vargas.
FIA	Fundação Instituto de Administração.
IES	Instituição de Ensino Superior.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
ISAE	Instituto Superior de Administração e Economia.
ISO	<i>International Organization for Standardization.</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases.
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PIEA	Programa Internacional da Educação Ambiental.
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental.
PERS	Política Estadual de Resíduos Sólidos.
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRME	<i>Principles for Responsible Management Education.</i>
RSO	Responsabilidade Social das Organizações.
SESI	Serviço Social da Indústria.
SGA	Sistema de Gestão Ambiental.
SGA	Superintendência e Gestão Ambiental.
SINAES	Sistema Nacional da Educação Superior.
SIP	<i>Sharing Information on Progress.</i>
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente.
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação.
TI	Tecnologia da Informação.
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação.
UN	<i>United Nations.</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.</i>
USP	Universidade de São Paulo.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>28</b>
1.1	Origem do Estudo.....	30
1.2	Pergunta problema .....	30
1.3	Objetivo geral.....	30
1.3.1	Objetivos específicos .....	30
1.4	Justificativa do estudo .....	31
1.5	Vinculação à Linha de Pesquisa.....	32
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL CONCEITUAL .....</b>	<b>33</b>
2.1	Desenvolvimento Ambiental Sustentável.....	33
2.2	Responsabilidade Social das Organizações. ....	44
2.3	Educação para sustentabilidade ambiental - Instituições de Ensino Superior.....	55
2.4	Princípios para a Educação Responsável em Gestão.....	67
2.5	Redes Interorganizacionais. ....	80
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>83</b>
3.1	Coleta de Dados.....	86
3.2	Entrevistas.....	87
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>	<b>89</b>
4.1	Primeiro princípio PRME – Propósito - Implementação .....	94
4.2	Segundo princípio do PRME – Valores - Implementação.....	99
4.3	Terceiro princípio do PRME – Método - Implementação .....	103
4.4	Quarto princípio do PRME – Pesquisa - Implementação.....	106
4.5	Quinto princípio do PRME – Parceria - Implementação .....	109
4.6	Sexto princípio do PRME – Diálogo - Implementação .....	114
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>120</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>124</b>
	<b>APÊNDICE A – Questionário da entrevista sobre a implemetação dos princípios PRME da ONU nas IES brasileiras.....</b>	<b>133</b>
	<b>ANEXO A – CARTILHA DO PRME NO BRASIL – 2015.....</b>	<b>135</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a qualidade ambiental vem sendo incrementada de forma mais incisiva após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO'92 (ocorrida em junho de 1992, no Rio de Janeiro), reunindo mais de 100 chefes de Estado que buscavam meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. Deste evento, o documento máster – a Agenda 21 – refere-se a um programa de ação que viabiliza o novo padrão de desenvolvimento socioambiental racional, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Como decorrência das propostas da Agenda 21, considerando o cenário nacional e internacional, nota-se que as empresas necessitam atender a requisitos normativos e legais de responsabilidade socioambiental. Com isso, os profissionais que atuam na área de gestão empresarial, principalmente aqueles que estão em contato direto com Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), precisam estar capacitados para atender a essas demandas empresariais.

Discussões e ações internacionais movidas por acidentes ambientais entre outras demandas, Dias e Tostes (2007) mostram um exemplo de lista de problemas dos principais indicadores que podem ser: Devastação das matas, contaminação da água, contaminação de costas e mares, sobre exploração de mantos aquíferos, erosão de solos, desertificação, perda da diversidade agrícola, destruição da camada de ozônio, aquecimento global do planeta.

Assim, surge um novo paradigma para o Desenvolvimento Sustentável (DS), visando não comprometer as necessidades das futuras gerações e atender de forma responsável, as necessidades da população planetária atual (BRUNDTLAND, 1987).

Portanto, nos movimentos internacionais, em 2005, a ONU Organização das Nações Unidas implementou a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), tendo como objetivo global: “integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da aprendizagem com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável mais justa para todos” (UNESCO, 2005 p.16).

No âmbito nacional, as Instituições de Ensino Superior quando formulam os currículos dos cursos devem estar envolvidas com a responsabilidade sustentável das organizações (BRASIL, 2002).

Já no âmbito internacional surgiram normas para capacitar e certificar instituições de ensino utilizando os princípios para a educação responsável em gestão (*Principles for Responsible Management Education - PRME*) estabelecido pela ONU os quais devem ser aplicados na gestão, no ensino e na formação dos futuros profissionais.

Szmuszkowicz (2012) fez um estudo para verificar qual o grau de conhecimento sobre desenvolvimento sustentável havia sido adquirido no final de um curso superior na região metropolitana de São Paulo. O estudo analisou três dimensões, sendo elas sustentabilidade, empreendedorismo e tomada de decisão. Ao final da pesquisa verificou-se o nível de compreensão nestes assuntos. O resultado mostrou que, esses alunos possuíam baixo nível de compreensão sobre sustentabilidade econômica, social e ambiental, mesmo em contextos que envolviam ações para o desenvolvimento sustentável.

Considerando estas preocupações e discussões, a base da fundamentação teórica deste trabalho está dividida em cinco subseções: o desenvolvimento ambiental sustentável, com os conceitos de desenvolvimento e o meio ambiente sustentável; a responsabilidade social das organizações e o envolvimento social das mesmas; a educação para sustentabilidade ambiental nas instituições de ensino superior, com a educação ambiental e sustentabilidade no ensino, pesquisa e extensão; os princípios para a educação responsável na gestão da instituição como diretrizes, com os princípios universais da ONU para o ensino da sustentabilidade socioambiental; e sobre as redes interorganizacionais, os relacionamentos gerados entre as instituições de ensino superior, signatárias da ONU que implementam a sustentabilidade ambiental.

Desta forma, com o objetivo de contribuir com instituições de ensino superior (IES) que queiram se envolver com ações para o desenvolvimento sustentável (DS) apresenta-se neste trabalho, o que, e como algumas IES brasileiras, associadas às práticas para o DS, conseguiram implementar alguns princípios estabelecidos pela ONU.

A seguir apresenta-se o que motivou a fazer o mestrado e a problemática que foi respondida com este trabalho.

### **1.1 Origem do Estudo**

Atuação na área de tecnologia da informação e na gestão de redes de empresas há mais de 10 anos, percebe-se nas ações que os profissionais de vários níveis de educação e capacitação profissional, não demonstram quase nenhuma ação automática em agir a favor da sustentabilidade ambiental nos cargos que ocupam. Apenas quando há uma solicitação ou determinação de superiores dentro das empresas, para então, fazerem algo relacionado à preservação do meio ambiente.

Será que esses profissionais não receberam nenhuma orientação na sua formação? Por que não agem por iniciativa própria, automaticamente, nas ações e nas tomadas de decisões para contribuir com a preservação do meio ambiente com sustentabilidade? Onde estudaram foi ensinado alguma conteúdo ou conceito que pudesse fazer esses profissionais agirem diferente? Por que não agem com mais interesse em relação ao nosso futuro comum?

Essas e outras questões surgiram e fizeram com que, nesta pesquisa na pós-graduação resulta-se neste projeto para investigar tais indagações. A seguir é apresentada a problemática que originou esta proposta.

### **1.2 Pergunta problema**

Como as instituições de ensino superior brasileiras, signatárias dos princípios PRME da ONU têm aplicado estes princípios no ensino responsável, na gestão e formação dos seus alunos?

### **1.3 Objetivo geral**

O objetivo geral desta pesquisa é:

Identificar e descrever as ações realizadas pela implementação dos princípios PRME na rede de instituições de ensino signatárias da ONU, na gestão, no ensino e na formação superior dos profissionais, nas instituições brasileiras.

#### **1.3.1 Objetivos específicos**

Foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- a) Descrever as ações realizadas pelas instituições de ensino signatárias na sua gestão como instituição.

- b) Descrever como as instituições de ensino signatárias implementaram os princípios PRME da ONU na formação dos alunos.
- c) Identificar como a ONU tem conduzido o processo de adoção dos princípios de desenvolvimento sustentável pelas instituições de ensino superior signatárias.
- d) Identificar como ocorrem os relacionamentos na troca de informações, e a formação da rede, entre as Instituições de Ensino Superior brasileiras signatárias do PRME da ONU que implementaram os princípios de sustentabilidade ambiental.

#### **1.4 Justificativa do estudo**

O meio ambiente está cada vez mais poluído e contaminado. As ações da sociedade e das organizações refletem mais e mais problemas para o ambiente e para a sociedade. Os profissionais, as organizações, e os governos precisam ter competência para agir espontaneamente com habilidades e atitudes sustentáveis.

Neste trabalho pesquisa-se, a respeito do desenvolvimento ambiental sustentável, a responsabilidade social das instituições de ensino na educação e formação sustentável, a educação ambiental e sustentável, verificando se os profissionais formados na instituição são preparados e capacitados para isso.

A fundamentação teórica destes itens e também dos princípios propostos pela ONU, devem direcionar as ações das instituições de ensino a implementarem o desenvolvimento sustentável por intermédio da educação profissional.

Assim, verifica-se o que, e como as instituições de ensino brasileiras comprometidas e signatárias da ONU, fizeram para implementar os princípios PRME e, dessa forma, analisa-se os aspectos dessa implementação.

A indicação desses aspectos pode motivar outras instituições de ensino superior a aderirem à essas práticas que, devem servir de exemplo de valores e atitudes a serem transmitidas aos alunos, aumentando a rede de instituições de ensino comprometidas com a sustentabilidade ambiental. A capacitação e competência profissional são necessárias para encontrar caminhos melhores, reduzindo assim, danos ao meio ambiente, o nosso maior patrimônio, de forma que se possa trazer a tona uma nova consciência de cuidado com o meio ambiente, para que proporcione uma vida melhor agora e no futuro para todos.

Este trabalho contém, além da contextualização, o referencial teórico mostrando o cenário de diversas discussões envolvendo as preocupações mundiais com os itens: desenvolvimento ambiental sustentável; a responsabilidade social das organizações; a educação para sustentabilidade ambiental nas Instituições de Ensino Superior, as quais são responsáveis pela formação de profissionais; os princípios, leis e normas relacionadas ao ensino responsável; e a rede de relacionamento interorganizacional na associação da ONU, com instituições de ensino signatárias que aplicam os princípios para educação responsável na gestão – PRME (*Principles for Responsible Management Education*). Neste cenário analisa-se os relatórios publicados pelas IES, seguindo o quadro teórico desta pesquisa.

### **1.5 Vinculação à Linha de Pesquisa**

Este trabalho enquadra-se na linha de pesquisa Redes de Negócios por ser um estudo que abrange uma rede de instituições signatárias, envolvidas com ensino como associações parceiras, que atuam com a implementação e uso dos princípios PRME da ONU, e compartilham por intermédio dos relatórios SIP. Analisando a forma de relacionamento interorganizacional na gestão e na aplicação dos princípios PRME comuns para as Instituições de Ensino Superior da mesma rede signatária. A proposta é identificar o uso dos princípios e conceitos de sustentabilidade ambiental com responsabilidade social nos cursos, no currículo oferecido pelas Instituições de Ensino Superior e as práticas na gestão do campus, e o envolvimento com a comunidade, e a troca de informações na implementação dos princípios no cumprimento e ensino do desenvolvimento ambiental sustentável.

## 2 REFERENCIAL CONCEITUAL

O procedimento de pesquisa para o conhecimento científico segundo Lima e Mito (2007) é a busca e a compreensão de soluções para o problema apresentado, utilizando os conceitos expostos no referencial conceitual, os quais são relacionados com os dados pesquisados.

A base teórica do trabalho está dividida em cinco subseções:

- Desenvolvimento Ambiental Sustentável, com o 1º princípio PRME, o propósito.
- Responsabilidade Social das Organizações, com o 2º princípio PRME, os valores.
- Educação para Sustentabilidade Ambiental nas Instituições de Ensino Superior, com o 3º princípio PRME, o método.
- Princípios para a Educação Responsável na Gestão, com o 4º princípio PRME, a pesquisa.
- Redes Interorganizacionais, com o 5º e 6º princípios PRME, a parceria e o diálogo.

Ante ao exposto, inicia-se o estudo acerca do desenvolvimento ambiental sustentável abordando fatos e ações internacionais que geraram o pensamento e as práticas para a sustentabilidade ambiental.

### 2.1 Desenvolvimento Ambiental Sustentável

Desde a década de 1920, segundo Pereira (2013), a preocupação com a qualidade ambiental foi incentivada quando surgiram os tributos ambientais (*Economics of Welfare*), em que os recursos naturais são considerados bens públicos e o poluidor deve ser o pagador, isto é, deve prestar conta de suas ações. Outra preocupação foi a publicação de Rachel Carson, em 1962 mostrando que a natureza é vulnerável à intervenção humana, com o livro *Primavera Silenciosa* (*Silent Spring*). Desta forma, considerando-se que os problemas com meio ambiente poderiam continuar ocorrendo, houve uma mobilização internacional que culminou na formação do Clube de Roma, em 1968, para que pudessem ser discutidos os problemas da humanidade com relação ao meio ambiente.

Ainda segundo Pereira (2013), vários outros eventos marcaram historicamente as preocupações com a qualidade ambiental, como a Conferência

das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, que em 1972 foi fomentado pela ONU. O evento se destacou por discutir, entre outros assuntos, a utilização da tecnologia na industrialização. A preocupação com a qualidade ambiental é fundamental, mas o progresso tecnológico e sua utilização parece não ter precedentes, provocando graves consequências ao meio ambiente gerando contaminação e degradação do mesmo (BELGRADO, 1975). Com base no evento, foram publicados 26 princípios que pudessem inspirar e guiar as nações na preservação e melhoria do ambiente humano e uma declaração final representando um manifesto ambiental.

Assim, da conferência de Estocolmo criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estabelecendo resoluções como plano de trabalho. Uma delas refere-se à implantação de educação para sustentabilidade ambiental interdisciplinar. Criou-se a partir de então, o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) para fomentar o intercâmbio de experiências entre as nações. No primeiro seminário sobre educação ambiental promovido pela PIEA, em 1975, aprovou-se a Carta de Belgrado com questões pertinentes à Educação Ambiental e às relações ecológicas e humanas com a natureza. Os objetivos da Carta de Belgrado são apresentados por Barbieri e Silva (2011) (Quadro 1):

**Quadro 1 - Objetivo da educação ambiental - 1975.**

1	<b>Conscientização:</b> contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados com ele.
2	<b>Conhecimento:</b> propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades.
3	<b>Atitudes:</b> propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais.
4	<b>Habilidades:</b> proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa.
5	<b>Capacidade de avaliação:</b> estimular a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental.
6	<b>Participação:</b> contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência com relação às questões ambientais.

**Fonte:** Barbieri e Silva (2011, p. 55).

Deve-se destacar também as diretrizes básicas utilizadas na Carta de Belgrado (BELGRADO, 1975 p. 3) que são:

A Educação Ambiental deve considerar o ambiente em sua totalidade – natural e criado pelo homem, ecológico, econômico, tecnológico, social, legislativo, cultural e estético.

A Educação Ambiental deve ser um processo contínuo, permanente, tanto dentro como fora da escola.

A Educação Ambiental deve adotar um método interdisciplinar.

A Educação Ambiental deve enfatizar a participação ativa na prevenção e solução dos problemas ambientais.

A Educação Ambiental deve examinar as principais questões ambientais em uma perspectiva mundial, considerando, ao mesmo tempo, as diferenças regionais.

A Educação Ambiental deve se basear nas condições ambientais atuais e futuras.

A Educação Ambiental deve examinar todo o desenvolvimento e crescimento a partir do ponto de vista ambiental.

A Educação Ambiental deve promover o valor e a necessidade da cooperação a nível local, nacional e internacional, na solução dos problemas ambientais.

Este evento marcou a “tomada de consciência”, o início das ações internacionais com o meio ambiente. A carta de Belgrado estabelece objetivos de conscientização nos indivíduos, a compreensão das influências com o meio ambiente, de atitudes na proteção ambiental, capacidade de avaliar as providências tomadas e de contribuir com o senso de responsabilidade em questões relacionadas ao meio ambiente. A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi, em 1977 intensifica o estabelecimento da Educação Ambiental mundial (SILVA, 2014).

O estudo de Barbieri e Silva (2011) sobre desenvolvimento sustentável e a educação ambiental demonstra a importância da conscientização sobre o meio ambiente para gerar repercussão, sensibilizar as ações dos profissionais que atuarão na área de decisão, ensinando conhecimentos específicos sobre o meio ambiente, que influenciará as atitudes e valores relacionados à proteção do mesmo, assim como as habilidades individuais e a capacitação dos estudantes em todas as áreas.

Também, Pereira (2013) destaca a ocorrência de acontecimentos (alguns acidentes), depois de 1975, que fomentaram ainda mais a preocupação com a preservação ambiental e a sustentabilidade. Destacam-se três destes acontecimentos: em Seveso (Itália, 1976), uma nuvem altamente tóxica de dioxinas matou milhares de animais; em Bhopal (Índia, 1984), toneladas de gás letal (isocianato de metila) foram lançadas na atmosfera matando mais de três mil pessoas, e em Chernobyl (ex-União Soviética, 1986), quatro reatores das usinas nucleares lançaram no ar uma nuvem radioativa depois de uma explosão, contaminando uma grande área, cujos reflexos podem ser observados até os dias

atuais.

No ano de 1987, segundo Pereira (2013), ocorreram várias ações que levam ao desenvolvimento sustentável como; o Princípio da Atuação Responsável (*Responsible Care*) no Canadá, que promove a iniciativa voluntária no manuseio seguro nas indústrias químicas (*Safety, Health and Environment - SHE*); o Protocolo de Montreal firmado para banir os clorofluorcarbonos (hidrocarbonetos clorados e fluorados) ou os CFCs, que afetam a camada de ozônio; e o Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), documento publicado após a Convenção Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, CNUMAD, que divulgou os resultados e definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como o dever em suprir às necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades de novas gerações suprirem as mesmas no futuro (BRUNDTLAND, 1987).

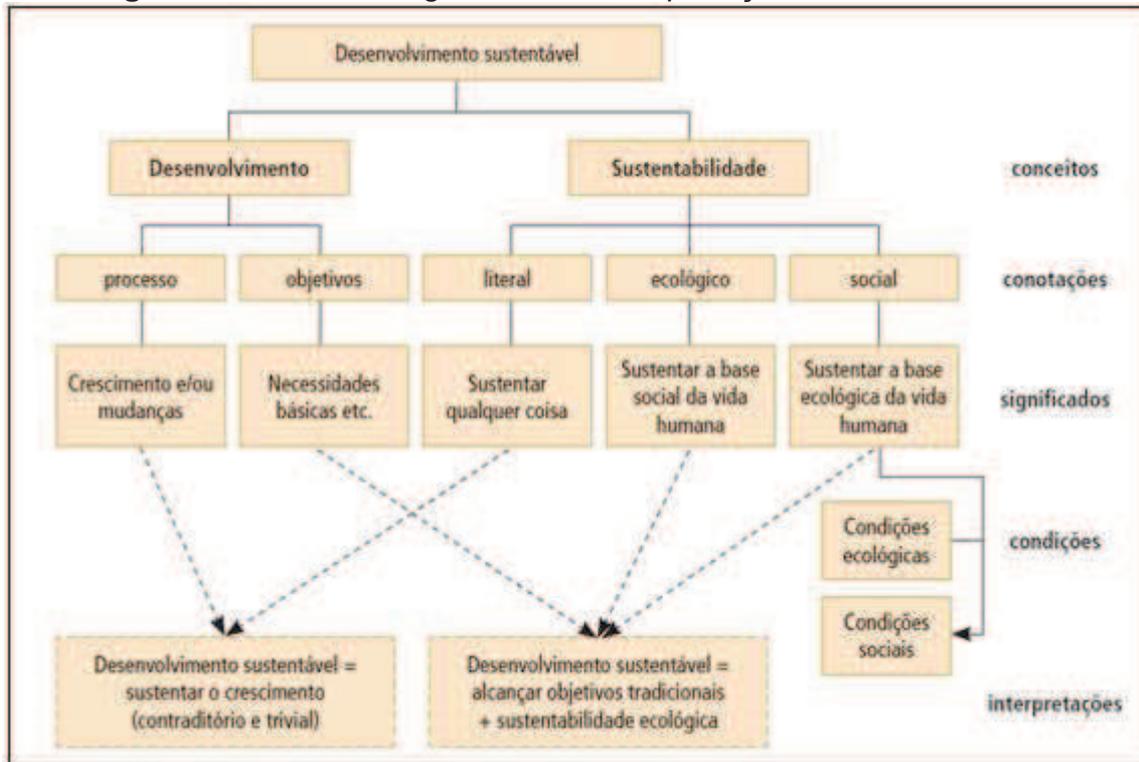
Complementando o conceito acima, no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável chamada de Rio+20, em junho de 2012, definiu que: “Desenvolvimento sustentável é o modelo que prevê a integração entre economia, sociedade e meio ambiente, em outras palavras, é a noção de que o crescimento econômico deve levar em consideração a inclusão social e a proteção ambiental” (RIO+20, 2012, p. 1).

Independentemente de ações, conferências e definições são o próprio meio ambiente com seus recursos naturais e suas limitações que tem despertado, não só nos países mas em todas as nações em desenvolvimento, uma conscientização global. Segundo Brunacci e Philippi Jr. (2014, p. 307) é o “despertar da consciência ecológica em nível global”. Os países estão “surpreendendo-se diante das limitações” ao se depararem com a perspectiva da escassez, que compromete o suprimento de necessidades básicas para o desenvolvimento ambiental sustentável.

Do ponto de vista de Barbieri e Silva (2011), a educação e a educação ambiental são instrumentos privilegiados e essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável. Desta associação surge a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Portanto, ao construírem o consenso sobre educação ambiental, empregam conceitos objetivos diretrizes e metodologias associados ao desenvolvimento sustentável, muitos deles tirados de conferências internacionais (preocupadas) referentes ao meio ambiente. Na construção do conceito de desenvolvimento sustentável, os autores utilizam uma figura para ajudar

na compreensão das definições e interpretações (Figura 1):

**Figura 1** - Conceitos significados e interpretações de DS – 2011.



Fonte: Barbieri e Silva (2011, p. 69).

Na Figura 1 são separados os termos de desenvolvimento sustentável para a obtenção de outras interpretações possíveis. São estabelecidos níveis de interpretação para as possíveis definições, que são; conceitos, conotações, significados, condições e interpretações. Dependendo da conotação, a definição pode ser interpretada de maneira diferente, gerando um significado diferente. Assim as definições que se pode obter de desenvolvimento sustentável segundo Barbieri e Silva (2011) são várias.

Contribuindo para o entendimento da Figura 1, têm-se as seguintes palavras;

- Desenvolvimento – Crescimento com qualidade de vida.
- Sustentabilidade – Característica da condição de permanecer suportando algo.
- Processo – Conjunto de atividades a serem executadas.
- Objetivos – Algo que se pretende atingir.
- Literal – Conforme a letra, rigoroso, sem contexto.
- Ecológico – Estudo das interações entre seres vivos e o meio ambiente.
- Social – Característica coletiva de seres humanos.

Na proposta de Barbieri e Silva (2011) o conceito de desenvolvimento com conotação de processo, significará a possibilidade de aumento e/ou mudanças nas atividades, e se o desenvolvimento tiver a conotação de objetivos atende apenas as necessidades básicas na definição de desenvolvimento sustentável.

Ainda outro teórico que sistematiza esses conceitos, Dias (2004) afirma que as características ambientais podem variar dependendo da região, mas o conceito de educação ambiental é sempre o mesmo, independente do lugar. Entre os vários conceitos do programa internacional de educação ambiental, da UNESCO em 1990, destacam-se os seguintes:

Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável - O desenvolvimento econômico e o bem-estar do ser humano dependem dos recursos da Terra. Os recursos da Terra são suficientes para atender às necessidades de todos os seres vivos do planeta se forem manejados de forma eficiente e sustentável. O desenvolvimento econômico e o cuidado com o meio ambiente são compatíveis, interdependentes e necessários.

Desenvolvimento Socialmente Sustentável – A chave para o desenvolvimento é a participação, a organização, a educação e o fortalecimento das pessoas. O desenvolvimento centrado nas pessoas deve ser aprimorado, não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também à cultura, história e sistemas sociais do local onde ocorre. E, não devem ser injustos (DIAS 2004, p. 226).

Segundo Dias (2004, p. 121) “Acredita-se que o desenvolvimento sustentável seja a forma mais viável de sairmos da rota da miséria, exclusão socioeconômica e degradação ambiental”.

Diante dessas interpretações de conceitos e definições, cabe destacar as críticas e objeções ao conceito de desenvolvimento sustentável que apresentam Barbieri e Silva (2011). A palavra “desenvolvimento” evoca o sinônimo “crescimento” que pode ser entendido como aumento de riqueza, ou como condição para erradicar a pobreza, gerando outros significados e discussões.

Percebe-se que a definição de desenvolvimento sustentável como paradigma gera discussões, críticas e várias interpretações, mas Fernandez (2012, p. 119) diz reconhecer os limites de paradigmas que se mostram “incompatíveis com os problemas ainda não resolvidos” propõe então, a abertura para novas alternativas de paradigmas.

O desenvolvimento sustentável sucessor do ecodesenvolvimento representa o compromisso ético e ecológico com a economia e o meio ambiente, segundo Dias e Tostes (2007), ou economia ecológica que é mais recente e propõe maior

integração entre os sistemas econômicos e o meio ambiente como “o subcompartimento da teoria econômica que refere-se a esforços colaborativos para integrar o estudo e o gerenciamento da natureza (ecologia) ao da humanidade (economia)” (ALMEIDA, 2012, p. 2).

Já sob a perspectiva teórica dos estudos realizados por Romeiro (2012, p. 65), menciona que a definição desenvolvimento sustentável surgiu como Ecodesenvolvimento, e é objeto de controvérsias. “Para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado)”.

Quanto mais se adota parâmetros de sustentabilidade ambiental e risco ambiental como o conceito Economia Verde, mais se reflete a problemática da inexistência do *trade-off* (troca de crescimento econômico e meio ambiente). Na concepção de Amaral e França (2012, p. 137) consideram que “a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste”.

No entanto, Sawyer (2011, p. 38, 43) define como Economia Verde que é considerada mais concreta, instrumental e popular e pode sensibilizar os tomadores de decisão. Quando utilizado, o desenvolvimento sustentável é mais abstrato, diplomático e governamental, com direitos humanos fundamentais e direitos universais (existentes), direitos e valores éticos, direitos das futuras gerações e deveres da geração presente, abordagem realista possível.

Jacobi (2003, p. 193) também assinala que “o conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica”. O termo que Wals (2013) ressalta é “crucial” (difícil) promover a educação para o desenvolvimento sustentável nas instituições de ensino superior mesmo sendo competências semelhantes o desenvolvimento sustentável e educação e o desenvolvimento sustentável, ambas são importantes. O fato de ter que lidar com reivindicações concorrentes, gestão de diversidade e resolução de problemas reais quando surgem, cria-se a necessidade de pensar em novas formas de aprendizagem para as constantes mudanças nas instituições de ensino superior.

É interessante destacar que a Agenda 21, estabelecida a partir da Eco'92, na CNUMAD realizada no Rio de Janeiro, em 1992, que se tornou o arcabouço síntese

dos rumos do desenvolvimento sustentável para o século XXI (BRASIL, 2013). A proposta da Agenda 21 definida por Siedenberg (2006, p. 144) “como um programa de ação que prescreve compromissos de mudança com o desenvolvimento”, apresenta desafios nacionais, regionais e locais que implicam na adoção de novos paradigmas da sustentabilidade. Pautadas nos preceitos da Agenda 21, discussões surgiram para que países pudessem adotar esta forma de ação de desenvolvimento sustentável.

Iniciativas internacionais acontecem, como a implementação da proposta da Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 2002, mostra que uma ideia simples pode chegar a implicações complexas e abrangentes como, a década da educação das nações unidas para o desenvolvimento sustentável (DEDS), que teve seu início em 2005 e foi até 2014, sempre guiada pela UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*). Este evento ressaltou que “o objetivo global da década foi o de integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da aprendizagem, com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos” (UNESCO, 2005, p.16). Entende-se que o objetivo deste evento é estimular mudanças de atitudes nas instituições implementando sustentabilidade ambiental no ensino.

Nota-se como contribuição da UNESCO nessa integração de valores sustentáveis que possui um caráter transversal, envolvendo os setores de: ciências naturais, ciências sociais e humanas, culturais, informação e comunicação. Os aspectos da aprendizagem devem ter valores sustentáveis e justos para todos. Esta integração global baseia-se em cinco objetivos que são:

- a) Valorizar o papel fundamental que a educação e a aprendizagem desempenham na busca comum do desenvolvimento sustentável;
- b) Facilitar os contatos, a criação de redes, o intercâmbio e a interação entre as partes envolvidas no programa Educação para Desenvolvimento Sustentável;
- c) Fornecer o espaço e as oportunidades para aperfeiçoar e promover o conceito de desenvolvimento sustentável e a transição a ele – por meio de todas as formas de aprendizagem e de sensibilização dos cidadãos;
- d) Fomentar a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável;
- e) Desenvolver estratégias em todos os níveis, visando fortalecer a capacidade no que se refere à Educação para Desenvolvimento Sustentável (UNESCO, 2005 p.16)

Pode-se notar que esses objetivos consideraram como base as três principais áreas: a sociedade, o meio ambiente e a economia (UNESCO, 2005).

Em 2011, na Alemanha, segundo Müller-Christ *et al.* (2014), uma série de eventos e mesas-redondas, entre 14 representantes de universidades de 8 países, (*United Kingdom, Ecuador, Czech Republic, Denmark, Germany, Australia, Malaysia, Netherlands*) discutiram as ações da UNESCO que estavam sendo implementadas e quais os efeitos que estas ações teriam. O destaque ficou para:

- O campus – local onde a instituição tem suas instalações para prestar os serviços, local utilizado para o ensino, as salas de aula e laboratórios.
- O currículo – conteúdo planejado dos objetivos educacionais, o conteúdo institucional dos cursos, os materiais, os processos de avaliação planejada dos alunos das Instituições de Ensino Superior.
- A comunidade – local externo, fora das instalações das Instituições de Ensino Superior. As organizações sociais que compartilham a mesma região, onde vivem os estudantes e todos que estiverem envolvidos no desenvolvimento sustentável próximos do mesmo local.

A mesa-redonda que abordou o papel do campus, segundo Müller-Christ *et al.* (2014, p. 3) utilizou as seguintes questões que nortearam a discussão:

Qual é o ponto da situação atual?  
Quais são os benefícios e os custos, no aumento das relações de aprendizagem do campus?  
Que métodos inovadores estão sendo analisados?  
Que ideias inovadoras poderiam ser analisadas com esforço para vincular a vida no campus com a educação para a sustentabilidade?  
Quem são os envolvidos?  
Onde estão as oportunidades e barreiras?

A partir daí, questiona-se como o campus poderia ser mais bem utilizado criando um ambiente agradável. Constatou-se que para aumentar a qualidade do ensino para a sustentabilidade ambiental é preciso, antes, analisar a situação atual dos recursos, os benefícios, e, com ideias inovadoras envolver o campus neste caminho, assumindo o compromisso de ecologização (introduzir a dimensão ecológica) ao campus (MÜLLER-CHRIST *et al.* 2014).

Ademais, segundo Müller-Christ *et al.* (2014) o campus é um recurso físico, com salas, locais, espaços usados para a aprendizagem e esses recursos podem influenciar na aprendizagem. Após a compreensão do conceito, deve-se envolver os

colaboradores responsáveis pela administração, estabelecer comunicação com os *stakeholders*, (estudantes, docentes, gestores), envolvendo todos em ações diretas sobre a educação sustentável ambiental. Estes autores afirmam que, a teoria precede a prática, com isso, as ações das instituições de ensino pelo desenvolvimento sustentável devem se tornar exemplos em suas comunidades.

Como resultado das discussões sobre o campus foram apresentados os seguinte pontos segundo Müller-Christ *et al.* (2014, p. 3);

- Ressaltar o conceito-chave do bem-estar.
- Envolver todos os membros da universidade, especialmente a administração.
- Fazer a comunicação chave.
- Ligar a responsabilidade da universidade com a sustentabilidade ambiental do campus.
- Estimular o potencial de inovações.
- Pensar além dos limites físicos da universidade para fornecer os modelos transferíveis para a comunidade envolvida.

A mesa-redonda que discutiu sobre o currículo das Instituições de Ensino Superior segundo Müller-Christ *et al.* (2014, p. 4) utilizaram as seguintes questões que nortearam a discussão:

- Como são os processos na tomada de decisão para mudar o currículo estruturado nas diferentes instituições?
- Quais são as principais opções para influenciar esses processos de tomada de decisão?
- Qual é o caminho mais rápido para oferecer ensino superior para o desenvolvimento sustentável a todos os estudantes de uma universidade particular – por integração ou por adição?

As discussões mostram seis maneiras para a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, segundo Müller-Christ *et al.* (2014, p. 4) que são:

- Começar com cursos adicionais como caminho mais rápido;
- Ganhar apoio de pessoas de mente aberta na instituição;
- Janelas de oportunidade para a IES se reestruturar com a mudança e ser bem sucedida;
- Pressão externa em sustentabilidade ambiental pode ajudar nas mudanças;
- Controladores internos, membros da IES como condutores internos para disseminação;
- Incentivos para o desenvolvimento profissional dos docentes que podem ser preparados e estarem aptos a atuar na concepção do currículo educacional sustentável.

Na mesa-redonda que discutiu sobre a comunidade e o papel de impacto das Instituições de Ensino Superior inseridas no desafio de perspectivas futuras, foram identificados os pontos-chaves segundo Müller-Christ *et al.* (2014, p. 5) que são: “tornar-se universidade em pontos de encontro; envolver os alunos com o mundo real; desenvolver critérios de qualidade e melhorias para garantia de qualidade”.

Percebe-se ações práticas das instituições de ensino superior, que existe a necessidade do envolvimento com o papel fundamental de educar direcionado para a sustentabilidade ambiental, mantendo as portas abertas nas interações com a comunidade, envolvendo os estudantes com esta realidade nas práticas de desenvolvimento sustentável junto à comunidade (MÜLLER-CHRIST *et al.* 2014).

No entanto, nas últimas décadas, os pensamentos e as preocupações com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, e a necessidade da IES têm sido, na maioria das vezes, relacionado ao meio ambiente. Segundo Stenzel (2010), atualmente o foco é o *Triple Bottom Line* – (3BL), que formam as três linhas básicas para o desenvolvimento sustentável que são; o ambiental; o social e o econômico. Ao longo do tempo essas três bases têm gerado impacto e consequências, uma para as outras. Assim, não se pode apenas examinar os efeitos da educação para sustentabilidade ambiental nas instituições de ensino, sem incluir a comunidade (o social). Cabe também destacar que deve-se examinar os efeitos das atividades de negócios no 3BL. Além disso, as empresas e instituições de ensino que praticam a sustentabilidade ambiental mostram-se mais viáveis.

Carvalho (2011) aponta que além das três dimensões do 3BL, o desenvolvimento social (pessoas), o desenvolvimento econômico (lucro) e a preservação ambiental (planeta), outros fatores também podem contribuir na promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, representando a seguir (Figura 2):

**Figura 2** - Dimensões da sustentabilidade organizacional.



Fonte: Carvalho (2011, p.15).

As interconexões segundo Carvalho (2011) geram:

- Equidade; existência de regras que utilizam justiça e igualdade em situações concretas.
- Ecoeficiência; junção de produzir mais bens e serviços de qualidade com menos danos ao meio ambiente.
- Habitabilidade; qualidade ou capacidade, grau de competência das pessoas em proteger o planeta e torná-lo habitável.

A sobreposição das dimensões econômica, social e ambiental gera o desenvolvimento sustentável. Outras dimensões podem ser mencionadas, como por exemplo, Pereira (2013) apresenta as dimensões dinâmicas; ambiental, econômica, social, cultural, política e espacial. O fato é que todas elas promovem a construção da sustentabilidade.

Ante ao exposto, cabe focalizar as organizações e instituições que tem atividades relacionadas ao 3BL. Stenzel (2010) examina os efeitos das atividades das organizações envolvidas com: a economia, o social e o ambiental. Estas organizações têm responsabilidade com práticas e ações sustentáveis, uma vez que geram problemas ao meio ambiente e, dessa forma, devem e podem promover soluções para atingirem o desenvolvimento sustentável para todos. Assim, no tópico seguinte a abordagem é sobre a responsabilidade das organizações com o desenvolvimento sustentável.

## **2.2 Responsabilidade Social das Organizações.**

Inicialmente, Siedenbergl (2006, p.144) define responsabilidade social empresarial como um “estágio avançado da cidadania corporativa, iniciando com a prática de ações filantrópicas. Uma relação de longo prazo com a comunidade, funcionários e demais interessados”. A relação de cidadania e ações com a sociedade destaca e complementa o que as organizações precisam fazer para iniciar o caminho da sustentabilidade.

Além disso, outros autores abordam o tema como: Aligleri, Aligleri e Kruglianskas, (2009, p.88) “maior consciência dos impactos da atividade econômica sobre o meio ambiente induz a indústria a encarar a preocupação ambiental como um dos fatores preponderantes para a sua competitividade e longevidade”.

Também Melo (2014, p. 4) menciona que “toda e qualquer ação que possa

contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade” está se referindo à responsabilidade social de uma organização. Com relação à gestão socioambiental, a responsabilidade e a sustentabilidade do negócio, Aligleri, Aligreli e Kruglianskas (2009) mostram que, a reputação organizacional se torna preponderante para a sociedade, e as transformações ambientais orientam as estratégias organizacionais.

Está mais evidente indicarem para a sustentabilidade, o crescimento e a transparência nos negócios. Os autores afirmam que a discussão do conceito forma o equilíbrio social e funcional na responsabilidade da empresa com “estratégias de gestão e postura socialmente correta, ambientalmente sustentável e economicamente viável” Aligleri, Aligreli e Kruglianskas (2009, p. 3).

Garcia *et al* (2008, p. 81) argumentam que “conceitos de ética e de responsabilidade social vinculam-se ao reconhecimento da sociedade por refletir diretamente nos seus interesses”, logo as práticas socioambientais das organizações garantem o apoio da sociedade e “a preocupação do consumidor com as práticas de responsabilidade social empresarial influencia positivamente as atitudes das organizações”, promovendo influência direta e atrativa da organização.

Já Pereira (2003, p. 48) entende que responsabilidade social é o “esforço da empresa em coibir ações que venham a prejudicar socialmente ou ambientalmente a comunidade externa e interna”. Com ações relevantes capazes de influenciar empresas. Criando “métodos, planos e incentivos para o bem estar da comunidade na qual está inserida e da sociedade em geral”.

Referindo-se ao desenvolvimento sustentável com o foco nas organizações, Silva e Karkotli (2013) afirmam ser um assunto amplo, importante e recente na gestão das organizações, e, como existem diversas interpretações, mostram duas visões conceituais: a clássica que tem como única responsabilidade a maximização do lucro e a socioeconômica, que se refere é mais ampla e com abordagem além dos lucros, preocupando-se com o bem estar dos empregados e da sociedade.

Desta forma, Silva e Karkotli (2013, p. 134) definem desenvolvimento sustentável como sendo “obtenção de lucros, obtenção legal, atividades caridosas, comportamento ético, fortalecimento da imagem organizacional e exigência do mercado”.

Os autores Silva e Karkotli (2013) afirmam que é possível perceber quando

uma instituição tem compromisso com a responsabilidade social. Propondo que as Instituições de Ensino Superior incorporem na gestão, ações e práticas com fatores relacionados à responsabilidade social, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade.

O compromisso com a responsabilidade social seria uma das opções nas práticas das organizações, mas Araujo, Carvalho e Castro (2013) mostram que as práticas sustentáveis podem consolidar vantagens competitivas para as organizações que aplicam princípios sustentáveis.

Assim, afirmam que: “Uma empresa sustentável precisa ter uma postura ética, e de colaboração com a sociedade e ao meio ambiente” (ARAUJO, CARVALHO E CASTRO, 2013, p. 5). Tornar a empresa mais competitiva requer ampliar a competição internacional e globalizada. É preciso ter responsabilidades com o meio ambiente, com a qualidade de vida, além de gerarem lucros.

Os processos sustentáveis precisam ser identificados e mensurados para assim, se obter o grau de importância como vantagem competitiva. Foram criados então, indicadores (uma medida em valor numérico geralmente estatístico) de desenvolvimento sustentável nas três dimensões do *Triple Bottom Line*. Araujo, Carvalho e Castro (2013) apresentam indicadores, segundo eles, apropriados e passíveis de comparação nas três bases para a sustentabilidade (Quadro 2):

**Quadro 2** - Indicadores para mensuração da sustentabilidade empresarial.

6 Indicadores Econômicos	9 Indicadores Ambientais	7 Indicadores Sociais
• Produção;	• Consumo de energia;	• Indicadores funcionais;
• Volume total vendas;	• Emissão de gases;	• Admissões no período;
• Exportação;	• Consumo de materiais reciclados;	• Mulheres empregadas;
• Faturamento;	• Substituição de materiais;	• Índice de desligamento;
• Folha de pagamento;	• Consumo de recursos naturais;	• Salário base anual médio;
• Tributos;	• Uso do solo;	• Produtividade geral;
	• Iniciativas p/reduzir o consumo;	• Taxa de absenteísmo.
	• Benefício econômico da reciclagem;	
	• Acidentes ambientais.	

**Fonte:** Araujo, Carvalho e Castro (2013, p. 6).

Segundo esses autores é possível medir o nível de sustentabilidade empresarial e encontrar melhores formas para conseguir o desenvolvimento sustentável, utilizando-se os indicadores dos índices (quociente de variável numérico e percentual indicando a grandeza).

São listados no Quadro 2 vários indicadores, utilizados para obter os índices econômicos, ambientais e sociais. No entanto, para se conseguir um bom aproveitamento de todos estes indicadores é preciso que estejam integrados para conseguir extrair índices que demonstrem a sustentabilidade. Assim sendo Araujo, Carvalho e Castro (2013) afirmam que, empresas que utilizam esses indicadores, apresentam um índice de valorização maior que o próprio índice IBOVESPA.

Outra forma de se organizar e aplicar a responsabilidade social nas empresas é a gestão ambiental. Uma maneira de aplicar a conservação ambiental, definida como “conjunto de procedimentos para gerir e administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente”. (GUESTA e SILVA 2005, p. 5).

Portanto, disseminar as noções de desenvolvimento sustentável nas três linhas básicas: econômica, social e ambiental pode fazer com que os *stakeholders* pressionem as organizações, as quais, por sua vez, tentarão conciliar interesse econômico com os interesses ambientais (GUESTA e SILVA 2005).

Ante o exposto, as instituições de ensino superior são organizações importantes no contexto do desenvolvimento sustentável, simplesmente pelo fato de educarem e orientarem os alunos para o mercado de trabalho. Dessa forma, o uso de modelos organizacionais de responsabilidade social, que envolvem ações voltadas ao desenvolvimento sustentável deve ser aplicado nestas instituições. Por isso, Wals (2013) relata a existência de sinais de desenvolvimento com a introdução de formas de aprendizagem nas instituições de ensino, ajudando às pessoas a entenderem e se envolverem com desenvolvimento sustentável.

Nos processos de ensino das IES, as interações dos participantes diretamente envolvidos na gestão são os alunos, professores, gestores e funcionários. Assim sendo, sob as perspectivas disciplinar, cultural e socioeconômica a aprendizagem deve ser aplicada a problemas reais na universidade ou fora dela.

Complementando, Wals (2013) demonstra algumas competências aplicadas aos educadores em situações diferenciadas e a provável transformação na educação para desenvolvimento sustentável ambiental (Quadro 3):

**Quadro 3** - Competências em EDS para educadores na Europa.

*	Abordagem Holística	Previsão de mudança	Alcançar transformação
<b>Como o Educador entende...</b>	Os princípios do pensamento sistêmico.	As causas do desenvolvimento insustentável	Porque existe a necessidade de transformar os sistemas de ensino que oferecem aprendizagem.
<b>O que o Educador é capaz de...</b>	Trabalhar com diferentes perspectivas em dilemas, problemas, tensões e conflitos.	Facilitar a avaliação das potenciais consequências das diferentes decisões e ações.	Avaliar os resultados da aprendizagem em termos de mudanças e realização em relação ao DS.
<b>O Educador trabalha com outros de forma...</b>	Ativa envolve grupos diferentes por meio de gerações, culturas, lugares e disciplinas.	Incentiva noções de futuras alternativas.	Esclarece aos alunos a sua própria visão de mundo e a dos demais pelo diálogo e reconhece que existem alternativas.
<b>O Educador é alguém que...</b>	Trabalha com disciplinas diferentes, baseadas nas leis que enfocam as culturas afro-brasileiras que participam na formação da sociedade.	Está motivado a fazer contribuição positiva para outras pessoas do seu ambiente social, natural, local e global.	É um profissional crucialmente reflexivo.

Fonte: Wals (2013, pág.6).

Interessante notar que as competências dos educadores percebidas neste estudo mostram que, de acordo com o entendimento, a capacidade, em diferentes abordagens, facilita a avaliação de diferentes decisões em relação às mudanças e ações que levam ao desenvolvimento sustentável (WALS, 2013).

Ante o exposto, cabe mostrar que, competência é um conjunto de capacidades humanas (conhecimentos, habilidades e atitudes). Contudo Fleury e Fleury (2001, p.188) afirmam que “um saber agir responsável é reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades, que agregue valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”. Esta integração de conhecimentos, habilidades e atitudes podem produzir a competência, uma atuação diferenciada de um indivíduo numa posição determinada em uma empresa.

Assim sendo, para facilitar o entendimento de competência profissional, Fleury e Fleury (2001) mostram os verbos usados e as definições (Quadro 4):

**Quadro 4 - Competências profissionais.**

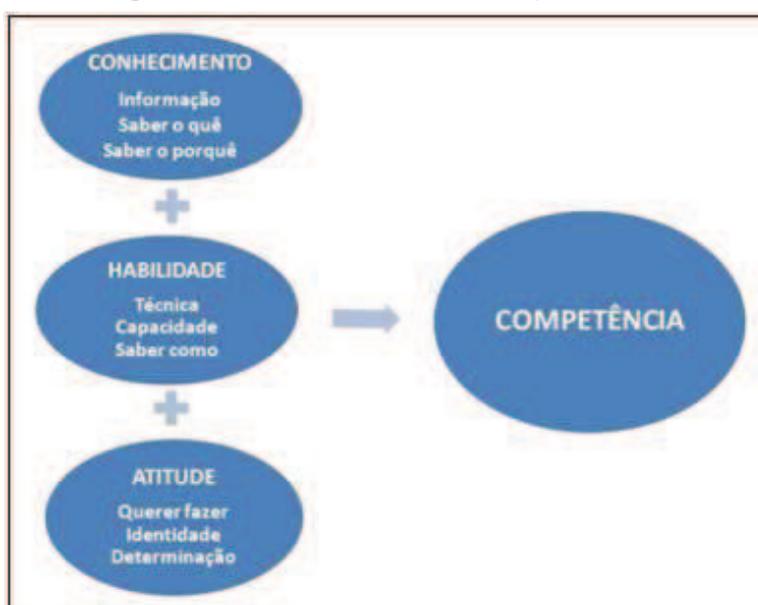
Saber agir	Saber o que e por que faz. Saber julgar, escolher, decidir.
Saber mobilizar recursos	Criar sinergia e mobilizar recursos e competências
Saber comunicar	Compreender, trabalhar, transmitir informações, conhecimentos.
Saber aprender	Trabalhar o conhecimento e a experiência, rever modelos mentais; saber desenvolver-se.
Saber engajar-se e comprometer-se.	Saber empreender, assumir riscos. Comprometer-se.
Saber assumir responsabilidades.	Ser responsável, assumindo os risco e consequências de suas ações e sendo por isso reconhecido.
Ter visão estratégica	Conhecer e entender o negócio da organização, o seu ambiente, identificando oportunidades e alternativas.

**Fonte:** Fleury e Fleury (2001, p. 188).

Os verbos usados para definir competência, mostrados nesse quadro, ampliam o entendimento de, como e o que, o profissional competente fará quando estiver ocupando alguma posição na empresa. Além disso, competência é formada por três eixos; as pessoas, a formação e a experiência. Por isso resultará em um saber agir de forma profissional, determinado e responsável (FLEURY e FLEURY, 2001).

Soares, Oliva e Zucco (2013) também mostram a construção do conceito de competência em três dimensões independentes, como as mencionadas por Fleury e Fleury (2001) de forma integrada (Figura 3):

**Figura 3 – Dimensões da competência.**



**Fonte:** Soares, Oliva e Zucco (2014, p. 195).

Conhecimento, habilidade e atitude, dimensões interdependentes da competência dos educadores mostradas por Fleury e Fleury (2001), Wals (2013), e Soares, Oliva e Zucco (2014) consolidam a compreensão do conceito de competência. Não é só saber o quê, é necessário adquirir conhecimento para saber o porquê, independente da técnica como a habilidade de saber como, complementada com a atitude individual de querer fazer (SOARES, OLIVA, ZUCCO, 2014).

- O conhecimento – conhecer ou ter a ideia de alguma coisa sobre meio ambiente.
- A habilidade – ter a capacidade e competência sobre o assunto.
- A atitude – é o procedimento, o comportamento de fazer ou não algo.
- A competência – é a consequência da soma do conhecimento, habilidade e atitude sobre o meio ambiente e a sustentabilidade ambiental.

Com relação às ações sustentáveis nas universidades em responsabilidade social, cabe destacar que o assunto tem sido mencionado em várias pesquisas, como a de Silva, Silva e Minato (2013), que apresentam um plano de ação em tecnologia da informação (TI) verde em uma IES. Os autores observam que o uso inadequado no TI pode gerar prejuízos ao meio-ambiente, devendo as instituições de ensino adotar uma nova postura na utilização, administração e aquisição de produtos relacionados à TI. Além da conscientização sobre o descarte do lixo eletrônico.

Também é importante que as empresas e organizações possam utilizar uma certificação ambiental, como por exemplo, o selo verde ou ecoetiquetas institucionais, que atestam a qualidade socioambiental, apoiando à sociedade civil, ou seja, que são amigáveis com o planeta e a vida (CDNA, 2015). Assim, como instituições educadoras, devem obter estes selos que são concedidos a empresas ecoeficientes. Complementando, Caputo (1996) define o termo ecoeficientes como: a eficiência econômica, a igualdade social e o manuseio eficiente dos recursos naturais.

Sobre outro aspecto, a ação da Universidade de São Paulo (USP), por intermédio da sua Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), satisfazendo os requisitos do desenvolvimento sustentável e seguindo as guias de sustentabilidade ambiental propostas pela ONU, implantou em 2009, o Centro de

Descarte e Reuso de Resíduos de Informática (CEDIR), que cria soluções e fomenta o desenvolvimento da indústria nacional da reciclagem, no descarte de lixo eletrônico e reuso de materiais obsoletos de informática e telecomunicações. Esta iniciativa da USP de implementar ações e práticas com foco em sustentabilidade ambiental pode ajudar a influenciar outras Instituições de Ensino Superior a fazerem o mesmo (USP/STI, 2009).

A USP-SP, uma instituição de ensino superior pública, que não está associada ao PRME, mas é objeto de estudo de discussões sobre o descarte de produtos de tecnologia da Informação, como mostra Alves (2015), sobre garantir a TI verde, contribuir com a sociedade, diminuindo o impacto ambiental por meio de descarte correto, envolvendo assim, uma rede identificada de empresas que atuam diretamente com o CEDIR-USP e a logística reversa. Desta forma cria-se a sustentabilidade empresarial, com ações nas instituições de ensino que aplicam a sustentabilidade ambiental.

Neste sentido a sustentabilidade empresarial inclui aspectos de destaque, um deles é a ecoeficiência (CAPUTO, 1996), promovido pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD, 2013), que aponta para o uso racional de energia e insumos.

Outro aspecto utilizado no meio empresarial é o termo TIC Verde, incluindo estratégias no fluxo de informação, com menos uso de materiais e equipamentos de informática que, conseqüentemente consomem menos energia. A orientação é que tenham maior vida útil e que sejam fabricados com materiais menos impactantes para o ambiente (MURUGESAN, 2008).

Portanto, o tema responsabilidade social das organizações passa a ser tendência mundial, segundo Silva e Karkotli (2013), mostrando que o meio empresarial busca evidenciar uma imagem responsável, aplicando assim, comportamentos sustentáveis, que buscam contribuir a favor, do desenvolvimento da sociedade e do ambiente.

Propondo reflexão aos empresários, Guevara *et al.* (2009) discutem como fazer a empresa crescer de forma sustentável, assunto influente e atual, sem desprezar o meio ambiente promovendo consciência e desenvolvimento sustentável. Para isso é necessário enfrentar os desafios do presente e futuro com

responsabilidade social empresarial mantendo o meio ambiente sustentável.

No rastro destas discussões surgiram leis e normas internacionais e nacionais que apontam e regulamentam diversos aspectos da sustentabilidade ambiental. Pode-se citar como exemplo a norma ISO 14001, que visa estabelecer a criação, manutenção e melhoria das áreas envolvidas em seu entorno. Foi publicada pela *International Organization for Standardization* (ISO), estabelecendo critérios, direcionamentos e passos para as empresas, organizações e instituições, independente da atividade ou setor, a serem capacitadas ambientalmente, e assim adquirirem a certificação (ISO/14000, 2015).

A ISO 14000 também possibilita mostrar o impacto ambiental, ao medir os resultados, como por exemplo, se houve redução de custos na gestão de resíduos, na economia do consumo de energia e nos custos de distribuição, o que pode acarretar a melhoria em relação à própria política ambiental e as determinações legais. A imagem da empresa pode ser melhorada para os reguladores, clientes e o público. Esta certificação empresarial é uma forma de regulação de relações comerciais, e a conformidade com as normas ISO é mandatória para a colocação dos produtos em alguns mercados (ISO/14000, 2015).

Outra norma internacional é a ISO 26000, uma iniciativa internacional no campo da conduta em responsabilidade social, um padrão criado apenas para orientar e esclarecer sobre esse assunto, considerado um desafio para as organizações (ALIGLERI, ALIGLERI E KRUGLIANSKAS, 2009). Tais diretrizes traduzem os princípios e as melhores práticas nas ações efetivas globais, representando um consenso internacional dos envolvidos nesse padrão.

Servindo como medida de desempenho global, orientando empresas e organizações a operarem com responsabilidade social (ISO/26000, 2010), cabem destacar os temas centrais considerados na elaboração desta norma, que trata sobre a responsabilidade social das organizações (Figura 4):

**Figura 4** – Temas centrais da responsabilidade social.

Fonte: ISO/26000 (2010, p.4).

A governança organizacional está dividida em seis itens;

- Direitos humanos.
- Comunidade.
- Consumidor.
- Práticas trabalhistas.
- Legais, do lado econômico.
- Ambiental.

Todos estes temas estão envolvidos com responsabilidades baseadas em três dimensões já mencionadas, que são; social (pessoas), econômico (lucro) e o ambiental (planeta). Stenzel (2010) destaca como o *Triple Bottom Line* – TBL, considerados como, a tríade que garante o desenvolvimento sustentável e a aplicação da responsabilidade social das organizações.

As três dimensões usadas para conseguir o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social nas organizações, às vezes necessitam da ajuda de indicadores que Araujo, Carvalho e Castro (2013) demonstrado no quadro 2, desta dissertação.

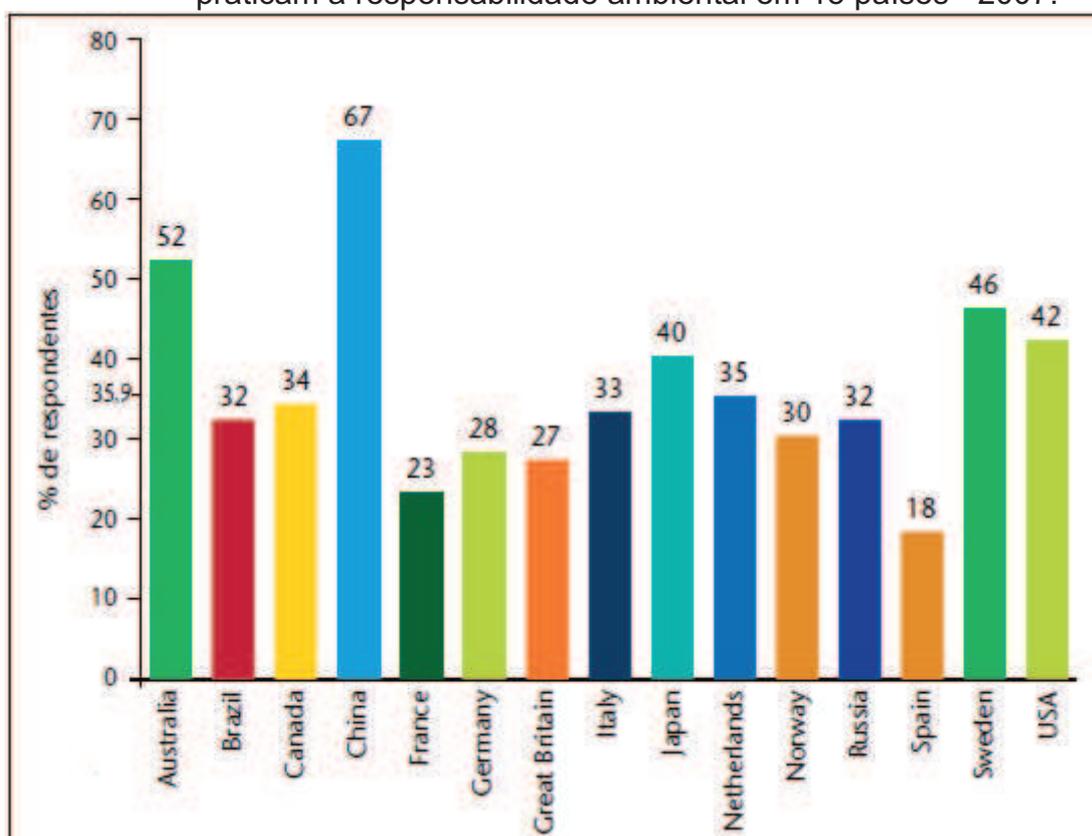
No entanto, vários indicadores podem ajudar a atingir o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social das organizações. Assim como os

indicadores de responsabilidade socioambiental usados nas IES, com as dimensões de: “valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e Sociedade” que contribuem na composição de índices (BRASIL *et al.* 2014, p. 5).

Nota-se que, empresas e pessoas envolvidas pela conscientização da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, podem promover mudanças de paradigmas se usarem as dimensões e indicadores de sustentabilidade.

Contribuindo ainda para este trabalho, um estudo feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2008) apresenta os efeitos de usar a responsabilidade social das organizações. A pesquisa feita mediu o percentual da reputação das empresas de vários países, que praticam a responsabilidade ambiental. Foi formulada a seguinte pergunta aos consumidores (respondentes): “Estariam mais propensos a comprar produtos ou serviços de uma empresa com uma boa reputação em responsabilidade ambiental?”. O resultado está no Gráfico 1:

**Gráfico 1** - Opinião de consumidores em porcentagem, sobre empresas que praticam a responsabilidade ambiental em 15 países - 2007.



Fonte: UNDP (2008, p.16).

Percebe-se que os consumidores de alguns países se destacam com altas porcentagens, no entanto, a média desta pesquisa está em torno de 35,9%. As organizações pesquisadas são conhecidas e atuam com responsabilidade ambiental.

Depois destas reflexões e análises sobre desenvolvimento sustentável, responsabilidade social das organizações e competência, este trabalho apresenta como ocorre a educação para a sustentável ambiental nas Instituições de Ensino Superior, pois, as mesmas contribuem na formação fundamental da educação ambiental sustentável e na construção da competência do profissional.

### **2.3 Educação para sustentabilidade ambiental - Instituições de Ensino Superior.**

A educação é um direito fundamental, um instrumento-chave para mudança. Neste contexto, Silva (2014, p.2) afirma que existe a necessidade da “inserção de comportamentos ambientalmente responsáveis” no ensino.

A inserção de conceitos e práticas, nas atitudes, nos valores, e habilidades pode aumentar a competência dos alunos, futuros profissionais, fazendo com que o comportamento destes “indivíduos, bem como o da coletividade, possa atuar de forma proativa na conservação do meio ambiente” (SILVA, 2014 p.2).

A preocupação com este bem comum, o meio ambiente, é o alerta de que o homem está destruindo o planeta e isso acaba motivando para que algo seja feito. Os impactos ambientais gerados por ações do homem na natureza, e a evolução da tecnologia, têm provocado consequências devastadoras. Assim sendo, a educação com preocupações ambientais tem sido considerada indispensável. Dessa forma Mello e Oliveira (2002) afirmam que a educação ambiental deve focalizar as instituições de ensino como provedores de mudanças culturais para que implementem o que for necessário para ajudar neste processo.

Da mesma forma Garcia *et al.* (2008, p.81) consideram “importante que os problemas ambientais sejam abordados desde níveis escolares iniciais”. Complementam que é fundamental preparar os futuros profissionais afirmando que “temáticas relacionadas às questões socioambientais devam ser adequadamente abordadas nos cursos superiores”. Assim os estudantes consumidores serão “mais exigentes quanto ao comportamento ético das empresas em relação ao meio

ambiente”.

No entanto, como alternativa à necessidade de inovação no ensino para que haja mudança cultural, é necessária a criação de uma nova cultura, ligado a empreendedorismo, pessoal ou empresarial, e o ambiente natural, que desenvolverá “o raciocínio crítico em relação às formas de utilização dos recursos naturais” (MELLO e OLIVEIRA, 2002 p.1).

A evolução histórica da educação ambiental, segundo Mello e Oliveira (2002) ocorrem mediante os acontecimentos e preocupações ambientais, desde a década de 1930, com a mobilização mundial para a preservação do meio natural. Na década de 1970, surgem críticas à educação tradicional. O Clube de Roma apresenta documentos enfatizando os recursos naturais finitos e limitados; a conferência de Estocolmo, em 1972, começa a tratar das questões ambientais e indica a educação como ação pedagógica; a UNESCO, em 1974, estabelece os Princípios de Educação Ambiental; e em 1975, cria-se o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA; na conferência intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi (URSS) onde foram definidos os objetivos, estratégias e os princípios para orientação dos países envolvidos (MELLO e OLIVEIRA, 2002).

Outros acontecimentos marcaram a evolução dos problemas ambientais e a importância da educação ambiental. No Brasil, em 1983, o decreto nº 88.351 determinou a inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares. Em 1987, a UNESCO promove o congresso internacional sobre a educação e formação relativas ao meio ambiente. A ONU emite o relatório do Nosso Futuro Comum em 1987; No Brasil, em 1992, a ECO-92 alerta sobre a sobrevivência do planeta, e apresenta os princípios e diretrizes da Agenda 21. Em 1999, a Lei nº 9795 institui a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil. Este assunto evolui constantemente e outra discussão mostra a educação ambiental como pressuposto desta consciência. Dessa forma, é considerada de grande importância a interação do homem com a natureza de forma harmônica para haja o desenvolvimento ambiental sustentável (MELLO e OLIVEIRA, 2002).

Giesta (2008 p. 9) também defende que a “educação ambiental deve promover a consciência crítica”, considerando uma estratégia organizacional de desenvolvimento sustentável, integrar conhecimentos através da interdisciplinaridade em educação ambiental. Após uma pesquisa, o autor percebeu

que a integração nas áreas de administração e educação não dialoga sobre os conhecimentos produzidos. Sendo assim, a integração do desenvolvimento sustentável e a educação ambiental em organizações são quase inexistentes em administração. Portanto, promover a interdisciplinaridade vinculada a valores éticos poderá amenizar estes conflitos, como fez a UNESCO.

A UNESCO promoveu a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) para disseminar mundialmente a respeito deste assunto. No entanto, segundo Gadotti (2012, p. 34-35) os objetivos específicos desta década são:

- Facilitar as redes e os vínculos entre ativistas que defendem a EDS;
- Incrementar o ensino e a aprendizagem da EDS;
- Ajudar os países na implementação dos objetivos do milênio, por meio da EDS;
- Oferecer aos países novas oportunidades para incorporar a EDS nos seus esforços de reforma educacional.

A educação sustentável ambiental envolve classificações conceituais diversas, tais como: conservacionistas; educação ao ar livre; gestão ambiental; economia ecológica; educação para o desenvolvimento sustentável; educação para a sustentabilidade ambiental; ecopedagogia; educação no processo de gestão ambiental. Com tantas classificações e variações ligadas ao ambientalismo, é necessário verificar algumas delas para perceber que são complementares entre si. Educação Ambiental pode ser definida como: “a Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social” (BRASIL, 2007, p.18). As definições que se complementam entre si são variações detalhadas a seguir:

Educação sobre o meio ambiente: trata-se da aquisição de conhecimento e habilidades relativos à interação com o ambiente, que está baseada na transmissão de fatos, conteúdos e conceitos, onde o meio ambiente se torna um objeto de aprendizado;

Educação no meio ambiente: também conhecida como educação ao ar livre, corresponde a uma estratégia pedagógica onde se procura aprender por meio do contato com a natureza ou com o contexto biofísico e sociocultural do entorno da escola ou comunidade. O meio ambiente provê o aprendizado experimental, tornando-se um meio de aprendizado;

Educação para o meio ambiente: processo através do qual se busca o engajamento ativo do educando que aprende a resolver e prevenir os problemas ambientais. O meio ambiente se torna uma meta do aprendizado (BRASIL, 2007, p.16).

Das várias definições, a “Educação Ambiental a partir do meio ambiente” inclui, além dos saberes tradicionais, sociedade, economia, meio ambiente, local e global, ética, atitudes, qualidade de vida e outros (BRASIL, 2007, p. 17).

O estudo de Gonçalves-Dias *et al.*(2006, p. 1) sobre a educação ambiental em cursos superiores, mostra a necessidade de se rever os conceitos na educação sobre o meio-ambiente, que não é mais uma questão de importância, mas de “como” inserir a consciência ambiental nas decisões empresariais. Consideram ser, na formação de gestores, o ponto de inserção ambiental, nos projetos pedagógicos da graduação e nos conteúdos programáticos. Estes autores afirmam que os concluintes dos cursos, futuros gestores, ocuparão cargos e posições de tomada de decisão que podem influenciar as estratégias empresariais nos problemas socioambientais. Deverão então ser futuros “solucionadores de problemas ambientais”.

A educação ambiental precisa superar o ensino formal centrado em disciplinas, que segundo Gonçalves-Dias *et al.*(2006), é considerado um saber fragmentado em currículos, construídos na lógica disciplinar linear.

A forma de visão sistêmica da educação ambiental nas escolas (BRASIL, 2007) é apresentada como uma espiral, um círculo vicioso (Figura 5):

**Figura 5** - Visão sistêmica da educação ambiental – 2007.



Fonte: Brasil (2007, p.37).

Ações com práticas integradas, de forma contínua e permanente, como a espiral comentada por Godemann *et al.* (2011), é uma forma que contribui com o aprendizado gradual. É necessário seguir o passo a passo, para que a mudança

aconteça. A figura 5 apresenta quatro modalidades (BRASIL, 2007, p.38);

- Difusão; por meio de campanhas simples, espalhar em várias direções conceitos e preocupações sobre o meio ambiente.
- Presencial; promover e envolver continuamente professores e alunos, *stakeholders* internos, com a participação (individual) de todos os integrantes das Instituições de Ensino Superior.
- Tecnológicas; utilizar todos os recursos disponíveis e atuais para promover e inclusão digital.
- Ações estruturantes; por intermédio de intercâmbios, programas coletivos e fomentos de projetos.

Preocupados com a aplicação da educação ambiental no ensino, concebida após a Rio+20, na conferência sobre desenvolvimento sustentável, o Ministério da Educação elaborou propostas e enviou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em junho de 2012, propondo implementações nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA). Com base nas contribuições colhidas do ensino, sociedade civil e eventos, surge a seguinte proposta:

A Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2012, p.1).

Os autores Oliveira e Oliveira (2013, p. 1) afirmam que “A Educação constitui um dos princípios motores da construção de um futuro sustentável, e as instituições de ensino superior precisam preparar os futuros profissionais para que os mesmos possam atender à demanda do mercado”.

No entanto, Barbieri e Silva (2011) comentam que usar os termos, educação sustentável ambiental e educação ambiental como sinônimo pode-se entender como se ambas estivessem voltadas a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável, enquanto, a educação e desenvolvimento sustentável é apenas, uma evolução, fazendo as pessoas e comunidades compreenderem a importância do meio ambiente.

Portanto, educação ambiental é considerada essencial na educação e no desenvolvimento sustentável. Existem diversas interpretações, como por exemplo: educação para a sustentabilidade ambiental. A proposta é que “educação ambiental deve ser implantada por meio de uma abordagem interdisciplinar, como diz a Carta de Belgrado, ou abordagens multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar” conforme publicado na Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2002).

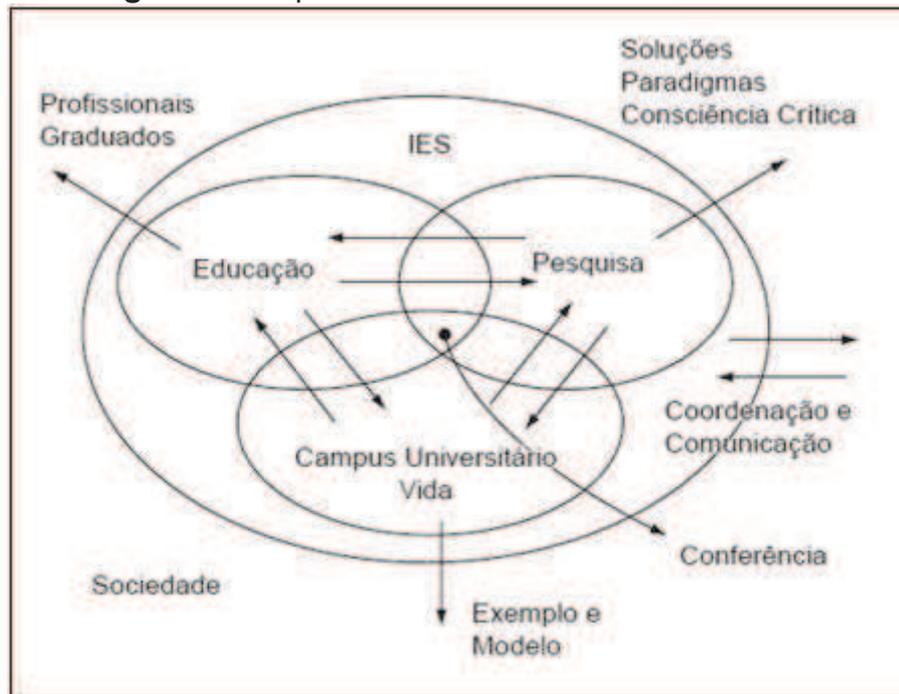
Complementando, Jacobi (2003, p.198) enfatiza que “educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária”. A mesma indica propostas pedagógicas em ação transformadora com conscientização, comportamento, competências, capacidades e participação de todos os alunos para conseguir promover o desenvolvimento sustentável.

Já, de acordo com Pereira (2003, p. 64) é preciso “internalizar conceitos de desenvolvimento sustentável, de ética e de cidadania” nas universidades para que possam “assumir a grande parcela de responsabilidade social” e promovam a solução de problemas sociais. A mesma autora afirma que não é fácil e que não existe um modelo, mas cada instituição dever criar o seu caminho. Responsabilidade social é uma atividade ligada à educação, unindo o que ensina com o que pratica.

Wals (2013) afirma que as Instituições de Ensino Superior começam a mudar para sistemas sustentáveis com reformas educacionais introduzindo processos de sustentabilidade ambiental no ensino superior. Complementando, Maglio e Philippi Jr (2014) afirmam que a construção de valores por processos nos quais indivíduos e coletividade adquirem valores sociais, conhecimento, habilidades, e atitudes, são competências da educação ambiental, preocupadas com a preservação do meio ambiente.

Ante o exposto, cabe apresentar a Figura 6 representando o papel da universidade com a sociedade, no modelo de Tauchen e Brandli (2006):

**Figura 6** – Papel da IES na sociedade relativo ao DS.



**Fonte:** Tauchen e Brandli (2006, p. 504).

- Educação; envolve todos os processos para ensinar e aprender diversos assuntos.
- Pesquisa; envolve investigação sistemática para construir e gerar novos conhecimentos.
- Campus; envolve todas as instalações físicas utilizadas para promover o ensino.

Nota-se a intensa relação existente entre esses componentes na instituição de ensino. Portanto esses alunos, depois de formados, devem ter a competência para solucionar os problemas que empresas e a sociedade necessitarem. A IES é a responsável neste conjunto, e deve promover a integração simultânea entre Educação, Pesquisa e Campus para atingir os objetivos e cumprir o seu papel com a sociedade e com o desenvolvimento sustentável. Fazer a gestão responsável, coordenar o ensino envolvendo a educação ambiental, a IES poderá se tornar um modelo para outras instituições e para a sociedade.

Também de acordo com Tauchen e Brandli (2006), a IES pode ser um modelo para outras instituições, apenas cumprindo o seu papel com a sociedade e com o desenvolvimento sustentável, apenas inserindo educação ambiental de forma sustentável na gestão e coordenação do ensino na instituição.

De outra forma Boff, Oro e Beuren (2008) demonstram a implementação da gestão ambiental nas instituições, que não se restringe apenas a um grupo de empresas que usam recursos naturais em suas atividades, mas a qualquer outra. Dessa forma as instituições de ensino que são disseminadoras de conhecimento, também devem ser éticas e responsáveis. Para isso, existe a necessidade do autoconhecimento no assunto para que a aplicação seja apenas uma consequência nas decisões da instituição.

Estes autores destacam a visão dos dirigentes de uma instituição de ensino superior filantrópica e comunitária em que, os tomadores de decisões precisam ter crenças e valores voltados para a responsabilidade, proteção e qualidade do meio ambiente. “A responsabilidade é uma das maneiras de expressar os princípios” (BOFF, ORO e BEUREN, 2008, p. 5).

Nesse estudo com dirigentes de instituições de ensino superior, Boff, Oro e Beuren (2008) utilizaram algumas questões para identificar se esses profissionais estavam capacitados a essas responsabilidades e princípios, se tinham visão sobre gestão ambiental, quais as práticas adotadas na Instituições de Ensino Superior e quais os benefícios percebidos. Foram formuladas as seguintes questões, divididas em: visão sobre gestão ambiental, práticas adotadas e benefícios percebidos (Quadro 5):

**Quadro 5** – Questões para dirigentes de IES na gestão ambiental - 2008. (continua)

*		Visão sobre gestão ambiental
Questão	1	O Sistema de Gestão Ambiental SGA consiste no planejamento e execução de atividades que visam eliminação ou redução dos impactos ao meio ambiente. Quais os sinalizadores de iniciativas desta natureza na IES sob sua responsabilidade?
Questão	2	Quando os dirigentes da IES entenderam que era o momento de iniciar a implantação de um SGA na instituição?
Questão	3	Que fatores influenciaram suas crenças e valores a respeito da necessidade de gerenciar a questão ambiental na IES?
Questão	4	Para o sucesso da gestão ambiental é necessário o comprometimento de todos. Neste sentido, como a instituição envolveu e comprometeu seus funcionários e dirigentes?
Questão	5	Como envolveu e obteve o comprometimento dos alunos da IES?
Questão	6	Quando da implantação de um SGA, toda a hierarquia deve estar comprometida, visto que é essencial para o seu êxito. Quais os departamentos que julgam estarem diretamente ligados ao SGA no sentido de implementar e divulgar os objetivos pretendidos?

**Fonte:** Boff, Oro e Beuren (2008, p. 9-11).

(continuação)

*		Práticas e procedimentos adotados na IES
Questão	7	Quais ações podem ser arroladas como previstas e executadas a partir do SGA desenvolvido na IES?
Questão	8	Que procedimentos denotam a preocupação e movimentos em torno da gestão ambiental NE IES?
Questão	9	A contabilidade tem como objetivo identificar, mensurar e evidenciar nas demonstrações contábeis e complementares, fatos pertinentes às atividades da instituição. Neste sentido, acredita ser importante a contabilidade fornecer informações relacionadas à gestão ambiental?
Questão	10	A contabilidade tem condições de evidenciar a redução de custos com a implantação e execução do SGA. A instituição planejou direcionar esse montante para alguma área específica da instituição ou algum projeto estratégico?
Questão	11	Na IES são analisadas as variações entre as ações previstas e realizadas no SGA?
Questão	12	A contabilidade desta instituição elabora anualmente o Balanço Social com informações quantitativas e qualitativas em relação ao seu desempenho social na comunidade em que está inserida?
*		Benefícios sociais e estratégicos percebidos
Questão	13	A implantação de um SGA não é obrigatória por lei. Como a instituição visualiza seu posicionamento na sociedade, no sentido de assumir sua responsabilidade social?
Questão	14	Como se posiciona, estando a frente de outras instituições, que pela particularidade de suas atividades, deveriam conscientizar-se da responsabilidade social e ambiental, mas no entanto, não o fazem?
Questão	15	A Responsabilidade Social é questionada ou exigida por algum órgão ou instituição quando da liberação ou contratação de recursos financeiros?
Questão	16	Acredita ser viável implantar um SGA em parceria com outros órgãos públicos ou privados, objetivando a educação ambiental de toda a comunidade?
Questão	17	Quais são os benefícios sociais e estratégicos percebidos com as ações decorrentes da implantação do SGA na IES?
Questão	18	Quais são as desvantagens percebidas com as ações decorrentes com as ações decorrentes da implantação do SGA na IES?
Questão	19	Que medidas são necessárias para melhorar o SGA implantado?

**Fonte:** Boff, Oro e Beuren (2008, p. 9-11).

Com base nos resultados da pesquisa de Boff, Oro e Beuren (2008), constatou-se que, a maioria dos dirigentes tem consciência que os recursos naturais são finitos. Na visão dos dirigentes das instituições de ensino pesquisadas, essas medidas geram benefícios econômicos, como por exemplo, o uso da água de chuva em banheiros reduz o consumo de água, minimiza a poluição de recursos naturais, proporcionando economia de recursos para a instituição e para o meio ambiente.

Nas práticas e procedimentos de gestão ambiental, a maioria dos pesquisados concordam com a conscientização e as responsabilidades assumidas por todos, dirigentes, professores, alunos e colaboradores. Os benefícios estratégicos melhoraram em relação a outros órgãos e à sociedade, conforme Boff, Oro e Beuren (2008).

Além da conscientização, os fatores legais também ajudaram, e fizeram com que a educação ambiental fosse implementada no Brasil. Entretanto as instituições de ensino devem aplicar a lei, com medidas sustentáveis na gestão ambiental, e no aprendizado do aluno. Esses itens foram incluídos pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A mesma deve ser aplicada por entidades (da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Fundações) que fizerem parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e instituições educacionais, assim como as instituições de ensino superior (BRASIL, 2002).

Esse fato determina que as instituições de ensino devem ser avaliadas por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o que anteriormente era centralizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). O MEC aprova a descentralização com a Lei de Diretrizes e Base (LDB). Com o decreto nº 5773 de 09 de maio de 2006 instituiu-se o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das IES. Fica então determinado que um dos requisitos básicos na gestão do ensino destas instituições educacionais deve conter educação ambiental (BRASIL, 1996).

Assim, complementando essas determinações, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES) no INEP para avaliar as IES, os cursos e o desempenho acadêmico dos estudantes. Isso reforça ainda mais que as exigências para que haja a implementação da educação ambiental nas instituições e todas são avaliadas quanto ao cumprimento dos requisitos básicos legais. No instrumento de avaliação do SINAES, os requisitos legais e normativos necessários no processo de avaliação são exigidos, cumprindo a lei que diz no artigo 43 inciso VI para “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente”. Também é verificado se há integração da educação ambiental com às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente (BRASIL, 2004).

As atividades do aprendizado devem aplicar as políticas de educação ambiental da Lei 9.795 PNEA, sendo que, o não cumprimento da lei compromete o Índice do Curso (IC) das IES, gerando diligências comprobatórias e regulatórias. O que pode chegar a não permissão de abrir novas turmas para o curso (BRASIL, 2002).

Outras leis também corroboram com estas ações, tais como a lei estadual de São Paulo nº 12.300, de 16 de março de 2006 que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) definindo os princípios e guias na gestão compartilhada de resíduos sólidos para a proteção e recuperação do meio ambiente (SÃO PAULO, 2006).

A outra é a lei federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 que também instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) determinando as guias referentes à gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos e perigosos (BRASIL, 2010).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou a normas NBR 10.004: 2004 classificando os resíduos sólidos de acordo com seus potenciais riscos de periculosidade que implicam o meio ambiente e a saúde pública (ABNT, 2004).

Conforme proposto pela ONU na conferência mundial sobre questões de sustentabilidade, a Rio+20 em 2012, iniciou-se a Era das iniciativas de educação superior para o desenvolvimento sustentável gerando prosperidade, bem-estar e proteção ao meio ambiente. Entre os temas abordados nesse evento, os principais foram sobre, o desenvolvimento sustentável e sobre o ensino superior com educação ambiental sustentável. Os representantes de 188 países presentes se comprometeram com a cooperação internacional, a incorporar sustentabilidade ambiental no ensino superior, na pesquisa, na gestão e atividades organizacionais, garantindo o ensino de conceitos sobre desenvolvimento sustentável, incentivo a pesquisa sobre sustentabilidade, também o apoio às comunidades e o compartilhamento de resultados e ações (ONU, 2012).

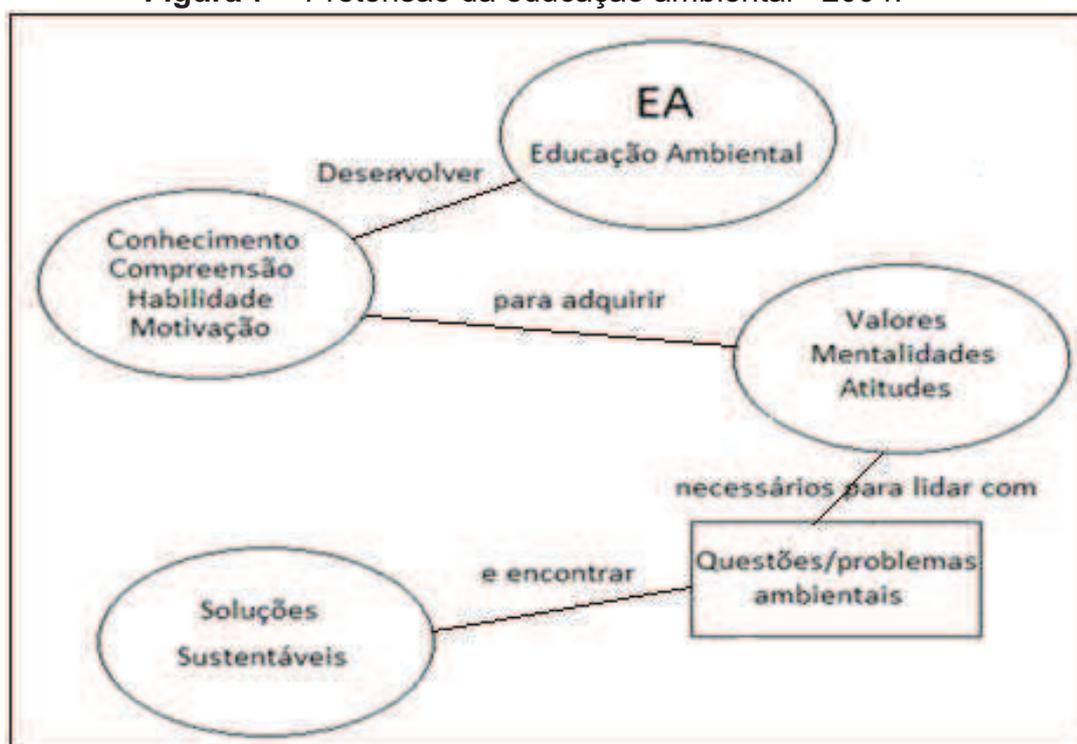
Preocupações de pesquisadores consolidam os estudos sobre educação ambiental, cidadania e sustentabilidade ambiental. Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) constatam um aumento significativo no número de instituições de ensino que demonstram efetiva motivação na formação de alunos. Os autores fazem uma reflexão neste assunto de futuros gestores, conhecedores e praticantes da sustentabilidade ambiental. Avaliam também os esforços e mapeiam paradigmas de educação ambiental, assim como as práticas de cidadania e sustentabilidade ambiental. Destacam ainda, o papel do ensino nas IES envolvidas com esta motivação.

Milutinovic e Nikolic (2013) analisaram a teoria e a prática e propõem que todos devem repensar a educação sustentável ambiental e o meio ambiente analisando o que o ensino tem feito para implementar a sustentabilidade ambiental nos cursos, e quais as implicações dessas implementações no futuro.

Da mesma forma, o estudo feito na República Servia e Bósnia-Hersegovina (Europa), por Milutinovic e Nikolic (2013) mostram como foi o engajamento, o planejamento e o monitoramento nacional. Demonstra-se também, as deficiências das IES envolvidas ou relacionadas à educação sustentável ambiental. Os autores argumentam que existe a possibilidade, de usar esforços prévios e integrados dos funcionários das instituições que podem acelerar a implementação e a modernização dos currículos, para uma agenda de pesquisa envolvendo, como ponto de partida, a educação e os educadores.

No entanto, Dias (2004, p. 100) afirma que “as definições se complementam” considerando “que a educação ambiental é um processo por meio do qual as pessoas aprendem como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade”. O autor apresenta uma figura que indica o que se pretende com a educação ambiental (Figura 7):

**Figura 7** – Pretensão da educação ambiental - 2004.



Fonte: Dias (2004, p. 100).

Em vista destas definições, Dias (2004) afirma que soluções virão de fatores a serem desenvolvidos, para lidar com questões ambientais. A educação ambiental, e a educação para sustentabilidade ambiental nas instituições de ensino superior são necessárias adotando assim, princípios sustentáveis como ponto de partida na gestão das instituições. As discussões sobre a iniciativa da ONU em publicar uma cartilha de princípios baseadas no Pacto Global, complementa, ajuda e pode alavancar mais iniciativas que servirão de orientação para os gestores. A seguir, são apresentados os princípios da ONU, que norteiam estas ações.

#### 2.4 Princípios para a Educação Responsável em Gestão.

Montibeller Filho (1993) afirma que um conjunto de conceitos, termos, e experiências é um conjunto de princípios que conduz a um novo paradigma do desenvolvimento sustentável. Princípio pode ser entendido como o início de alguma coisa, ou começo. Mas neste trabalho deve ser entendido como valores básicos universais utilizados como referência em ações sustentáveis.

Usar princípios na gestão e no ensino de instituições de ensino para nortear e preparar profissionais sustentáveis, é uma forma de encarar o desafio. Profissionais formados que saibam atuar e desenvolver projetos sustentáveis que protejam o meio ambiente é a meta a ser alcançada (SOARES, OLIVA e ZUCCO, 2014).

Outra forma segundo Boff, Oro e Beuren (2008) para dar suporte e implementar a sustentabilidade ambiental nas instituições de ensino são as etapas na aplicação dos princípios do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que facilita a identificação dos problemas ambientais envolvidos na instituição. Os princípios são (Quadro 6):

**Quadro 6** - Os princípios do sistema de gestão ambiental – 2004.

Princípio	A	Política do ambiente – primeiro passo a ser dado na implementação de um SGA. É a posição adotada pela instituição no sentido de comprometimento com as questões ambientais.
Princípio	B	Planejamento – a instituição deve identificar os aspectos ambientais (poluentes) que controla e sobre os quais exerce influência, e avaliar seu impacto no meio ambiente, devendo igualmente garantir que esses impactos sejam considerados no estabelecimento de sua política ambiental.
Princípio	C	Implementação – nesse momento as regras e responsabilidades devem estar definidas, documentadas e comunicadas a todos, de forma a garantir sua aplicação.

**Fonte:** Boff, Oro e Beuren (2008, p. 7).

Quando começaram as preocupações mundiais e manifestações com o ambiente humano, surgiram as políticas do ambiente para que orientar as ações

nesse sentido. O SGA usa os princípios das políticas do ambiente no planejamento e na implementação para obter sucesso (BOFF, ORO e BEUREN, 2008).

Em 1972, no evento promovido pela ONU Organização das Nações Unidas que na cidade de Estocolmo (Suécia) foi publicado um manifesto ambiental com o objetivo de moldar as ações mundiais. Estes 26 princípios podem ajudar a inspirar e guiar as nações na preservação e melhoria do ambiente humano (ONU, 1972) são apresentados (Quadro 7):

**Quadro 7 - 26 princípios do manifesto ambiental da ONU - 1972. (continua)**

Princípio	1	O homem tem o direito fundamental à liberdade e à igualdade em condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade, que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.
Princípio	2	Os recursos naturais da Terra, o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e os ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, com planificação e ordenamento.
Princípio	3	Deve-se manter, e sempre que possível, restaurar ou melhorar a capacidade da terra em produzir recursos vitais renováveis.
Princípio	4	O homem tem a responsabilidade de preservar e administrar judicialmente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat. Planificar o desenvolvimento econômico em conservação da natureza, inclusive a flora e a fauna silvestres.
Princípio	5	Os recursos não renováveis da Terra devem evitar o perigo de seu futuro esgotamento e se assegurar que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização.
Princípio	6	Deve-se pôr fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais que liberam calor, em quantidades ou concentrações tais que o meio ambiente não possa neutralizá-los, para que não causem danos graves e irreparáveis aos ecossistemas. Deve-se apoiar a luta dos povos de todos os países contra a poluição.
Princípio	7	Os Estados deverão adotar as medidas possíveis para impedir a poluição dos mares por substâncias que possam pôr em perigo a saúde do homem, os recursos vivos e a vida marinha e impedir derramamento ou outras utilizações do mar.
Princípio	8	O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na Terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida.
Princípio	9	As deficiências do meio ambiente originárias das condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais causam graves problemas. A melhor maneira de saná-los está no desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer.
Princípio	10	Para os países em desenvolvimento, a estabilidade dos preços e a obtenção de ingressos adequados dos produtos básicos e de matérias primas são elementos essenciais para o ordenamento do meio ambiente, já que há de se ter em conta os fatores econômicos e os processos ecológicos.

Fonte: ONU (1972).

(continuação)

Princípio	11	As políticas ambientais de todos os Estados deveriam estar encaminhadas para aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial nem colocar obstáculos à conquista de melhores condições de vida para todos. Os Estados e as organizações internacionais deveriam tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para poderem enfrentar as consequências econômicas que poderiam resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional.
Princípio	12	Recursos deveriam ser destinados para a preservação e melhoramento do meio ambiente tendo em conta as circunstâncias e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e gastos que pudessem originar a inclusão de medidas de conservação do meio ambiente em seus planos de desenvolvimento, bem como a necessidade de oferecer-lhes, quando solicitado, mais assistência técnica e financeira internacional com este fim.
Princípio	13	Com a finalidade de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício de sua população.
Princípio	14	O planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar às diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente.
Princípio	15	Deve-se aplicar o planejamento aos agrupamentos humanos e à urbanização com vistas a evitar repercussões prejudiciais sobre o meio ambiente e a obter os máximos benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos. A este respeito devem-se abandonar os projetos destinados à dominação colonialista e racista.
Princípio	16	Nas regiões onde exista o risco de que a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento, ou onde a baixa densidade de população possa impedir o melhoramento do meio ambiente humano e limitar o desenvolvimento, deveriam ser aplicadas políticas demográficas que respeitassem os direitos humanos fundamentais e contassem com a aprovação dos governos interessados.
Princípio	17	Deve-se confiar às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais dos estados, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente.
Princípio	18	Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.
Princípio	19	É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos.

Fonte: ONU (1972).

(continuação)

Princípio	20	Devem-se fomentar em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento, a pesquisa e o desenvolvimento científico referente aos problemas ambientais, tanto nacionais como multinacionais. Neste caso, o livre intercâmbio de informação científica atualizada e de experiência sobre a transferência deve ser objeto de apoio e de assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais. As tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento de forma a favorecer sua ampla difusão, sem que constituam uma carga econômica para esses países.
Princípio	21	Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos em aplicação de sua própria política ambiental e a obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levam a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional.
Princípio	22	Os Estados devem cooperar para continuar desenvolvendo o direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização às vítimas da poluição e de outros danos ambientais que as atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob o controle de tais Estados causem as zonas fora de sua jurisdição.
Princípio	23	Sem prejuízo dos critérios de consenso da comunidade internacional e das normas que deverão ser definidas a nível nacional, em todos os casos será indispensável considerar os sistemas de valores prevalecentes em cada país, e, a aplicabilidade de normas que, embora válidas para os países mais avançados, possam ser inadequadas e de alto custo social para países em desenvolvimento.
Princípio	24	Todos os países devem ocupar-se com cooperação e igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente. É indispensável cooperar para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera, possam ter para o meio ambiente, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os estados.
Princípio	25	Os Estados devem assegurar-se de que as organizações internacionais realizem um trabalho coordenado, eficaz e dinâmico na conservação e no melhoramento do meio ambiente.
Princípio	26	É preciso livrar o homem e seu meio ambiente dos efeitos das armas nucleares e de todos os demais meios de destruição em massa. Os Estados devem-se esforçar para chegar a um acordo – nos órgãos internacionais pertinentes - sobre a eliminação e a destruição completa de tais armas.

Fonte: ONU (1972).

Desses princípios apresentados destacam-se; os direitos humanos o meio ambiente a preservação a conservação e a responsabilidade com ações preventivas contra a destruição no nosso ambiente. Assim, os 26 princípios de Estocolmo podem ser agrupados em: direito das pessoas, responsabilidades das pessoas; legislação, obrigações dos Estados.

Os princípios do Quadro 7 podem ser classificados como; o direito das pessoas o princípio 1, que é o direito fundamental à liberdade e a condições adequadas de vida e meio ambiente de qualidade; a responsabilidade das pessoas são os princípios 2 ao 6, que preserva os recursos naturais contemporâneos e futuros, manter, restaurar, evitar esgotamento, e não poluir; as obrigações dos estados estão nos princípios 7 a 9 e 11 a 26 para impedir a poluição, assegurar o

ambiente de vida e trabalho, sanar desastres naturais, preservação, ordenamento racional, planejamento, assentamentos humanos, densidade populacional, instituições nacionais, ciência e tecnologia, educação e questões ambientais, fomentar a pesquisa e desenvolvimento, cooperar com o direito internacional, conservação do meio ambiente, livrar o homem de armas nucleares ou destruição em massa; a Legislação, princípio 10, apregoa a estabilidade de preços.

Esses princípios do Manifesto Ambiental da ONU contribuíram com a formulação dos dez princípios do Pacto Global (2013) na gestão empresarial. Envolvendo valores fundamentais, o pacto global é uma iniciativa política, estratégica e voluntária entre empresas que se propõem a praticar princípios universais em gestão, “nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção” promovendo a cidadania empresarial. O pacto foi desenvolvido pela ONU, quando o secretário Kofi Annan promoveu a mobilização e a adoção por comunidades empresariais internacionais o uso dessas práticas sustentáveis. No Quadro 8 são apresentados os princípios (UNGLOBAL, 2014):

**Quadro 8** - Dez princípios do Pacto Global da ONU.

Direitos Humanos	Princípio	1	As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
	Princípio	2	Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.
Trabalho	Princípio	3	As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
	Princípio	4	A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
	Princípio	5	A abolição efetiva do trabalho infantil.
	Princípio	6	Eliminar a discriminação no emprego.
Meio Ambiente	Princípio	7	As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
	Princípio	8	Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.
	Princípio	9	Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.
Contra a corrupção	Princípio	10	As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Fonte: UNGLOBAL (2014).

Estes princípios estão subdivididos em: direitos humanos, trabalho, meio ambiente e posicionamento contra a corrupção, e atuaram como base na construção dos princípios para a gestão de educadores PRME. O Pacto Global tem uma *web site* sobre cidadania empresarial que ajuda os signatários, relatando informações de iniciativas e práticas da responsabilidade social no mundo. No entanto estes princípios também foram base da norma ISO 26000 (UNGLOBAL, 2014).

Desde 1960 no Brasil, em cooperação técnica com o governo existe um Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), distribuídos pelo mundo “com o objetivo de combater à pobreza e a desigualdade, governança democrática, o crescimento econômico e o desenvolvimento humano e sustentável” apoia e desenvolve projetos em áreas-chave, podendo apoiar e ajudar o governo na “formulação e implementação de políticas públicas” promovendo “intercâmbio de experiências” incentiva o pacto global e sua adoção (PNUD, 2012).

A partir de discussões, em 2007, a ONU estabeleceu os princípios PRME nas ações internacionais, sendo este o primeiro encontro de relacionamento organizado entre a ONU e as escolas de negócios. Redes empresariais de Instituições de Ensino Superior envolvidas com o desenvolvimento sustentável ambiental, para uma nova geração de gestores e líderes, comprometidas com a educação ambiental sustentável e o progresso da sociedade, decidiram implementar algumas práticas na gestão das Instituições de Ensino Superior, seguindo as bases em responsabilidade social das organizações e com o uso dos princípios PRME (UNPRME, 2007).

A ideia de desenvolver os princípios com benefícios mundiais surgiu do fórum global *Case Western Reserver University*, em outubro 2006, coordenado pelo Pacto Global das Nações Unidas e pelas instituições: *Graduate Management Admission Council – GMA; AACSB Internacional – The Association to Advance Collegiate Schools of Business; European Foundation for Management Development – EFMD; Association of MBAs – AMBA; Association of African Business Schols – AABS; Association of Asia-Pacific Business Schools – AAPBS; Central and East European Management Development Association – CEEMAN; Latin American Council of Management Schools – CLADEA; The Academy of Business in Society – ABIS; Globally Responsible Leadership Initiative – GRLI* (UNPRME, 2007).

Os princípios básicos foram elaborados pelas instituições: *AACSB Internacional – The Association to Advance Collegiate Schools of Business;*

*European Foundation for Management Development – EFMD; The Aspen Institute Business and Society Program; European Academy of Business in Society – EABIS; Globally Responsible Leadership Initiative – GRLI; Net Impact*, e depois aprovado como documento final por todas as instituições envolvidas com o Pacto Global da ONU. A publicação ocorreu em 2007, na cidade de Genebra (Suíça), com a presença de líderes governamentais, contando com mais de 1000 empresas e a sociedade civil (UNPRME, 2007).

O objetivo do PRME é inspirar a gestão responsável no ensino, na pesquisa e no pensamento das instituições de ensino superior, e das lideranças mundiais. Os seis princípios estão fundamentados em valores universais, aceitos internacionalmente no chamado “Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas”. Entretanto as instituições de ensino devem colocar em prática as ações implantadas e compartilhar os resultados obtidos na formação dos profissionais. Esses líderes deverão estar aptos a enfrentar os desafios sustentáveis das empresas e da sociedade que atuarem (UNPRME, 2007).

A seguir os princípios propostos e publicados pela ONU (Quadro 9):

**Quadro 9 - Os princípios PRME da ONU - 2007.**

Princípio <b>1</b>	<b>Propósito</b>	Desenvolver a capacidade dos estudantes para serem futuros geradores de valor sustentável para as empresas e a sociedade em geral e trabalhar para uma economia global inclusiva e sustentável.	
Princípio <b>2</b>	<b>Valores</b>	Incorporar nas atividades acadêmicas e currículos os valores da responsabilidade social global como retratado em iniciativas internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas.	
Princípio <b>3</b>	<b>Método</b>	Criar estruturas de ensino, materiais, processos e ambientes que possibilitem experiências de aprendizagem eficazes para a liderança responsável.	
Princípio <b>4</b>	<b>Pesquisa</b>	Participar de pesquisas conceituais e empíricas para avançar a compreensão sobre o papel, a dinâmica e o impacto das corporações na criação de valores social, ambiental e econômico sustentável.	
Princípio <b>5</b>	<b>Parceria</b>	Interagir com gestores das corporações de negócios para ampliar nosso conhecimento sobre seus desafios no cumprimento das responsabilidades sociais e ambientais, e explorar abordagens conjuntamente eficazes para enfrentar esses desafios.	
Princípio <b>6</b>	<b>Diálogo</b>	Facilitar e apoiar diálogos e debates entre educadores, estudantes, empresas, governos, consumidores, mídia, organizações da sociedade civil e outros grupos interessados em questões críticas relacionadas à responsabilidade social global e sustentabilidade.	

Fonte: UNPRME (2007).

Barbieri e Silva (2011) afirmam que os princípios PRME facilitam o envolvimento da IES com desenvolvimento sustentável e são consideradas como parceiros privilegiados do desenvolvimento sustentável de modo claro e explícito.

As instituições de ensino que participaram do evento formaram uma rede, segundo a própria ONU, de forma a poderem se ajudar na implementação destes princípios. A rede de instituições de ensino signatárias de aprendizagem PRME formam um marco de mudança sistêmica em práticas organizacionais, em que os princípios servem como exemplos de valores e atitudes nas práticas sustentáveis (SOARES, OLIVA e ZUCCO, 2014).

Segundo Soares, Oliva e Zucco (2014), as instituições de ensino superior devem priorizar a educação sustentável ambiental implementando os princípios PRME. Os autores afirmam que muitas empresas desconhecem os esforços e os princípios utilizados pelas Instituições de Ensino Superior da rede PRME.

O fórum de sustentabilidade corporativa realizado no Rio de Janeiro em junho de 2012, chamado de Rio+20 teve como objetivo estimular ações e aumentar as escalas da qualidade e práticas da sustentabilidade empresarial, envolvendo mais de 2000 participantes de várias organizações internacionais e locais. Também estavam presentes os participantes do Pacto Global da ONU (UN PRIME, 2012).

Foi destacado que as agências da ONU, parceiros, e redes empresariais e de Instituições de Ensino Superior poderiam prover tais soluções, uma vez que os princípios PRME estão baseados nos princípios internacionais dos desafios globais. *“The Principles for Responsible Management Education have the capacity to take the case for universal values and business into classrooms on every continent”* (Ban Ki-moon, junho de 2012). Um detalhe importantíssimo é que os princípios PRME foram elaborados para serem implementados nas salas de aulas, em qualquer país ou continentes (UN PRIME, 2012). A Figura 8 mostra que os princípios PRME discutidos foram considerados o foco central nas discussões do evento RIO+20:

**Figura 8** – PRME foco central nas discussões Rio+20 – 2012.

Fonte: UN PRME, (2012).

As empresas que contribuíram na elaboração dos princípios estão formando parcerias, capacitando escolas interessadas em se associar e aplicar os princípios PRME. A *Association to Advance Collegiate Schools of Business - AACSB* estabelecida desde 1916 tem *web site* que promove credenciamento para organizações sem fins lucrativos e instituições de ensino que estiverem envolvidas com educação gerencial. Ajudam também organizações que se associam a receberem apoio e orientações nas práticas sustentáveis e na utilização dos princípios estabelecidos pela ONU (AACSB, 2015).

Com isso, nota-se que as discussões sobre a implementação dos princípios de associações internacionais, reforçam o uso dos princípios PRME no ensino e na gestão de instituições educacionais. Outro exemplo é a pesquisa de Silva (2011) sobre as organizações e os *stakeholders* das instituições de ensino em Portugal. O autor afirma que a sociedade do conhecimento pode alavancar o desenvolvimento sustentável da sociedade. Reafirma ainda que a sociedade questiona e exige que as instituições de ensino superiores consideradas “pilares do desenvolvimento social e humano, promovam políticas e ações socialmente responsáveis” e não devem desviar da missão primordial definida pela União Europeia (SILVA, 2011, p.1).

Segundo Silva (2011) outra proposta feita para as Instituições de Ensino Superior em Portugal é que devem cumprir cinco missões (Quadro 10):

**Quadro 10 - Missão das IES em Portugal – 2012.**

1	O ensino superior tem como objetivo a qualificação de alto nível, a produção e difusão do conhecimento, a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos estudantes, de referência internacional.
2	As IES valorizam a atividade dos investigadores, docentes e funcionários, estimulam a formação intelectual e profissional dos estudantes. Asseguram que todos os cidadãos habilitados possa ter acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida.
3	As IES promovem a mobilidade efetiva do estudante diplomado, nacional ou internacionalmente de ensino superior.
4	As IES têm direito e dever de participarem atividades ligadas à sociedade, com difusão e transferência de conhecimento, como a valorização econômica do conhecimento científico.
5	As IES tem o dever de contribuir para a compreensão pública das humanidades, das artes, da ciência e da tecnologia, promovendo e organizando ações de apoio disponibilizando os recursos necessários para este fim.

**Fonte:** Silva (2011, p.3)

A qualificação com nível internacional, a difusão do conhecimento, valorização dos investigadores, a mobilização nacional ou internacional do estudante, o envolvimento com a sociedade e a contribuição para a compreensão pública, são tarefas que as instituições de ensino devem cumprir para poderem implementar o desenvolvimento sustentável. Apesar das IES terem este papel na disseminação da responsabilidade social, Silva (2011) afirma que a participação das mesmas nos princípios PRME ainda é incipiente.

Os autores Soares, Oliva e Zucco (2014) consideram que os princípios PRME ainda não são totalmente compreendidos pelas instituições de ensino superior signatária, e que, os relatórios SIP (*Sharing Information on Progress*) publicados por elas não apresentam uma publicação padronizada. Cada instituição publica o que entende que implementou, relacionado aos princípios PRME.

Da mesma forma Sethi e Schepers (2011, p. 264) afirmam haver “*flaws*” falhas no PRME. Se não forem compreendidos corretamente podem não estar sendo cumpridos. As instituições que adotarem os princípios precisam fazer mudanças e serem orientadas de forma correta. Segundo os autores também é preciso oferecer uma medida de realização, pois assim pode haver um “*weak commitment*” fraco compromisso das instituições que serão signatárias dos princípios PRME da ONU.

Diante deste cenário, e do fato de que os princípios PRME da ONU já estão sendo implementados por diversas instituições de ensino em diversos países, os autores Godemann *et al.* (2011) analisaram as 100 primeiras instituições de ensino que publicaram os relatórios SIP (*Sharing Information on Progress*), os quais contêm

as ações que foram implementadas seguindo os princípios PRME. Para esta análise, os autores montaram uma estrutura envolvendo estratégias, facilidade, e conquistas (Quadro 11):

**Quadro 11** - Estrutura da análise utilizada por Godemann *et al.* - 2011.

Tópicos		Descrição
Estratégias	Básicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abordagem estratégica global para sustentabilidade.</li> <li>• Quadro educacional para sustentabilidade.</li> <li>• Estratégias para pesquisa sobre sustentabilidade.</li> <li>• Estratégias para gestão e comunicação da sustentabilidade.</li> </ul>
Facilidades de integração e Mudança Organizacional	Contexto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrar disponibilidade e abertura para aprender.</li> <li>• Desenvolver estratégias de aprendizagem para melhorar a integração da sustentabilidade.</li> <li>• Estabelecer estrutura organizacional de apoio no processo de aprendizagem.</li> </ul>
	Processo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instigação de mudança organizacional, pela avaliação de práticas atuais.</li> <li>• Engajar e se comunicar com membros da organização e as partes interessadas externas.</li> <li>• Equipes de desenvolvimento.</li> </ul>
	Reflexão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compartilhar aprendizado com os outros.</li> <li>• Identificar as barreiras à mudança organizacional</li> <li>• Desenvolver estratégias de aprendizagem e abordagens para permitir a mudança organizacional.</li> </ul>
Conquistas	Resultados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ofertas de aprendizagem relacionadas com a sustentabilidade</li> <li>• Sustentabilidade relacionada a colaborações de pesquisa.</li> <li>• Práticas organizacionais sustentáveis.</li> </ul>
	Impacto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impactos que resultam da integração da sustentabilidade no ensino pesquisa e operações.</li> <li>• Transferência de conhecimento</li> <li>• Impactos refletidos na definição de metas.</li> </ul>

**Fonte:** Godemann *et al.* (2011, p. 16)

A análise foi dividida em estudos empíricos, análise dos relatórios SIP, e pesquisa telefônica. O estudo de caso dos relatórios de Godemann *et al.* (2011) identificaram as experiências dos signatários, e as entrevistas com diretores das escolas analisaram o contexto em que ocorreram os esforços. O processo adotado na gestão da aprendizagem e na forma usada para refletir o processo de integração e implementado dos princípios PRME.

Análise de contexto, segundo Costa *et al.* (2010) é uma forma para desenvolver um modelo que apresente melhorias na implantação dos princípios na visão do usuário, ajudando assim, no resultado da análise.

Cabe destacar outro aspecto da análise de Godemann *et al.* (2011), no qual foram apontados que, professores e alunos devem ser preparados e capacitados para terem atitudes responsáveis com a sustentabilidade (Quadro 12):

**Quadro 12** - Deveres e capacidades dos estudantes - 2011.

1	Ser encorajados a pensar criticamente e de forma independente.
2	Ser capaz de alcançar a sustentabilidade por intermédio da inovação na sua vida profissional.
3	Atuar como agente de mudança e cidadãos globais em sua vida profissional.
4	Ser capaz de lidar com desafios e complexidades atuais,
5	Ser equipado com conhecimento de gestão tradicional sólida para a tomada de decisão responsável.

**Fonte:** Godemann *et al.* (2011, p. 18).

As habilidades de inovar, de mudança, de desafios, e de ser crítico não acontecem automaticamente, precisam ser ensinadas. Sendo orientado é possível que o profissional saiba ser e agir. Os métodos propostos e adotados nos questionários da pesquisa de Godemann *et al.* (2011) mostram a estruturas, estratégias, as facilidades na integração, e as conquistas. A seguir o questionário descrito (Quadro 13):

**Quadro 13** - Questionário de Godemann *et al.* - 2011. (continua)

<b>A</b>	<b>Estrutura e Estratégias</b>
1	Como é que as escolas de negócios incorporam valores de sustentabilidade no seu quadro educacional?
2	Qual é o entendimento de pesquisa sobre sustentabilidade nas escolas de negócios e qual é a estratégia na integração da sustentabilidade?.
3	Quais são as estrutura e estratégias utilizadas para a gestão de práticas organizacionais informadas?
<b>B</b>	<b>Facilitadores</b>
Contexto	Quais são as estratégias e estrutura de aprendizagem que as escolas de negócios mobilizaram para a integração da sustentabilidade?
Processo	Quais ferramentas são usadas para gerenciar o processo de mudança organizacional?
Reflexão	As escolas de negócios refletem e aprendem com o processo de integração?
<b>C</b>	<b>Conquistas (autorelato)</b>
1	Em que medida as escolas de negócios aprimorou a educação para sustentabilidade? Criaram respectivas oportunidades de aprendizagens (ofertas) relacionadas à sustentabilidade?
2	Em que medida as escolas de negócios criaram conhecimentos avançados em relação ao desenvolvimento sustentável?

**Fonte:** Godemann *et al.* (2011, p. 12,13).

(continuação)

3	Como tem as escolas de negócio desenvolvido a sua organização e as operações para a sustentabilidade (prática organizacional sustentável)?
4	Quais são os impactos das escolas de negócios sobre a sociedade e o ambiente natural (por intermédio do ensino, pesquisa e operações)?
5	Como o conhecimento é transferido?
6	Quais são os objetivos chave para um melhor desempenho no futuro?

**Fonte:** Godemann *et al.* (2011, p. 12,13).

Seguindo a estrutura da análise, Godemann *et al.* (2011) elaboraram este questionário para poder analisar separadamente o que se refere a estratégias, facilitadores e conquistas com a implementação dos princípios adotados pelas instituições.

Verifica-se que os valores de sustentabilidade estão sendo questionados. Os facilitadores e as conquistas com relação ao desenvolvimento sustentável são abordados. Como resultado foram obtidos 12 pontos-chave da análise dos relatórios SIP de Godemann *et al.* (2011) são descritos a seguir:

- 1.A maioria das Instituições de Ensino Superior visa incorporar ações em todas as áreas,
  - 2.Existem diferentes objetivos entre as Instituições de Ensino Superior,
  - 3.Desenvolvem novos programas e poucas incorporam em todo o currículo,
  - 4.Tendem a integrar em pós-graduação como foco especial,
  - 5.Várias Instituições de Ensino Superior criam centros de pesquisa dedicados à sustentabilidade,
  - 6.Veem a sustentabilidade como foco, mas não melhoram a compreensão,
  - 7.Comprometidas com redução na emissão de CO<sub>2</sub>,
  - 8.Aplicam métodos tradicionais e cursos interdisciplinares,
  - 9.Tem pouca percepção das oportunidades de aprender entre si e discutir
  - 10.A minoria usa ferramentas de apoio para superar barreiras,
  - 11.Esforço em infraestrutura na integração de sustentabilidade
  - 12.Estímulos não são muito comuns na promoção de mudanças.
- (GODEMANN *et al.*, 2011, p. 8).

Complementando, Godemann, Herzig e Moon (2011) na pesquisa sobre facilidades e barreiras para implementar estes princípios, descrevem e identificam obstáculos que é preciso enfrentar. Alguns fatores de restrições que são: “Medo do desconhecido, Ameaças dos interesses, Pressões ambientais, Preconceitos”.

Godemann, Herzig e Moon (2011) afirmam que há a necessidade de superar estas barreiras para alcançar o desenvolvimento ambiental sustentável. Ao analisarem as barreiras e facilitadores perceberam estes fatores nas instituições praticantes de sustentabilidade ambiental. Portanto os autores detectam que é necessário contextualizar a disponibilidade e o aprendizado sobre o assunto para atingir as metas. Os autores apontam aspectos que orientam esta contextualização:

Demonstrando vontade e abertura para aprender, desenvolvendo estratégias de aprendizagem para melhorar a integração da sustentabilidade, estabelecendo estrutura organizacional que apoia o processo de aprendizagem.

Uma condição importante para a aprendizagem organizacional é a consciência da necessidade de aprender. É preciso compromisso e disposição para implementar um ou mais princípios PRME na IES (GODEMANN *et al.* 2011, p. 25).

Outro fator analisado por Godemann *et al.* (2011) foi a estrutura educacional aplicada. Utilizam metas de aprendizagem para a sustentabilidade ambiental. Segundo Picchiali (2010) uma estrutura organizacional é uma consequência de estratégias da instituição.

As organizações podem e devem atender a estes novos requisitos de responsabilidade socioambiental. Os profissionais que atuam na área de gestão empresarial precisam estar capacitados para atender a estas demandas. Os esforços para o desenvolvimento sustentável devem ser conjuntos entre empresas governos e instituições. O PRME da ONU é uma parceria de organizações internacionais. Por intermédio dessa rede de instituições de ensino signatárias, a ONU quer atingir a sustentabilidade ambiental nas Instituições de Ensino Superior com o desenvolvimento sustentável (UN PRME, 2012).

Ao analisar esforços conjuntos, parcerias de organizações em redes de instituições é preciso ter conhecimento sobre as redes interorganizacionais. Faz parte também desta pesquisa verificar se existe a formação de rede entre os signatários e de que forma isso pode ser enfatizado. A seguir serão abordados os relacionamentos existentes entre as instituições de ensino associadas ao PRME da ONU.

## **2.5 Redes Interorganizacionais.**

Cândido (2001) ao pesquisar sobre fatores críticos de sucesso na formação de redes interempresariais brasileiras confirma aspectos e características das empresas como novas formas predominantes de organização. Os aspectos abordados pelo autor são: a cooperação, as alianças, as parcerias, ou formas de cooperação em rede.

Existe a necessidade das organizações alcançarem sinergia externa, e atuarem de forma conjunta, além disto é preciso procurar a melhor forma que é entre as alianças. Os formatos de redes devem descentralizar tanto internamente com os colaboradores, como externa entre parceiros, fornecedores e clientes. Para esse

desenvolvimento e difusão de redes diferentes, destacam-se a constituição de redes e a competitividade das organizações segundo Cândido (2001). Esta é a essência da sociedade em rede.

Cândido (2001) conceitua rede como relações entre atores e organizações. No plano técnico-operacional, rede de comunicação pode ter fluxo unidirecional ou multidirecional, uma forma intermediária entre as organizações, de maneira descentralizada com flexibilidade e adaptabilidade. Portanto rede pode ser conceituada como; “a interação, o relacionamento, a ajuda mútua, o compartilhamento, a integração e a complementaridade” (CÂNDIDO, 2001, p. 54).

As redes podem ser estudadas de diferentes maneiras e por duas vertentes, comentam Balestrin e Vershoore (2008): pela sua estrutura e por suas relações.

Também com relações de cooperação podem ser definidas como “o compartilhamento de ideias e experiências entre os associados”. Essa rede promove aprendizagem e inovação, se houver a disseminação de informações (VERSHOORE e BALESTRIN, 2008, p. 8).

Segundo Podolny e Page (1998) todas as formas de organizações são redes do ponto de vista estrutural. Os autores comentam que sociólogos e estudiosos alegam que as diversas formas de organização em rede fomentam as empresas participantes a aprender e adquirir conhecimentos, para melhorar o desempenho econômico, além de poderem prestar serviços sociais.

Conforme Rosini e Limongi-França (2014, p. 7) em pesquisa sobre redes de conhecimento mostram, que a “inter-relação entre informações” conceituam-se redes. Para estes autores “construir juntos o entendimento e competências relacionadas a um assunto” é possível com o auxílio das redes. E “a formação de redes se dá pelo contato de pessoas e organizações com interesses similares, cujo propósito é o de descobrir oportunidades, compartilhar recursos, aprender melhores práticas”.

Para Cândido (2001, p. 54) “todas as organizações são redes e a forma organizacional depende das características particulares da rede”. O paradigma de redes organizacionais tem como base, um padrão de competitividade com relações colaborativas, com amplo escopo de arranjos e interligações mundiais.

A relação entre a rede brasileira no pacto global de instituições de ensino é chamada de associações. Estas assumem princípios para juntas encontrarem melhores soluções sobre as instituições signatárias da ONU podem ser definidas como “qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados” (SEBRAE, 2009, p. 8-10). A adesão é voluntária e livre, e os interesses pelo desenvolvimento sustentável configuram a relação entre as Instituições de Ensino Superior.

Oliveira e Guerrini (2002, p. 1) comentam sobre a formação de redes de cooperação e definem como “forma de organização dos trabalhos e relacionamentos entre empresas”. Em associação existe transferência da informação.

Todas as instituições associadas, “para garantir a credibilidade da iniciativa” (UNPRME, 2007) devem publicar os relatórios SIP (*Sharing Information on Progress*) na *web site* da ONU, sendo este o fator comum nesta associação. O objetivo comum na rede PRME é implementar a sustentabilidade ambiental.

Por fim, é preciso mostrar a forma que este trabalho foi desenvolvido, e que métodos de pesquisa foram adotados para conseguir os resultados.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste trabalho foi uma investigação teórica empírica descritiva, que além das entrevistas com pessoas envolvidas na implementação dos princípios PRME, utilizou dados existentes em relatórios e na *web site* de diversas IES, para melhor compreender e detectar o fenômeno estudado. Para este estudo também foi imprescindível consultar fontes documentais para a formação e embasamento dos dados a serem analisados (GIL, 2010) e dessa forma, foram analisados os relatórios publicados e disponíveis nas páginas do PRME da ONU.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com características flexíveis e relevantes (YIN, 2005) onde foram estudadas as características das instituições envolvidas com a implementação dos princípios PRME da ONU.

Caracterizou-se um delineamento de estudo de casos múltiplos que, segundo Bendasat, Goldestein e Mead (1987 p. 370) “examina o fenômeno em seu ambiente natural, empregando múltiplos métodos de coleta de dados e informação de uma ou algumas entidades (organizações)”.

Segundo Gil (2010, p. 37) um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos” não é simples de ser feito, para que todos os detalhes possíveis e relacionados ao fenômeno sejam conhecidos. Foram inseridos neste estudo os relatórios publicados desde 2007 até 2014, em São Paulo e no Paraná. Constatou-se que apenas 11 instituições de ensino fizeram a publicação de seus relatórios SIP, os quais estão publicados na *web site* da ONU.

Foram realizadas entrevistas com instituições que contribuíram com metade dos relatórios que foram publicados, ou seja, as escolhidas para a entrevista foram; uma que publicou vários relatórios, ou 26%, duas IES que publicaram poucos relatórios ou aproximadamente 9% cada uma, e outras duas que contribuíram publicando uma vez, ou 4% cada uma. Sendo assim, o total de relatórios publicados por estas instituições, consiste em 52% entre cinco instituições das IES brasileiras.

A seguir o Quadro 14 apresenta as IES que publicaram seus relatórios na *web site* da ONU, enquanto uma representação gráfica ilustra a contribuição de cada instituição brasileira que publicou relatórios informando o que conseguiram implementar dos princípios PRME.

**Quadro 14** - Instituições brasileiras de ensino que publicaram relatórios na *web site* do PRME – ONU no período 2007-2014.

	<b>Sigla</b>	<b>Nome</b>	<b>Local</b>	<b>Publicação</b>	<b>Entrevis-tados</b>
1	BS-SP	Business School	São Paulo – SP.	2014, 2012.	2
2	FGV/EAESP SP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo	São Paulo – SP.	2013, 2011.	2
3	EBS-PR	Estação Business School	Curitiba – PR.	2013, 2011.	
4	FEA/USP RP-SP	Universidade São Paulo - FEA	Ribeirão Preto – SP.	2013	2
5	FIA-SP	Fundação Instituto de Administração	São Paulo – SP.	2013	1
6	FDC-MG	Fundação Dom Cabral	Nova Lima – MG.	2013, 2012, 2011 e 2010.	-
7	IAG/PUC RJ	Business School - IAG	Rio de Janeiro – RJ.	2012.	-
8	ISAE/FGV PR	Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE	Curitiba – PR.	2013, 2012, 2011, 2010, 2009 e 2007.	1
9	SENAI-PR	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – PR	Curitiba – PR.	2014.	-
10	UNIPEC-PR	Faculdades Integradas Santa Cruz	Curitiba – PR.	2012	-
11	POSITIVO-PR	Universidade Positivo	Curitiba – PR.	2014.	-

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base nos dados UN/PRME (2015).

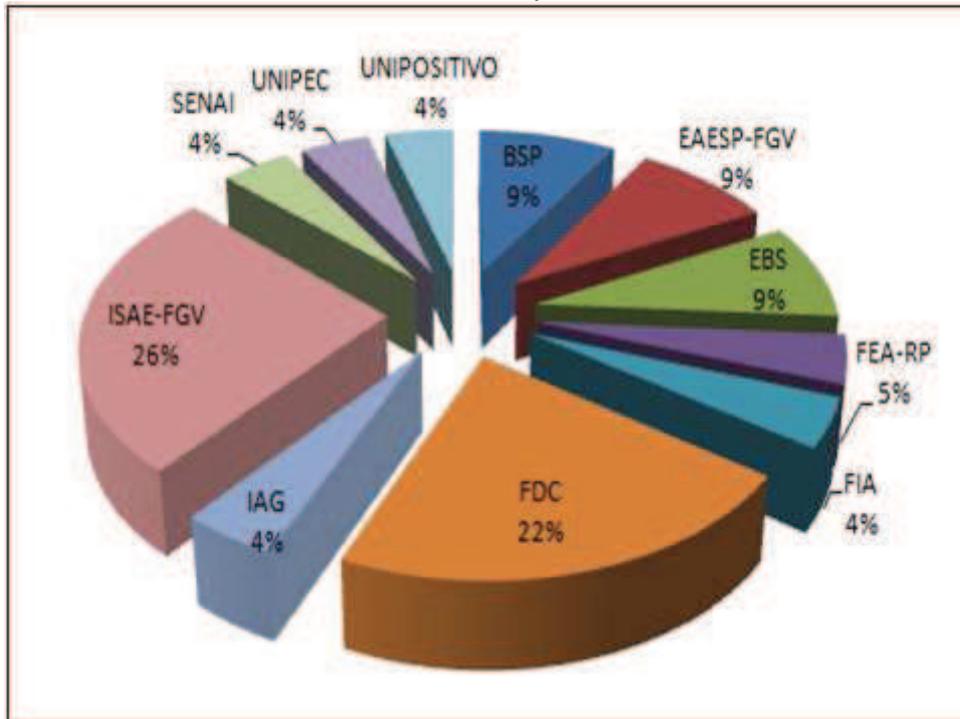
Nestes relatórios compartilhados no PRME da ONU, observa-se que seis instituições publicaram apenas um relatório cada, em: 2012, 2013 e 2014. O prazo solicitado pela ONU para a publicação dos relatórios deve ser de um a dois anos. Portanto, no ano de 2015, a maioria delas devem publicar seus respectivos relatórios como signatárias.

Observa-se que cinco destas instituições estão em Curitiba – PR, e em São Paulo estão quatro, justamente as que foram entrevistadas nesta pesquisa. A gestora da iniciativa no Brasil, a ISAE/FGV também foi incluída na pesquisa.

O número de entrevistados por instituição não passou de dois, por serem diretores, coordenadores ou professores colaboradores. Assim as respostas obtidas são expressão das pessoas que contribuíram diretamente na implementação dos princípios PRME da ONU, em cada instituição.

A seguir uma representação gráfica das IES com a porcentagem de relatórios publicados (Gráfico 2):

**Gráfico 2** - Contribuição percentual de cada IES no total de relatórios brasileiros publicados na *web site* do PRME – ONU no período 2007 a 2014.



**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base nos dados UN/PRME (2015).

As instituições inseridas neste estudo foram: *Business School* São Paulo (BS-SP), Fundação Getúlio Vargas / Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV/EAESP-SP), Fundação Instituto de Administração (FIA), Faculdade de Economia Administração e Contabilidade Ribeirão Preto (FEA/USP-RP) e o Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE/FGV-PR) Curitiba, que além de atuar como IES também é a gestora do PRME *Chapter Brazil*, junto com outras instituições para promoverem a sustentabilidade.

A Fundação Dom Cabral (FDC) com 22% das publicações não foi incluída nas entrevistas por estar em outro estado (Nova Lima, Minas Gerais). Optamos por entrevistar as instituições em São Paulo e a ISAE/FGV de Curitiba, por ter 26% dos relatórios publicados, e por se tratar da instituição gestora do capítulo brasileiro. Após o contato, se prontificaram a responder o questionário sobre o PRME no Brasil (UN PRME, 2012; PRMEBRAZIL, 2015).

Segundo Yin (2005) é preciso que a investigação seja feita com fenômenos atuais, que neste estudo, são as instituições envolvidas desde 2007 até 2014, que tentam implantar os princípios PRME propostos pela ONU, assim a pesquisa está

dentro de um contexto real em que os limites poderão ser percebidos claramente para a compreensão do fenômeno.

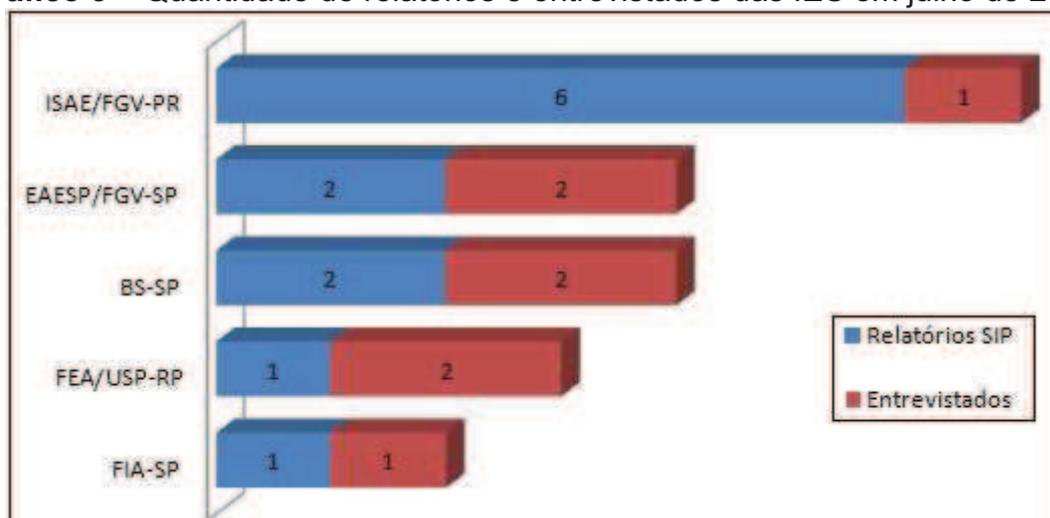
A estratégia da entrevista para a compreensão do fenômeno está relacionada com o tipo de questões (abertas) que foram formuladas, e a sequência dos princípios, para que o pesquisador tivesse o controle do tempo e que todos os itens fossem questionados. Fica mais adequado na coleta de dados segundo Yin (2005) que as questões na pesquisa fossem do tipo “quem”, “o que”, “como” e “por que” ajudando o pesquisador, a obter respostas para relatar acontecimentos.

### 3.1 Coleta de Dados

Para Yin (2005, p. 113) as fontes de coleta de dados podem ser; “documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos”. Gil (2010, p. 120) também afirma que “na maioria dos estudos de caso bem conduzidos, a coleta de dados é feita mediante entrevistas, observação e análise de documentos”, por isso foram analisados os relatórios SIP, as páginas da *web site* e, as respostas do questionário feito para cada instituição.

As IES entrevistadas contribuíram nesta pesquisa com os relatórios SIP publicados na UN/PRME, e com as respostas ao questionário feito nas entrevistas. O Gráfico 3 mostra as quantidades de relatórios e entrevistados que cada IES contribuiu para esta pesquisa.

**Gráfico 3** – Quantidade de relatórios e entrevistados das IES em julho de 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados UN/PRME (2015).

Neste gráfico podemos perceber que a maior parte dos relatórios foi publicada pela ISAE/FGV-PR. Como gestora da rede brasileira (*Chapter Brazil*) das IES associadas a ISAE/FGV-PR implementa os princípios PRME desde o início dessa rede.

A quantidade de entrevistados neste gráfico mostra que, em apenas duas IES foi possível obter as respostas de uma pessoa, mas isto não prejudicou o resultado da pesquisa.

Assim, com foco nas instituições que publicaram relatórios, foram feitas análises dos dados destes relatórios. Nesta análise foram verificados quais princípios do PRME foram mencionados e quais ações foram realizadas.

O segundo passo foi analisar na *web site* das instituições que publicaram relatórios, buscando identificar indícios da aplicação dos princípios PRME e o progresso das implementações de sustentabilidade ambiental.

### **3.2 Entrevistas**

As entrevistas tiveram como base o roteiro e as perguntas do questionário elaborado por Godemann *et al.* (2011), No Apêndice A estão todas as questões utilizadas nas entrevistas desta pesquisa.

As questões são abertas e não estruturadas para permitir mais liberdade nas respostas (GIL, 2010). Foram entrevistados diretores, coordenadores, professores e colaboradores, responsáveis e envolvidos nas instituições com sustentabilidade, responsabilidade social e os princípios PRME assim como Godemann *et al.*(2011) fizeram: “entrevistas com os diretores das escolas de negócios que se comprometeram na integração da sustentabilidade”. Para garantir que os nomes dos entrevistados sejam preservados, todos foram indicados no texto, por uma letra maiúscula, e os nomes foram sorteados de forma aleatória para serem utilizados.

Para garantir que as entrevistas tivessem o mesmo formato, todas seguiram a mesma sequência das perguntas, baseadas nos seis princípios que estão do 1º ao 6º princípio no Quadro 9 desta dissertação. O roteiro das questões segue o quadro teórico da pesquisa, montado para esta pesquisa (Quadro 15):

**Quadro 15** - Relação teórica da pesquisa com os princípios PRME.

Referencial teórico	PRME	Relatório SIP	Questões
Desenvolvimento Ambiental Sustentável Brundtland (1987).	<b>Propósito</b>	Quais princípios foram implementados e quais não foram.	Quais fatores contribuíram na implementação dos princípios PRME?
Responsabilidade Social Organizações ISO 26000 (2010).	<b>Valores</b>		
Educação Sustentável Ambiental. Mello e Oliveira (2002).	<b>Método</b>		
Princípios educação e gestão sustentável UNPRME (2007).	<b>Pesquisa</b>		
Rede interorganizacional Cândido (2001).	<b>Parceria</b>		
	<b>Diálogo</b>		

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Este quadro teórico tem como base os seis princípios PRME e o referencial teórico equivalente. As questões apresentadas no Quadro 15 serviram de guia para as entrevistas.

Foram analisados ainda, os relatórios das instituições de ensino brasileiras, daquelas que são associadas, signatárias dos princípios PRME da ONU e que já publicaram seus relatórios SIP, na *web site* da rede UN PRME, compartilhando o progresso das ações implementadas.

Até a data da pesquisa, as instituições participantes da UN PRME eram 576, e deste total, 26 são brasileiras até maio de 2015. Destas, 11 publicaram 23 relatórios SIP, dos quais foram analisados 5 instituições, sendo 1 do Paraná e 4 de São Paulo. As que foram analisadas são as de nºs 1, 2, 4, 5 e 8 do Quadro 14 desta dissertação.

As análises mostram as informações que respondem à pesquisa. Com os dados obtidos nas respostas utilizou-se o software *Microsoft Office Excel 2007* para gerar os gráficos que representam os resultados.

A partir das análises dos relatórios e com base no referencial exploraram-se as maneiras (como) e os motivos (por que) da implementação e das ações realizadas nas IES. Com o objetivo de descrever e analisar o que ajudou as instituições a inserirem a sustentabilidade ambiental, na gestão e na formação dos alunos.

Assim, a seguir são apresentadas as análises feitas com base nas entrevistas realizadas, na análise dos relatórios e no que está publicado na *web site* de cada instituição.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Ao iniciar as entrevistas, antes das questões sobre os princípios, seguiu-se a metodologia da pesquisa sugerida sobre coleta de dados, as primeiras questões feitas foram para saber “como” “o que” e “por que” (YIN, 2005) a instituição ou o diretor responsável se interessou sobre os assuntos de educação responsável com preocupações voltadas ao meio ambiente e o desenvolvimento ambiental sustentável. O que motivou a procura e como foi o envolvimento com os princípios, a responsabilidade social e a sustentabilidade para a educação a ser implementada pela IES.

Então, a instituição de ensino Business School São Paulo – BS-SP, segundo o entrevistado - H, informou que, desde o início da instituição, fundada em 1991 (BS, 2015), os assuntos relacionados à responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental fazem parte do currículo da instituição, comenta o entrevistado – H que “só não tinham muito envolvimento com o assunto e pouco compromisso para cumprir” sobre o assunto. Isto aconteceu quando começaram a se envolver, mas agora é diferente e confirma-se isto nesta pesquisa.

O que ajudou muito a BS-SP, é que tinham total apoio da presidência nas ações e inovações que a diretoria poderia adotar. Ainda informou o entrevistado – H, que em 2008 era o diretor da instituição e assim que soube da existência dos princípios PRME começou a frequentar os encontros, a fim de conhecer sobre o assunto. Então percebeu que era um tema pioneiro e ainda era promovido pela ONU. Depois de entender o que a ONU estava fazendo, dois motivos o fizeram assinar e participar do PRME. O primeiro motivo, fator preponderante, foi a influência das melhores escolas do mundo que estavam envolvidas, nos encontros, nas conversas e na troca de ideias, enquanto as escolas brasileiras nem sabiam da existência destas iniciativas. O segundo motivo foi acreditar na importância e no enfoque sobre sustentabilidade e meio ambiente que o entrevistado – H tem.

De outra forma, a Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto – FEA/USP-RP Universidade de São Paulo, desde 1992, autônoma a partir de 2002 (FEA/USP, 2015) informou o entrevistado – B, já promovia ações sobre o assunto sustentabilidade.

Estas ações foram promovidas pela USP que criou um projeto participativo para educação ambiental e formação socioambiental dos servidores da USP, ações coordenadas pela Superintendência de Gestão Ambiental – SGA da instituição pública (SGA/USP, 2014). Seguindo este caminho, a USP de Ribeirão Preto, em 1996, fazia parte de um programa da prefeitura chamado “Lixo Útil” que depois foi envolvido pelo programa chamado “USP Recicla” criado pela Superintendência e Gestão Ambiental da USP, o SGA nas ações internas da instituição.

Cabe destacar que os programas e iniciativas da SGA da USP são fundamentados com os princípios dos “3Rs”, que significam: reduzir, reutilizar e reciclar. As ações da “USP Recicla” estão publicadas na *web site* da instituição (SGA/USP, 2013) (Figura 9):

**Figura 9** - Publicação na *web site* da USP – 2013.



Fonte: SGA/USP (2013).

As faculdades da USP podem se envolver e utilizar as ações da USP e do SGA. Portanto é importante mostrar a publicação da *web site* da instituição, a missão da “USP Recicla” e os princípios dos 3Rs, propósitos com iniciativas relacionadas a gestão ambiental da instituição. Assim, descritos:

**MISSÃO:** Contribuir para a construção de sociedades sustentáveis por meio de ações voltadas a minimização de resíduos, conservação do meio ambiente, melhoria da qualidade de vida e formação de pessoas comprometidas com estes ideais.

Neste sentido, suas iniciativas visam:

Estimular a comunidade USP a incorporar valores, atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, em especial, a redução na geração de resíduos.

Colaborar para o estabelecimento de políticas de conservação, recuperação, melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida na USP, no seu entorno e interfaces.

Contribuir para fortalecer as preocupações e os cuidados socioambientais dos estudantes que anualmente se formam na USP.

Constituir um processo de gestão compartilhada e integrada de resíduos na USP, tornando-o um bom exemplo para a sociedade.  
Apoiar e fomentar a promoção de iniciativas voltadas aos objetivos acima e que articulem aspectos de pesquisa, ensino, extensão e gestão cotidiana da universidade.

**PRINCÍPIOS DOS 3RS:**

Reduzir ao máximo a geração de resíduos, por exemplo: eliminando os desperdícios, rejeitando produtos e embalagens supérfluas, usando plenamente os recursos tal como a frente e o verso das folhas de papel.  
Reutilizar os produtos e materiais sempre que possível. Por exemplo, adotando materiais permanentes ao invés de descartáveis.  
Reciclar. Esgotados os esforços de redução e reutilização, encaminhar os resíduos para a Reciclagem, por meio da coleta seletiva (SGA/USP, 2013).

O entrevistado – B, da FEA/USP-RP, também informou que a instituição não sabia direito do que tratavam os princípios PRME. No entanto já participavam de ações sobre o assunto sustentabilidade. Um exemplo é a participação na formação do grupo de pesquisa *Golden for sustainability*, iniciativas na gestão de companhias internacionais que a FEA/USP-RP se envolveu.

A FEA/USP-RP, em 2012, também participou da Rio+20 (a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), um evento sobre sustentabilidade e teve contato com instituições signatárias dos princípios PRME da ONU, conforme informou o entrevistado - B. Depois de analisarem as informações sobre os princípios, perceberam que os mesmos tinham tudo a ver com as pesquisas do grupo *Golden for sustainability*. O entrevistado – B informou que o diretor da FEA/USP-RP mostrou interesse sobre o PRME e solicitou mais informações para o provável envolvimento.

Já para a Fundação Getúlio Vargas – FGV/EAESP-SP com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, o entrevistado – G, sempre procurou estar “conectada com iniciativas inovadoras na educação”, desde que foi criada, em 1954. O objetivo é: “formar pessoas para enfrentar os desafios surgidos no momento de mudanças pelo qual o Brasil passava” (FGV, 2015). A partir de 2003, tem um centro de estudos em sustentabilidade – GVCes, dedicado a educação de futuros gestores com sustentabilidade, atuando sobre estes assuntos de forma independente.

Por sua vez, a Fundação Instituto de Administração – FIA fundada em 1980 (FIA, 2015), segundo o entrevistado – E, a resposta informada foi que a instituição desenvolve ações de responsabilidade social há mais de 10 anos por intermédio do Instituto de Gestão para Organizações da Sociedade Civil – GESC, no qual

capacitam profissionais e voluntários de vários setores da sociedade com ações de responsabilidade social. Esta iniciativa demonstra que a instituição reconhece que o assunto faz parte da agenda de diversos países e instituições internacionais. Por iniciativa própria a FIA assume o papel de disseminador do conhecimento, educando para uma sociedade mais justa.

E por fim, o Instituto Superior de Administração e Economia - ISAE/FGV-PR dedicado a formar líderes para o futuro desde 1992 (ISAE/FGV, 2015), segundo informado pelo entrevistado - F, desde 2004, eram membro do Pacto Global da ONU, ações relacionadas com os 10 princípios deste pacto (QUADRO 8 p. 58).

Dessa forma, nota-se nas respostas das instituições que ações e comportamento ambientalmente responsáveis (SILVA, 2014) já faziam parte das atividades dessas instituições. Tais ações contribuíram para o envolvimento com o objetivo da educação ambiental, a conscientização e a atitude, e pode ajudar a iniciar as mudanças (BARBIERI e SILVA, 2011) e, a implementar os princípios PRME da ONU.

Outra questão feita aos entrevistados, além de informarem o “por que” do envolvimento com o assunto de sustentabilidade e o desenvolvimento organizacional sustentável (SIEDENBERG, 2006), foi a respeito de “como” ocorreu a associação ou a assinatura definitiva do envolvimento com os princípios PRME da ONU.

As informações obtidas foram as seguintes:

Segundo o entrevistado – H, a BS-SP se tornou signatária oficialmente em abril de 2010, depois de encontros com pessoas de outras instituições em eventos sobre sustentabilidade, onde conheceu o secretário geral deste programa. Após conversar e entender o que eram os princípios e quais os objetivos pretendidos, decidiram assinar o contrato para associarem-se a rede PRME.

Enquanto que para a FEA/USP-RP, segundo o entrevistado – B, depois de obterem informações sobre os princípios PRME participou da primeira reunião e das discussões, constatou que a iniciativa era séria e decidiram fazer parte e se dedicar ao assunto. Assim, assinou com o PRME a associação em 2012. Embora por ser uma instituição que congrega muitas faculdades, as quais têm autonomia para implementar suas ações, foi criado um escritório de sustentabilidade para a gestão deste envolvimento. Reforça o entrevistado - B, mesmo com as ações existentes na

USP, ao associar-se aos princípios PRME da ONU, houve uma motivação a mais fazendo com que surgissem mais ideias e ações a serem realizadas, e que estavam relacionados à sustentabilidade.

Já para a FGV/EAESP-SP por intermédio do GVces - centro de estudos em sustentabilidade coordenado pelo representante - K, em 2007, e com o representante - L responsável pela graduação na instituição, tiveram a ideia de assinar o PRME-ONU assumindo a responsabilidade na adoção e implementação dos princípios. Por ser uma escola tradicional conhecida e renomada, informou o entrevistado – G, foi a PRME da ONU que procurou a instituição com a proposta para serem signatários e implementar os princípios.

Para a FIA ficar associada, informou o entrevistado – E, foi feito o contato com o *Chapter Brazil*, em 2010. Esta instituição é a representante da rede de signatários dos princípios PRME da ONU no Brasil, e dessa forma foi assinado oficialmente em março de 2011 o envolvimento da instituição.

No caso da instituição ISAE/FGV-PR que é a gestora do *Chapter Brazil* o entrevistado – F, declarou ser um “entusiasta da educação executiva” por isso se envolveu como membro do Pacto Global anteriormente, e participou no grupo de instituições que se uniram para a criação dos princípios para a educação executiva responsável, que são os princípios PRME da ONU.

Depois destas respostas percebe-se que o conhecimento detalhado sobre o que significa e para que serve os princípios e quais seus objetivos, fizeram com que as instituições interessadas decidissem participar da associação da instituição com os princípios PRME (BARBIERI e SILVA, 2011). Segundo o entrevistado - H, disse “assinar é fácil, mas depois deste momento liga o cronômetro”, ou seja, a instituição é orientada a publicar em 2 anos um relatório das ações e implementações feitas. Porém antes deve escolher o que vai fazer dos princípios PRME e tentar implantar para depois relatar, compartilhando o que foi feito realmente. Segundo o entrevistado – H, é como uma corrida contra o tempo. Podendo ser difícil a implementação e o envolvimento com os princípios PRME.

Assim sendo, agora serão abordadas as análises com base nos princípios. Na sequência do 1º ao 6º princípio (Propósito, Valores, Método, Pesquisa, Parceria e Diálogo). A análise é apresentada por princípio e, em cada princípio estão

envolvidas as respostas da entrevista, do que esta no relatório SIP, e do que pode estar publicado na *web site* sobre o princípio, de todas as instituições entrevistadas.

#### 4.1 Primeiro princípio PRME – Propósito - Implementação

Este princípio PRME estabelecido como “Propósito” que deve fazer parte ou estar incluído nos objetivos institucionais, podendo ser publicada na missão e visão da instituição. A descrição é: “Desenvolver a capacidade dos estudantes para serem futuros geradores de valor sustentável para as empresas e a sociedade em geral e trabalhar para uma economia global inclusiva e sustentável” (UNPRME, 2007).

O questionamento feito de “como” foi implementado o princípio PRME da ONU, a BS-SP, segundo o entrevistado- H, este item foi fácil de aplicar, pois já tinham envolvido na missão este propósito. Publicado na página da *web site* como um dos pilares da instituição, a missão é: “Transformar indivíduos e organizações em líderes éticos de negócios no Brasil e no exterior”. E, para complementar o valor em responsabilidade tem que “ter uma conduta responsável em relação às pessoas, à sociedade e ao mundo natural, já que sem responsabilidade não podem existir eficácia, bem-estar e sustentabilidade” (BS, 2015). Confirmando o envolvimento com associações, a instituição publica o logotipo com quem esta envolvida (Figura 10):

**Figura 10** - BS-SP - Publicação de associações realizadas – 2015



Fonte: BS (2015).

Pode-se constatar com base na Figura 12 que a BS-SP fez várias associações além do PRME da ONU, como por exemplo: a EFMD (Enhance Excellence in Management Education and Development Globally) e outras, demonstrando interatividade para o desenvolvimento dos estudantes nesta instituição.

Enquanto a FEA/USP-RP segundo o entrevistado – B, informou ao assinar o compromisso com a associação, destacou que: “não quer dizer que seja alterado ou incluído alguma coisa imediatamente na missão ou na visão da instituição”. Disse que a instituição entende que, os propósitos podem estar envolvidos com algum outro ponto em que a instituição possa estar aplicando a sustentabilidade. E, no caso desta instituição, já têm um escritório que centraliza os planejamentos,

estratégias, e todas as questões de sustentabilidade ou o que estiver relacionado a este assunto.

Consultando a página na *web site* da instituição encontra-se a Missão publicada da FEA/USP-RP é:

Atuar como uma unidade de excelência e inovação em ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Economia, Administração e Contabilidade, formando profissionais com competências e senso crítico, para o desenvolvimento da sociedade.

Temas:

Visão crítica – Saber estudar, pensar e agir de forma transdisciplinar.

Contribuir para a sociedade.

Empregabilidade.

Ambiente institucional para incentivo e inovação e ao desenvolvimento (FEA/USP, 2015).

Nota-se que não está diretamente mencionado o que o primeiro princípio propõe, a não serem as palavras: inovação, desenvolvimento da sociedade e contribuir com a sociedade. Mas, como disse o entrevistado – B, não precisa incluir imediatamente na missão, mas sim, as ações realizadas. O exemplo é o envolvimento com as ações da USP Recicla, a constituição de um escritório para tratar de assuntos sobre a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental demonstra o engajamento com o assunto.

O entrevistado – B informa que, o envolvimento com os princípios PRME pode ser divulgado de várias formas, uma delas é que foi feita uma placa com os princípios e colocada na instituição, também foi criada uma página na *web site*, com o nome “PRME” *Home* para divulgação de assuntos relacionados a este tema, além do *facebook* por onde podem publicar várias ações realizadas. Ao fazer parte da associação e do compromisso com o PRME da ONU esta instituição publica na *Home Page*, o logotipo do PRME que validam as ações com a gestão responsável na educação (Figura 11):

**Figura 11** - FEA/USP-RP – Publicação da associação na *web site* – 2015.



Fonte: FEA/USP (2015).

Portanto, para a FGV/EAESP-SP, segundo o entrevistado - G, o primeiro princípio também, já estava incluindo na missão e na visão. Esta instituição tem um centro de estudos para promover e implementar a sustentabilidade. A

implementação do propósito é demonstrado por intermédio do GVces, (centro de estudos em sustentabilidade) que criou uma disciplina eletiva que é inovadora trabalhando com os alunos “um olhar de complexidade e transdisciplinaridade”, como disse o entrevistado – G, ensina “não olhar as coisas da sua caixinha mas a conexão entre elas”.

Analisando o site da FGV/EAESP-SP, constata-se que a missão e visão desta instituição deixa claro o alinhamento com o propósito dos princípios PRME conforme abaixo:

MISSÃO – Expandir continuamente as fronteiras do conhecimento contribuindo para um desenvolvimento sustentável, no âmbito da administração pública e empresarial.

VISÃO – Ser um espaço de excelência em cocriação, compartilhamento e aplicação de conhecimento.

VISÃO DE MUNDO – O GVces quer coexistir em um mundo que:

- Incorpore os direitos das atuais e futuras gerações nas decisões do presente.
- Tenha um olhar sistêmico dos principais problemas que atingem a humanidade.
- Proteja o ambiente enquanto meio de sustentação de toda e qualquer forma de vida.
- Construa um modo de produção e consumo baseado na eficiência do uso dos recursos, na ética e solidariedade das relações de troca, na equidade das oportunidades e no respeito aos limites ecológicos do planeta.
- Garanta a liberdade e os direitos humanos.
- Possibilite o desenvolvimento humano e a formação do ser.
- Busque soluções respeitadas e apropriadas às singularidades de cada território, o que inclui os ecossistemas, suas paisagens e a cultura local.
- Vise o aperfeiçoamento institucional, de forma que as organizações públicas, empresariais e da sociedade civil possam interagir, em processos de alto dinamismo e diversidade.
- Construa permanentemente qualidades democráticas nos processos de negociação, articulação e formação de consensos, por meio de mecanismos transparentes, abertos e coletivos, com a participação de todos os atores direta ou indiretamente envolvidos. (FGV/EAESP, 2015).

O GVces da instituição promove vários projetos como: Programa Brasileiro GHG *Protocol*, Registro Público de Emissões, Plataforma Empresas pelo Clima, Tendências em Serviços Ecosistêmicos, Inovação e Sustentabilidade na Cadeia de Valor, Iniciativa Desenvolvimento Local e Grandes Empreendimentos entre outros.

As associações feitas pela FGV/EAESP-SP podem ser observadas na publicação da *web site* (Figura 12):

**Figura 12** - Publicação de associações da FGV/EAESP-SP – 2015.

Fonte: FGV/EAESP (2015).

A FGV/EAESP-SP associou-se além do PRME da ONU, com a AACSB (*Association to Advance Collegiate Schools of Business*) que promove a qualidade avançada na gestão da educação no mundo todo, e com a EFMD (*Enhance Excellence in Management Education and Development Globally*) – EQUIS (*EFMD Quality Improvement System*), de forma a reforçar ainda mais o envolvimento com a educação de qualidade e sustentabilidade.

A FIA, segundo o entrevistado – E, para promover o princípio do propósito reafirmou seu compromisso revisando os objetivos incorporados a partir dos conteúdos pedagógicos. A Instituição participa de projetos sociais para ajudar a “reduzir as desigualdades sociais no Brasil” cumprindo o seu papel como organização educacional, cumprindo de sua missão, na formação de recursos humanos em atividades educacionais (FIA, 2015). As associações e credenciamentos publicados por esta instituição são dedicadas a qualidade na formação e não colocou neste credenciamento o logotipo do PRME (Figura 13):

**Figura 13** - Publicação de credenciamentos da FIA – 2015.

Fonte: FIA (2015).

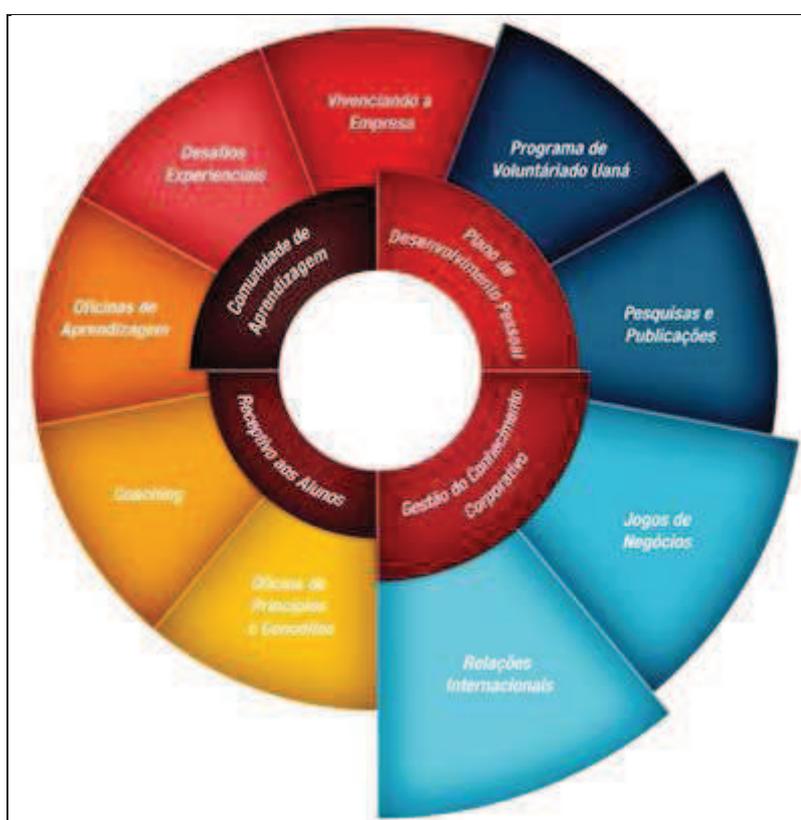
E, para a ISAE/FGV-PR, segundo informado pelo entrevistado – F, possui conceitos que servem como diretriz para nortear as ações da instituição que são: liderança, sustentabilidade, governança, inovação, ética e empreendedorismo.

Na visão da ISAE/FGV-PR o objetivo é “posicionar o ISAE como uma escola de negócios referência em educação transformadora, soluções inovadoras e resultados sustentáveis”. Com iniciativa exclusiva chamada pela instituição de “perspectivação - que significa perspectiva de futuro com ação no presente” promovem o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos, seguindo conceitos

fundamentados em sustentabilidade, inovação, ética, formando “líderes globalmente responsáveis” (ISAE/FGV, 2015).

A proposta, chamada pela instituição, de “visão sistêmica” da ISAE/FGV-PR é representada como uma espiral como comentada por Godemann *et al.* (2011) e o aprendizado gradual da educação ambiental (BRASIL, 2007, p.38), seguindo passo a passo os desafios para o futuro líder tiver visão global contínua e crescente (Figura 14):

**Figura 14** – Visão sistêmica global do futuro líder.



Fonte: BS (2015).

Desde o ingresso dos alunos, este processo de ensino e aprendizagem explora o desenvolvimento pessoal, ou seja, em cada período os alunos devem passar por vários conteúdos em oficinas de princípios, desafios, até programas de voluntariado e outros, para capacitar o estudante com a maioria dos conteúdos necessários de acordo com o programa proposto pelo curso.

A ISAE/FGV-PR é signatária do Pacto Global (*Global Compact*) desde 2004, e, dos princípios PRME desde 2007. Atualmente é responsável na gestão do capítulo brasileiro chamado de *Chapter Brazil* do PRME da ONU no Brasil. Conforme publicado na *web site*, a missão foi reescrita para ser transformadora na educação, e

para estar em sinergia com os pilares de aprendizagem da Unesco que é “aprender e se transformar e transformar a sociedade e ser protagonista do desenvolvimento sustentável, inspirando lideranças globalmente responsáveis por meio de uma educação transformadora” (ISAE/FGV, 2015).

A ISAE/FGV-PR publica o envolvimento adotado com os princípios PRME e o Pacto Global na *web site* (Figura 15):

**Figura 15** – ISAE/FGV-PR – Publicação da associação na *web site* – 2015.



**Fonte:** ISAE/FGV (2015).

Esta publicação é feita por instituições que implementam os princípios PRME e apoiam o *Global Compact*. Instituições internacionais e nacionais estão adotando princípios básicos e fundamentais nas ações praticadas por elas.

#### **4.2 Segundo princípio do PRME – Valores - Implementação**

Discussões viabilizando um padrão de desenvolvimento socioambiental mostram a necessidade e adoção de Valores que direcionem para a proteção ambiental. Assim, implementar o 2º princípio PRME da ONU significa “Incorporar nas atividades acadêmicas e currículos os valores da responsabilidade social global como retratado em iniciativas internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas.” (UNPRME, 2007).

A BS-SP segundo o entrevistado – H, sempre objetivou formar “gestores internacionais”. Com o envolvimento dos princípios PRME passou a formar “gestores responsáveis”, que respeitam valores éticos e socialmente responsáveis. O termo “Gestores com enfoque internacional e socialmente responsáveis” pode ser incorporado à missão da instituição. Não foi fácil implementar este termo na missão.

A instituição não fez alteração no currículo do curso, mas um aumento na carga do curso. Carga horária do lado ético, da responsabilidade social e da sustentabilidade. A BS-SP oferece curso de pós-graduação ou MBA, onde foi possível implementar e focar mais os temas necessários. Em todos os cursos o tema é abordado, como confirmaram os entrevistados – H e A.

A formação de gestores socialmente responsáveis é uma ação e uma estratégia de gestão que contribui para melhorar a qualidade de vida da sociedade (ALIGLERI, ALIGLERI e KRUGLIANSKAS, 2009; MELO, 2014). A BS-SP com ações acadêmicas apresentadas no relatório SIP de 2012 entre o grupo que envolve a Universidade Anhembi Morumbi e a Laureate *International Universities*, mostram cursos de MBA executivo, MBA especializado e Master com abordagens sobre sustentabilidade como Governança Corporativa e Sustentabilidade.

A FEA/USP-RP segundo o entrevistado - B, não fez alteração na missão e visão da instituição, mas foram feitas varias discussões com docentes, coordenadores e chefes de departamentos, não vão seguir pelo caminho de alterar o currículo das disciplinas, ou incluir mais disciplinas para cumprir os valores necessários ligados à sustentabilidade.

A direção da instituição, segundo o entrevistado - B, entende que a sustentabilidade é algo transversal, não concentrado em uma única disciplina. Não se fala em treinamento. As práticas em sustentabilidade promovem o treinamento aos funcionários. Com isto os professores recebem pouco treinamento, mas tem muitas outras oportunidades com palestras, discussão, *workshop* e eventos.

Outras formas de ações com os alunos são: os intercâmbios com entidades que atuam na área social, consultoria voluntária com organização não governamental – ONG, participações em entidades, conseguindo assim, envolver mais os alunos, segundo o entrevistado - B.

Além do que, os professores da FEA/USP-RP, informa o entrevistado – B, têm autonomia total para ministrar as disciplinas, mesmo com ementas aprovadas pela avaliação do MEC. Se o princípio chave da instituição é a autonomia docente,

informa o entrevistado - B, então o caminho para atingir o objetivo é envolver os professores nas atividades do PRME, para se apropriarem dos propósitos, dos benefícios, da importância e sentirem a relevância do assunto.

O entrevistado – I, da FEA/USP-RP informou que a instituição antes de implementar algum princípio, analisou os relatórios SIP de outras instituições que publicam as implementações do PRME e observou que algumas instituições conseguem implementar alguns princípios mas, outras não conseguem.

A FEA/USP-RP, afirma o entrevistado - B, é uma instituição tradicional e com muitas pesquisas em sustentabilidade, entretanto a respeito dos valores, a instituição tem cultura e metodologia tradicionais. Portanto a carga horária e a matriz curricular das disciplinas parecem ser suficientes, porém, não tem certeza que haja a necessidade de mudanças. Já são feitas outras atividades como: diálogo com alunos, eventos, discussões, conversas que consideram importantes para transmitir informações sobre assuntos relacionados à sustentabilidade.

A FEA/USP-RP publicou no relatório SIP 2013 programas do centro de ações voluntárias dos universitários - CVU, com ações de cidadania demonstrando estarem engajados com temas e assuntos relacionados à sustentabilidade (FEA/USP, 2015) (Figura 16):

**Figura 16** – Missão e destaque do CVU (*University Volunteer Center*) 2013.



**Fonte:** Relatório SIP da FEA/USP-RP (UN PRME, 2013).

O entrevistado – B confirma ações da instituição com as atividades do centro de voluntariado, o CVU que ajudou a constituir o centro acadêmico. Promove anualmente a “FEA Viva” e outras ações como: trote solidário, campanha da gravata rosa demonstrando não haver discriminação e etc.

A FGV/EAESP-SP segundo o entrevistado - G, para implementar atividades acadêmicas e valores na matriz curricular de disciplinas em cursos regulares, ainda “tem dificuldade para mudanças”. Mesmo existindo a intenção ou um movimento, “ainda não conseguem implantar”, informa o entrevistado - G. Primeiro é necessário mobilizar e capacitar os docentes, e os alunos que também são resistentes. Implementa-se disciplinas que são eletivas e planejadas. Os alunos que iniciam na graduação também fazem aplicações relacionadas à sustentabilidade.

Os valores seguidos e publicados da FGV/EAESP-SP são:

**COMPROMISSO:** Somos comprometidos com um projeto de desenvolvimento que contemple de forma efetiva as soluções para os desafios da sustentabilidade, buscando inspirar outros a compartilhar nossa visão de mundo.

**CONSTRUÇÃO COLETIVA:** Acreditamos em processos inclusivos, colaborativos e democráticos para a construção e o compartilhamento do conhecimento junto aos seus colaboradores, parceiros e a sociedade em geral.

**COERÊNCIA:** A sustentabilidade não é um lugar a que se chega, mas a maneira de fazer.

Valorizamos a qualidade do processo, de tal forma a garantir não apenas que o fim seja o desejável, mas que os meios sejam os mais adequados para atingi-lo.

**INOVAÇÃO:** Entendemos que a inovação é um componente fundamental para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento e, por isso, busca atuar nas fronteiras do conhecimento.

**RESPEITO:** Atuando no espaço público, acreditamos que a atenção e o respeito aos demais se assentam, essencialmente, sobre a aceitação das diferenças e a valorização da diversidade e da pluralidade, reconhecendo nelas um fator de crescimento coletivo (FGV/EAESP, 2015).

Foi criado um jogo sobre mudanças climáticas no centro de estudos em sustentabilidade (GVces), há cerca de dois anos foi implementado em todos os semestres para os alunos da graduação, os “valores” da instituição segundo o entrevistado - C, promovendo o interesse dos alunos pelo assunto. Isto demonstra sinais de desenvolvimento, com novas formas de aprendizagem para os estudantes.

A FIA segundo o entrevistado – E, incluiu disciplinas para incorporar os “valores” nos cursos de MBA. Os conteúdos estão relacionados aos temas: Governança, Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade, também abordam o *Triple Bottom Line* (STENZEL, 2010; CARVALHO, 2011; PEREIRA, 2013) que promovem a sustentabilidade nas disciplinas.

A FIA pretende incorporar nos currículos conteúdos novos, por exemplo, em 2013, formou disciplinas relacionadas aos seguintes assuntos:

Responsabilidade Social e Sustentabilidade.  
 Empreendedorismo e Sustentabilidade.  
 Gestão de organizações e iniciativas sociais desenvolvimento competências  
 para o Empreendedorismo social.  
 Governança e sustentabilidade (UN PRME, 2015)

Segundo o entrevistado – E, a instituição acredita na conscientização por intermédio de práticas pedagógicas, estudo de caso, resolução de casos. Afirma também que, “todos os canais de comunicação são ferramentas utilizada para a disseminação de conhecimento e promoção de ações voltadas para os princípios do PRME da ONU”.

A ISAE/FGV-PR segundo o entrevistado – F, afirma que a instituição, desde o início, tem a sustentabilidade no seu DNA, composto nas atividades acadêmicas e no currículo. Os valores publicados na *web site* no ensino pesquisa e extensão mostram o contínuo aprimoramento e expansão que são:

Relacionamento ético;  
 Espírito de equipe: colaboração, corresponsabilidade e sinergia;  
 Comunicação assertiva e afetiva;  
 Comprometimento com resultados sustentáveis (ISAE/FGV, 2015).

A pessoa entrevistada – F da instituição ISAE/FGV-PR informou que quando passou a fazer parte, como signatária do PRME os valores já estavam incorporados.

#### **4.3 Terceiro princípio do PRME – Método - Implementação**

O 3º princípio PRME da ONU é o Método, que significa “Criar estruturas de ensino, materiais, processos e ambientes que possibilitem experiências de aprendizagem eficazes para a liderança responsável.” (UNPRME, 2007).

A BS-SP segundo o entrevistado - H, implementou este princípio com o aumento da carga horária em disciplinas sobre o assunto sustentabilidade em todos os cursos. No começo o foco era os cursos de MBA, mas agora, todos abordam o tema sustentabilidade. O entrevistado – A, informou que no começo eram apenas *workshops* que acabaram se tornando disciplinas obrigatórias, e com isto os alunos não tiveram muita dificuldade para se envolver e estudar estes assuntos.

Outros temas como: governança corporativa, sustentabilidade corporativa, gestão sustentável, sustentabilidade ambiental, ética, precisavam ser incluídos, além do envolvimento das equipes de professores com os assuntos e, em seguida, seria somente implementar a nova disciplina, conforme informaram os entrevistados - H e A, os quais utilizam a plataforma *Blackboard* dos cursos para ensinar o tema sustentabilidade.

A Infraestrutura da BS-SP apresenta ambientes sustentáveis, que foram observados na visita agendada para a entrevista e que utilizam iluminação natural, como pode ser observado (Figura 17):

**Figura 17** – Ambientes da infraestrutura – sala aulas, recepção e lazer – 2015.



Fonte: BS (2015)

A FEA/USP-RP segundo o entrevistado – B tem promovido eventos, seminários, diálogos com os alunos e parcerias com empresas, os quais discutem o assunto na FEA/USP-RP sobre sustentabilidade. Os projetos podem receber premiações, tais como os projetos sustentáveis, e dessa forma surgem oportunidades para se verificar o que está ocorrendo. Também são oferecidas bolsas de estudos de fundação americana. Na visita feita à Instituição observou-se que existe um ambiente propício, confortável e sustentável para estudos (Figura 18):

**Figura 18** – Ambientes observados na FEA/USP-RP – 2015.



Fonte: FEA/USP (2015).

Na visita à instituição, foi observada a coleta seletiva de lixo, tanto dentro dos prédios como nas ruas do campus. Não existem copos descartáveis para se beber água, devido à uma ação promovida pela “USP Recicla” na qual houve a suspensão de materiais reciclados (*suspension of disposables*) em que, cada funcionário deve

ter o seu kit (canecas e garrafas de água) como está publicado no relatório SIP da instituição (Figura 19):

**Figura 19** – Kit fornecido pela “USP Recicla” - 2013.



**Fonte:** Relatório SIP da FEA/USP-RP de 2013 (UN PRME, 2015, p. 16)

Nesta ação que eliminou os copos descartáveis, o entrevistado - B comentou que se um visitante pedir para beber água deve usar uma destas canecas que o funcionário disponibiliza para o visitante.

A FGV/EAESP-SP segundo o entrevistado – G tem um departamento que desenvolve materiais didáticos para ajudar com as novas formas de aprendizado na educação. Oferecem cursos aos professores e funcionários. Este departamento também criou uma sala chamada “*Design thinking*” totalmente voltada para inovação, que pode ser utilizada por qualquer professor. Sustentabilidade e inovação andam juntas, segundo o entrevistado – G, tem utilizado esta sala para aulas com turmas de 70 alunos, quando o assunto é sustentabilidade. O GVces, centro de estudos em sustentabilidade da FGV criou a disciplina eletiva de formação integrada para sustentabilidade (FIS), ação inovadora que é aplicada na sala *Design thinking*, a qual também inspirou a criação de outras disciplinas.

Este projeto referência, segundo o entrevistado - G, de formato inovador propõe um desafio real ligado à sustentabilidade onde o aluno, reavalia valores, princípios e crenças, que podem influenciar o futuro gestor. Outras disciplinas também foram criadas para a realização que envolve parcerias com outras escolas, proporcionando ao aluno vivenciar o desafio proposto, confirma o entrevistado - C, na disciplina de Negócios de Impacto Social (NIS) envolvendo responsabilidade social e desenvolvimento local.

A FIA segundo o entrevistado – E, desenvolve diversas ações, como a educação inclusiva, a adaptação das instalações para pessoas com deficiência

física, auditiva e visual em todos os níveis dos cursos oferecidos. O projeto pedagógico e os currículos buscam a formação multicultural.

Cumprindo o seu papel, a FIA promove projetos sociais para reduzir as desigualdades sociais, com apoio financeiro dos parceiros realizadores dos projetos. Além dos projetos de capacitação acadêmica e profissional, a FIA apoia a qualidade de gestão do terceiro setor, conforme publicado em seu relatório SIP (FIA, 2015) (Figura 20):

**Figura 20** – Projetos publicados na FIA – 2015.



**Fonte:** Relatório SIP da FIA (2015).

Os cursos de graduação da FIA possuem projetos pedagógicos que garantem a “formação plural, dinâmica e multicultural” (FIA, 2015, p.14).

A ISAE/FGV-PR segundo o entrevistado - F inspirada nos princípios PRME desenvolveu programas educacionais com os itens básicos que são: ética, sustentabilidade, governança e inovação. O modelo educacional da Perspectivação, que trata da perspectiva de futuro com ação no presente é um destes programas que estão sendo realizados, de modo a formar o ser humano integral, como agente transformador com múltiplas perspectivas destes profissionais.

#### **4.4 Quarto princípio do PRME – Pesquisa - Implementação**

A implementação dos princípios envolve preocupações com a continuidade dos assuntos relacionados à sustentabilidade e o meio ambiente. A pesquisa promove este avanço. O 4º princípio PRME da ONU é a Pesquisa, que significa “participar de pesquisas conceituais e empíricas para avançar a compreensão sobre o papel, a dinâmica e o impacto das corporações na criação de valores social, ambiental e econômico sustentável.” (UNPRME, 2007).

A BS-SP segundo o entrevistado - A, com doutorado em consumo consciente, trabalha com o impacto e planejamento estratégico, tem seis áreas com grupos de pesquisas. Os alunos não são obrigados a cursar estas disciplinas, mas são estimulados pelos professores orientadores, quando vão elaborar seus projetos finais. Com isto muitos trabalhos são feitos com assuntos de sustentabilidade.

Publicações da BS-SP em pesquisas sobre Gás natural, Inovação e economia de baixo carbono, logística reversa e sustentabilidade sob a perspectiva da complexidade, que estão de acordo com linhas de pesquisas indicadas pelos princípios PRME da ONU (UN PRME, 2015).

A FEA/USP-RP segundo o entrevistado – B está envolvida com vários grupos de pesquisas que trabalham assuntos sobre sustentabilidade e desenvolvimento socioambiental. No relatório SIP de 2014, vários cursos têm disciplinas que mencionam responsabilidade social, ética, meio ambiente, e sustentabilidade, por exemplo: Marketing e sustentabilidade, Inovação para sustentabilidade e Economia ambiental entre outras. Em pesquisas a FEA/USP-RP está no grupo “*Golden for sustainability*”, no EBC núcleo de estudos de baixo carbono, no LEPES que é laboratório de estudos e pesquisas em economia social (Figura 21):

**Figura 21** – Projetos de pesquisa publicados na FEA/USP-RP – 2015.



**Fonte:** Relatório SIP da FEA/USP-RP UN PRME (2015).

O entrevistado – B informa que, na FEA/USP-RP, o principal indicador na avaliação de desempenho dos cursos e na carreira docente é a pesquisa. Sobre sustentabilidade existem várias pesquisas no *stricto sensu* em andamento, com 8 a 10 professores que estudam esses assuntos. Nos cursos de MBA em economia e administração de empresas existem algumas disciplinas sobre sustentabilidade, como por exemplo: Contabilidade e responsabilidade social, Meio ambiente e sustentabilidade, Responsabilidade social nas organizações, Economia ambiental, Gestão sustentável e organização de pessoas. Além de sustentabilidade outros assuntos como: ética profissional, distribuição de renda e pobreza, também são oferecidos nas disciplinas.

Outra forma para avaliar as pesquisas da FEA/USP-RP, são as publicações e a evolução sobre sustentabilidade publicados no relatório SIP. De 2004 a 2012 totalizam 193 publicações (FEA/USP-RP, 2013, p. 11-12).

A FGV/EAESP-SP segundo o entrevistado - G, na pesquisa tem a linha de projetos nos mestrados acadêmicos que são concentrados em sustentabilidade, as disciplinas de Formação Integrada para Sustentabilidade (FIS) são disciplinas

eletivas, não estão na matriz curricular do curso. As escolhas por estas disciplinas são feitas por alunos que tem matérias obrigatórias que estão mais ligadas ao tema sustentabilidade.

O Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces), segundo o entrevistado - G, promove atividades planejadas na graduação, em todos os semestres, com um jogos de tabuleiro sobre mudanças climáticas, onde são feitas aplicações relacionadas a sustentabilidade, provocando o interesse dos alunos pelo tema.

Este centro de estudos em sustentabilidade (GVces) da FGV/EAESP-SP é a base de todas as pesquisas promovidas pela instituição, com mais de 40 pesquisadores docentes da instituição e que reúne outras instituições conforme informa o entrevistado - G, Esses pesquisadores são contratados para desenvolver sobre a temática acadêmica, ou aplicada. Promovendo destes estudos publicações em periódicos com classificação qualis A1 sobre sustentabilidade. As linhas pesquisadas do GVces são várias; sustentabilidade, mudanças climáticas, os ecossistêmicos, com temas como a água, o desenvolvimento local, um dos principais é o da região amazônica, também são estudados os indicadores com o ISE, que é o índice de sustentabilidade empresarial, entre outros.

A FGV/EAESP-SP é responsável pelo programa brasileiro GHG *Protocol*, que tem como objetivo “estimular a cultura corporativa para a elaboração e publicação de inventários de emissões de gases do efeito estufa (GEE), proporcionando aos participantes acesso a instrumentos e padrões de qualidade internacional” (GHG, 2015) conforme o entrevistado - G.

O GVces da FGV/EAESP-SP como centro de pesquisa da instituição, também trata de outros temas como o ciclo de vida aplicado, que envolve empresas e desenvolve as metodologias de análises, com estes contratos conseguem gerar subsídios. Parte destes contratos voltam para a escola, segundo o entrevistado - G, atualmente estas atividades precisam ser formalizadas novamente.

Segundo o entrevistado - G, a FGV/EAESP-SP tem o olhar da transdisciplinaridade, ou a conexão entre disciplinas, um dos princípios da formação integrada para sustentabilidade (FIS). Utiliza matriz de três momentos e avalia o deslocamento dos alunos no semestre, o resultado é a mudança do indivíduo sobre a temática proposta.

Para o entrevistado – E, da FIA a pesquisa deve ser prática, resolver problemas, propor soluções fundamentadas em sustentabilidade empresariais e sociais.

No relatório SIP da FIA a pesquisa é definida como um “princípio educativo, cultural e científico integrada ao ensino e à extensão”. A partir disto espera-se que os docentes fiquem atualizados e contribuam para que os discentes se envolvam nas pesquisas da formação própria. Estas atividades podem solucionar problemas da comunidade que a instituição participa, promovendo crescimento econômico e qualidade de vida (UNPRME, 2015, p. 16)

A ISAE/FGV-PR considera a pesquisa “elemento primordial para a disseminação do conhecimento científico”, informou o entrevistado - F e sempre deve estar entre as atividades acadêmicas. O centro de pesquisas ISAE, tem metas sobre sustentabilidade alinhadas com a estratégia da instituição. Promove soluções com pesquisas e conhecimento aplicáveis em sustentabilidade. Entre as pesquisas realizadas, em 2014, o centro de pesquisas participou de uma pesquisa internacional com o objetivo de medir o nível de conhecimento sobre sustentabilidade dos estudantes com curso superior no mundo, onde “o Brasil foi o segundo maior em número de estudantes”.

#### **4.5 Quinto princípio do PRME – Parceria - Implementação**

Outro item que promove discussões viabilizando o desenvolvimento socioambiental é o 5º princípio PRME da ONU, a Parceria, que significa “interagir com gestores das corporações de negócios para ampliar nosso conhecimento sobre seus desafios no cumprimento das responsabilidades sociais e ambientais, e explorar abordagens conjuntamente eficazes para enfrentar esses desafios.” (UNPRME, 2007).

Tendo os professores como parceiros na BS-SP, segundo os entrevistados – H e A, afirmam que vale a pena investir e preparar professores que lecionam disciplinas de outros temas para que adotem os princípios de sustentabilidade e consigam encontrar opções de aplicarem nas aulas. “Algumas disciplinas podem estudar mais sobre o assunto e outras menos, mas os conteúdos existem, e todos podem usar”.

As instituições associadas à BS-SP atuam como parceiras envolvidas nos mesmos propósitos, projetos e programas, promovendo diversas ações

relacionadas. A Universidade Anhembi Morumbi desenvolve programas de responsabilidade social, a *Sylvan-Laureate Foundation* e as outras também desenvolveram ações relacionadas à sustentabilidade e desenvolvimento socioambiental. Segundo o entrevistado - H, a *Laureate University* tem um mega sistema para treinar professores. Neste processo de formação e treinamento está incluso os temas sobre; sustentabilidade, ética e responsabilidade social, valores, comportamentos, atitudes, corrupção, diversidade, multiculturalidade. Assuntos que são abordados para o aprendizado e formação do professor e não para conteúdo de aulas nas disciplinas confirma o entrevistado - A.

As parcerias realizadas que promoveram os temas sobre sustentabilidade e responsabilidade social podem ser vistas no relatório SIP de 2014 (Figura 22):

**Figura 22** – Programas e parcerias realizados na BS-SP – 2014.

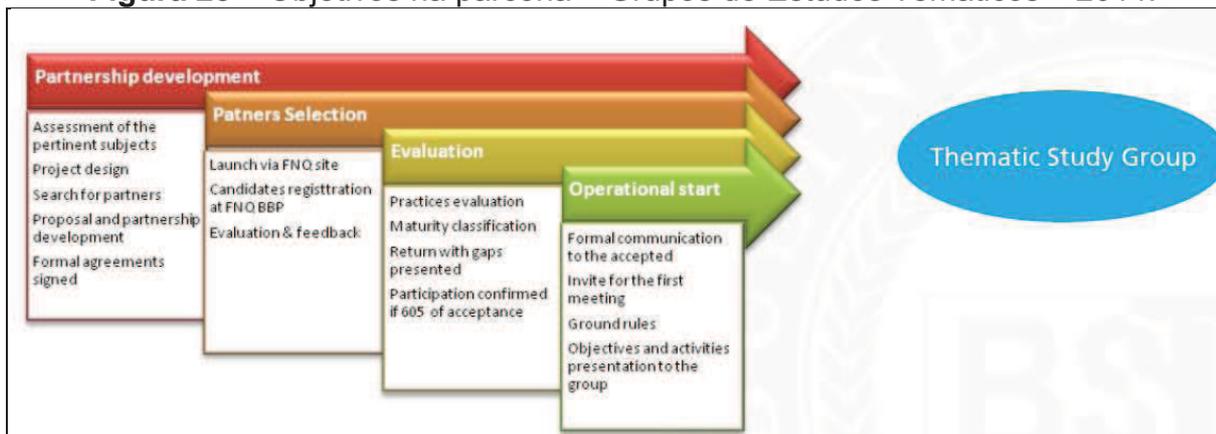


Fonte: Relatório SIP da BS-SP 2014 (UNPRME, 2015).

O destaque informado pelo entrevistado – H é sobre parceria. Ele conceitua como: associação de empresas com escolas para produzir avaliações, análises, pesquisas e a criação de conhecimentos que possam ser utilizados e copiados por outros. A BS-SP, com o corpo acadêmico, fez a parceria com a Fundação Nacional de Qualidade – FNQ, que entra com os associados, que são aproximadamente vinte empresas. As empresas têm as ações e a BS-SP participa com o lado conceitual, com seus professores que organizam, estruturam e levam experiências ao grupo. Essas ações levam em conta as atitudes relacionadas à sustentabilidade. Por exemplo, a Sabesp, Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL.

Esta parceria cria o grupo de estudos temáticos que pretende gerar pesquisas, casos práticos, processos sustentáveis nas organizações e publicações conforme representado (Figura 23):

**Figura 23** – Objetivos na parceria – Grupos de Estudos Temáticos – 2014.



**Fonte:** Relatório SIP 2014 (UNPRME, 2015).

O foco, atualmente, nesta parceria das empresas associadas, é o retorno financeiro com a sustentabilidade, ou seja, a empresa ganha mais quando adota esta postura (ARAUJO, CARVALHO e CASTRO, 2013). A BS-SP tenta conceituar este assunto e pretende produzir documentos mais claros, afirma o entrevistado - H.

As pessoas estão acostumadas a fazer as coisas sem pensar, mal acostumados. “É preciso mudar essa atitude”, afirma o entrevistado - H, mesmo que o “assunto sustentabilidade e desenvolvimento socioambiental possam interessar mais para uns, do que para outros”. Estes assuntos implementados na BS-SP não tiveram barreiras, informa o entrevistado - A. Os alunos normalmente são mais abertos que os professores, mas os professores estão mais receptivos, complementa o entrevistado - H, o que acontece na BS-SP.

Esta iniciativa de implementar a responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade “é um caminho sem volta”, algumas pessoas não priorizam o assunto e ninguém é contra, só fecham os olhos, diz o entrevistado - H. A BS-SP já contribuía antes, “depois da Rio+20 mais instituições se associaram e adotaram os princípios PRME”. Atualmente a rede brasileira do *Chapter Brazil* da iniciativa PRME da ONU, segundo o entrevistado – H, além de ser a “única no mundo, é uma das mais ativas”.

A FEA/USP-RP segundo o entrevistado – B tem participado e atuado na associação como parceria do PRME da ONU aqui no Brasil. Ainda não está definida a governança do PRME, mas todas as instituições participam das discussões, todos contribuem com sugestões nas reuniões e por email. No entanto apenas algumas conseguem implementar algumas ações, comentou o entrevistado – B. É preciso estar mais envolvido com o assunto para conseguir aplicar alguma coisa na IES.

Outra parceria que a FEA/USP-RP, aproveitando a sinergia, pretende fazer é com a FGV-EAESP, em São Paulo. Instituição da rede de signatárias dos princípios PRME que tem um projeto da GVces, que desenvolve um jogo de empresas e sustentabilidade com metodologia específica ligada ao assunto. Pretende-se “trocar forças” levando alunos para participarem e aprenderem deste jogo de sustentabilidade informa o entrevistado – B.

O entrevistado – G, não soube informar sobre campanhas, ou alguma ação da FGV/EAESP-SP para os alunos ou funcionários como forma de conscientização interna sobre estes assuntos. Afirma que, o centro de estudos está à disposição de todos para ajudar sobre assuntos relacionados à sustentabilidade.

A FIA segundo o entrevistado – E, “tem o papel de disseminar o conhecimento e criar a cultura da sustentabilidade”. Desenvolve ações que podem ajudar em todos os níveis do ensino. Promovem palestras, reuniões, reuniões conduzidas por discente, reduzindo o consumo e valorização dos recursos disponíveis.

No relatório SIP publicado da FIA, as parcerias promovidas para diversos projetos como: “convênios com entidades e instituições da região” para intercâmbios com organizações públicas e privadas. Ofertas para o desenvolvimento de atividades com apoio à organização. Com o apoio administrativo, as ações da associação de alunos também são apresentadas: projetos sociais feitos por alunos e ex-alunos (FIA, 2015, p. 19) (Figura 24):

**Figura 24** – Parcerias e projetos sociais desenvolvidos por alunos da FIA 2013.

Fonte: UN PRME (2015).

No relatório SIP da FIA informam que as parcerias podem promover intercâmbios com as entidades, da região ou internacional que são oferecidas aos alunos, além de promoverem projetos sociais.

A ISAE/FGV-PR segundo o entrevistado - F promove parceria multissetorial, como o sistema CNI que envolve o SESI, SENAI, IEL, o sistema CNA que envolve SENAR, CNA, ICNA, entre outras como o Sebrae, Pacto Global, PRME da ONU com suas associadas. Reforçando as parcerias são publicados programas internacionais abertos, promovendo o convívio internacional entre profissionais e ações internacionais das instituições parceiras como por exemplo: a *University of South Carolina*, *George Washington University*, *Audencia Ecóle de Management Nantes*, *Euromed Management Marseille*, *University of Cincinnati*.

A ISAE/FGV-PR, segundo o entrevistado – F, desenvolve a “prática organizacional sustentável com planejamentos estratégicos” como o *Sustainability ScoreCard* – SSC, uma formulação envolvida pela sustentabilidade alinhada com o DNA da ISAE (Figura 25):

**Figura 25** – Planejamento estratégico SSC da ISAE/FGV-PR, 2015.



**Fonte:** Entrevistado - F, 2015.

Segundo o entrevistado – F, informa que a ISAE/FGV-PR desenvolve programas de parcerias estratégicas em prol do desenvolvimento sustentável (SSC). É um painel *Multistakeholder* formando um *approach* com o mercado, facilitando os envolvimento com parcerias. A Figura 25 mostra como base o 3BL, o ambiental relacionado a impactos, inovação e educação, enquanto o social está relacionado com sociedade, clientes, colaboradores e parceiros, e por fim o econômico relacionado ao financeiro, mercado, operações e recursos. A instituição também promove programas de capacitações e oficinas em sustentabilidade para todos os *stakeholders*.

#### **4.6 Sexto princípio do PRME – Diálogo - Implementação**

E, para promover e facilitar a disseminação destes princípios com foco na sustentabilidade, preocupações com o meio ambiente, o desenvolvimento socioambiental e a proteção ambiental são necessários os diálogos e ações envolvendo, além da instituição, os estudantes e professores os outros que estiverem envolvidos.

O 6º princípio PRME da ONU é o Diálogo, que significa “facilitar e apoiar diálogos e debates entre educadores, estudantes, empresas, governos, consumidores, mídia, organizações da sociedade civil e outros grupos interessados em questões críticas relacionadas à responsabilidade social global e sustentabilidade.” (UNPRME, 2007).

A BS-SP segundo o entrevistado – H cumpre o seu papel mais pela missão, como universidade atendendo a comunidade. Na área da saúde, veterinária e às vezes, na psicologia. As ações para a doação de sangue está no calendário, já faz parte da obrigação da universidade. Outro exemplo é a prevenção de câncer de mama (Figura 26):

**Figura 26** – Prevenção do câncer publicado pela BS-SP – 2014.



Fonte: UN PRME (2015).

A FEA/USP-RP segundo o entrevistado – B faz muito diálogo, muita conversa, promovem Fóruns, reuniões com os alunos, professores. Participam ativamente com a associação dos princípios PRME da ONU. O capítulo brasileiro (*The Chapter Brazil*) formam canais de trocas de experiências, e enfatiza a participação das reuniões e encontros com as outras instituições signatárias do PRME da ONU.

Segundo o entrevistado – B, na instituição é preciso mais diálogo com os coordenadores para promover engajamento de outras formas. “A resistência dos docentes é muito grande” na FEA/USP-RP com relação à implementação de sustentabilidade nas disciplinas, informou o entrevistado – B, um fator que pode ajudar é que, “20% dos alunos da instituição são estrangeiros”, já vem com outra cultura sobre o tema sustentabilidade. Como os princípios PRME da ONU são internacionais, provavelmente outros países devem disseminar o tema com maior abrangência.

O que a USP tem de melhor diz o entrevistado – B é não ter dificuldades de transmitir estes conhecimentos de sustentabilidade. Já estão envolvidos com os problemas e veem na Internet assuntos relacionados a este tema. Os alunos mais novos são altamente engajados e os mais velhos mais resistentes, como os próprios professores.

A FGV/EAESP-SP segundo o entrevistado – G, já tem o diretório acadêmico (DA) que promove varias ações como, por exemplo: trote solidário, doação de agasalhos, doação de material escolar, que são mobilizadas pelos alunos.

Segundo os entrevistados - G e C, a FGV/EAESP-SP fazem muitos eventos sobre sustentabilidade, com ações e diálogo da instituição com educadores, estudantes, governos, empresas sobre o tema sustentabilidade. No ano passado foram mais de 300 eventos. Ações como doação de sangue, doação de cabelo, lançamento de livros na biblioteca um dos temas é Educação e Sustentabilidade. Tem uma revista sobre sustentabilidade distribuída gratuitamente.

A FIA segundo o entrevistado – E, em 35 anos, realizou cerca de 8000 projetos nas linhas de atuação da administração e negócios que envolvem basicamente a função social.

A ISAE/FGV-PR segundo o entrevistado - F, promove o engajamento e sinergia de todos os *stakeholders*, contribuindo com a implementação de princípios sustentáveis, para que todos ganhem principalmente o meio ambiente. Conforme publicação na *web site* da ISAE/FGV-PR, cada instituição de ensino envolvida com os princípios PRME encontrará a sua própria abordagem para a implementação, promovendo a troca de informações e o diálogo.

Para consolidar esta análise, a partir das respostas dos entrevistados, e perceber quais princípios foram aplicados, aplicados parcialmente ou que não foram aplicados, apresenta-se o Quadro 16 para mostrar o resumo de cada resposta obtida.

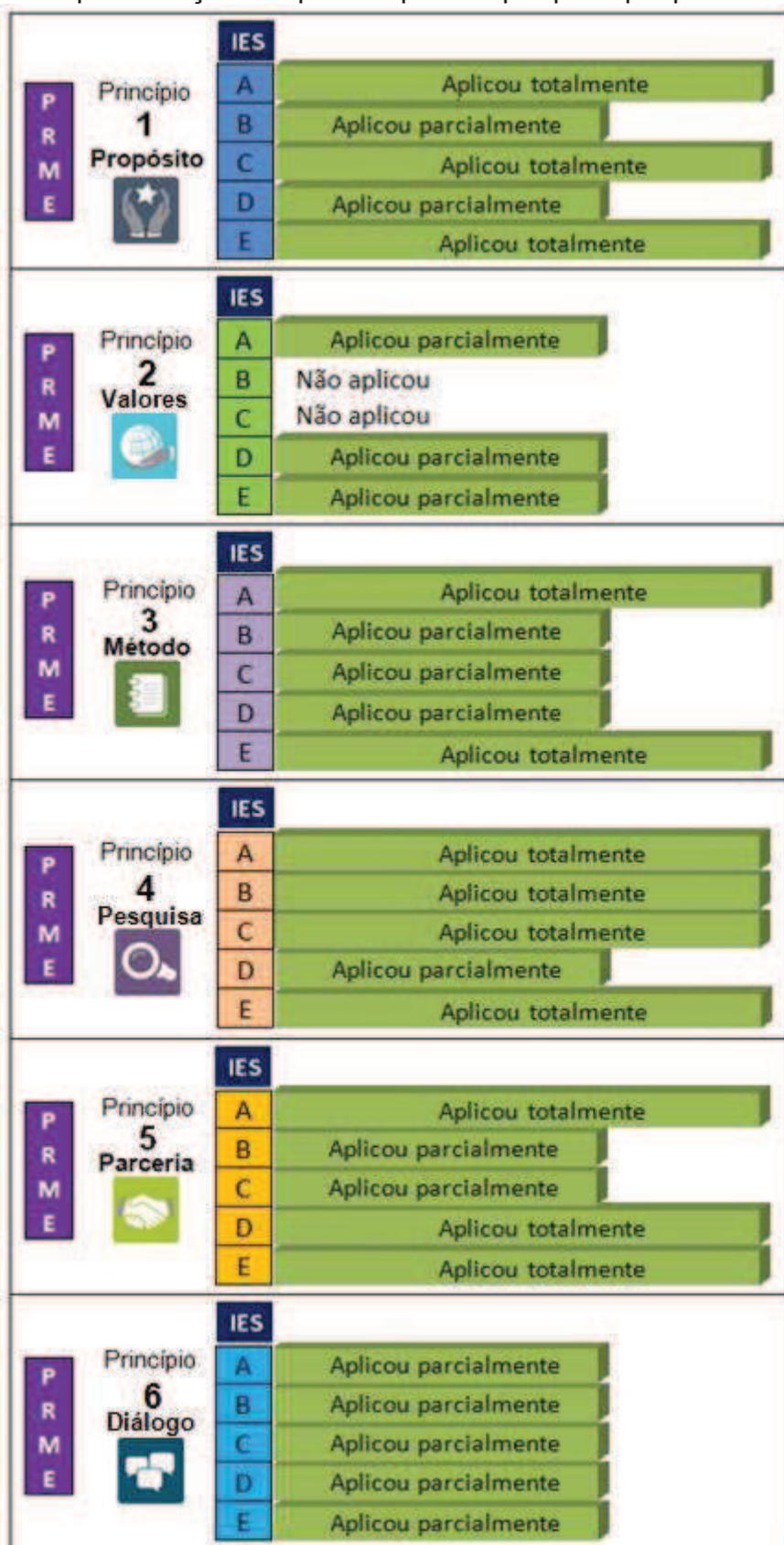
**Quadro 16** – Resumo das respostas alinhadas por princípio.

PRME / IES	A	B	C	D	E
<b>1º Princípio Propósito</b>	Tem na missão o propósito.	Propósito envolvido em outro ponto.	Propósito já incluído na missão e visão.	Propósito incorporado em conteúdos pedagógicos.	Possui conceitos como diretriz que contem o propósito.
<b>2º Princípio Valores</b>	Não alterou o currículo, mas aumentou carga horária em ética.	Não alterou currículo.	É difícil, não implantou. Precisa mobilizar e capacitar docentes resistentes.	Não alterou, mas incluiu disciplinas com temas relacionados.	Tem atividades no currículo, valores incorporados.
<b>3º Princípio Método</b>	Implementou o aumento da carga horária da disciplina que se tornou obrigatória.	Implementou. Promove eventos, discussões, projetos.	Desenvolve novas formas, oferece cursos aos docentes, cria disciplinas eletivas.	Desenvolve ações inclusivas, promove projetos sociais.	Promove programas educacionais, perspectivação dos alunos.
<b>4º Princípio Pesquisa</b>	Vários projetos relacionados aos temas, e estimula alunos.	Vários cursos e disciplinas neste assunto. Muitas publicações destas pesquisas.	Centro de estudos de pesquisas neste assunto. Envolve estudantes com matérias obrigatórias.	Tem pesquisas práticas voltados a resolver problemas sobre o tema.	Tem um Centro de pesquisa para criar soluções no assunto.
<b>5º Princípio Parceria</b>	Promove parcerias com empresas com o mesmo propósito. Professores são parceiros.	Participa e procura parceria na rede PRME.	Oferece o centro de estudos para interessados. Sem informação de parceria.	Desenvolve ações, parcerias e projetos sociais feitos por alunos.	Parcerias estratégicas multisetoriais. Desenvolve a prática organizacional sobre o tema.
<b>6º Princípio Diálogo</b>	Cumpre o papel e missão. Ações para a comunidade.	Promove diálogo e formam canais de troca de experiências. Docentes são resistentes.	Promove eventos com educadores, estudantes, governos e empresas. Tem ações e diálogos por intermédio dos alunos	Promove projetos com função social.	Promove o engajamento de todos os <i>stakeholders</i> .

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base nas respostas das entrevistas.

A partir deste quadro, surgem sugestões para a implementação de cada princípio. Para mostrar estas informações, no Gráfico 4 foi feita uma representação do que foi aplicado completamente, de forma parcial, ou do que não foi aplicado.

Gráfico 4 – Representação do que foi aplicado por princípio pelas IES.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no quadro 16 desta pesquisa.

Ao observar o gráfico 4, nota-se que o 2º princípio PRME, que são os Valores, constata-se que duas instituições não implementaram, ou seja, as IES estão tentando aplicar. As que implementaram, não o fizeram integralmente. Há a necessidade de se encontrar uma forma para implementar os valores nos currículos dos cursos.

No entanto, o 4º princípio PRME se destaca, mostrando que foi aplicado completamente pela maioria das IES entrevistadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste cenário brasileiro onde instituições de ensino superior preocupadas com a competência dos futuros profissionais e com o meio ambiente, procuram iniciativas que direcionem o ensino para o desenvolvimento ambiental sustentável da educação e da instituição de ensino.

Nota-se que, para iniciar a busca por envolvimento com educação ambiental sustentável é preciso que os líderes, diretores e presidentes das instituições acreditem na necessidade de se implantar a sustentabilidade para preservar o meio ambiente, e não limitem as ações neste assunto.

Outro fator fundamental é conhecer o que existe de ações, normas ou princípios que possam direcionar as ações rumo ao desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente.

Diante das informações analisadas nota-se que as instituições que começaram a se envolver com ações internacionais sobre sustentabilidade ambiental, seus dirigentes e líderes já acreditavam no assunto e praticavam algumas ações em suas instituições. Em alguns casos, já tinham incluído na missão e visão da instituição os objetivos do PRME, na formação de profissionais com competências relacionadas à sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

As instituições de maior porte mostraram que promovem a autonomia entre suas faculdades, permitindo que qualquer uma possa se associar ao que acharem que possa ajudar no seu desenvolvimento sustentável, principalmente se estiver relacionado ao meio ambiente. Esta autonomia não quer dizer que não possam promover algo que seja comum para todas as escolas em cada campus. Ações praticadas para toda a instituição são promovidas e atribuídas a um responsável, um programa, um escritório, para a implementação de ações sobre sustentabilidade. Por exemplo, a coleta seletiva de lixo, ou coletas específicas das faculdades, a reciclagem de determinados produtos ou dos eletroeletrônicos, e o descarte dos resíduos que devem ser encaminhados para destinos apropriados.

No entanto nas instituições de menor porte, o número de ações ainda é pequeno e, em alguns casos relaciona-se apenas a uma parte da sustentabilidade, por exemplo, a responsabilidade social ou ação social.

A implementação do primeiro princípio, o Propósito, em promover o desenvolvimento ambiental sustentável foi relativamente fácil para todas as instituições entrevistadas. O que facilitou foi o envolvimento dos dirigentes, que já faziam ações sobre o assunto na formação de profissionais capacitados com a sustentabilidade e o meio ambiente. No entanto, algumas instituições não entendem que seja necessário mudar a missão e visão da instituição, como um todo, apesar de se constatar a inclusão de missão relacionada à sustentabilidade em departamentos que tratam do próprio tema.

Para implementar o segundo princípio, os Valores, a dificuldade foi maior, pois, a mudança da matriz curricular, ou a inclusão de uma disciplina específica sobre sustentabilidade, envolve outros fatores que dificultam esta implementação. Dependendo do curso não há como incluir algo relacionado a sustentabilidade ou o meio ambiente. Além disso, alguns professores demonstram resistência para a implementação de conteúdos dessa natureza, na matriz curricular dos cursos. Quanto aos alunos, não representam problema caso haja mudança no conteúdo das disciplinas. O que se constatou é que todas as instituições entrevistadas, incluíram disciplinas eletivas com tema baseado na sustentabilidade e no meio ambiente

No terceiro princípio, o Método, mostrou que, a implementação do mesmo, não apresentou dificuldade. Dessa forma foram aplicados métodos para praticar o que se pretende mudar, com salas apropriadas e ambientes equivalentes, todos envolvidos com sustentabilidade. Por exemplo, a utilização de material reciclado, a coleta seletiva e o descarte adequado, além da não utilização de materiais descartáveis. Para se implementar normas sustentáveis, as instituições não tiveram dificuldade, caso todos sejam orientados e se houver uma determinação por parte da direção da escola. Dessa forma é importante ter o envolvimento total da instituição.

A respeito do quarto princípio, que é a Pesquisa, a maioria das instituições promovem projetos sobre sustentabilidade. As IES aplicam este princípio com mais facilidade, pois mostra ser muito interessante estudar nos projetos de pesquisa, por tratar de problemas que ocorrem no meio ambiente, na sociedade, nas organizações e que afetam a todos. Por exemplo, a disciplina Marketing sustentável apresenta como os conceitos de Marketing podem apresentar o tema sustentabilidade.

Em qualquer nível de ensino, muitos temas podem ser abordados nesta linha de pesquisa. Os temas utilizados na maioria das instituições foram: sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, educação sustentável, educação ambiental, socioambiental, meio ambiente e outros, da mesma forma que nas outras pesquisas feitas normalmente nos cursos superiores e na pós-graduação.

No quinto princípio que são as Parcerias, este trabalho mostrou que todas as instituições já fizeram muitas coisas envolvendo várias organizações com ações sociais, ambientais e econômicas. Parcerias que promovem sustentabilidade foram publicadas por todas as instituições entrevistadas. O problema percebido é como utilizar a parceria de forma a se cumprir o objetivo proposto da forma correta. Não se deve pensar apenas em parceria na forma de lucros financeiros. A pesquisa mostra que existe vantagem para a instituição que estiver envolvida em proteger o meio ambiente atual e para as futuras gerações.

As parcerias também facilitam e promovem a formação e o crescimento da rede de instituições envolvidas com os princípios PRME da ONU. A pesquisa realizada constatou a troca de informação, o envolvimento em grupos para a promoção e o crescimento da rede, além das reuniões realizadas. A confecção de uma cartilha sobre os princípios PRME, editada pelo *Chapter Brazil*, foi uma ação onde algumas instituições da rede como: a ISAE/FGV-PR, a BS-SP, a ESPM-SP, a FDC-MG, o SESI-PR, se uniram e dividiram tarefas para a composição e a impressão desse documento (Anexo A).

O sexto princípio é o Diálogo, demonstrou ser parcialmente aplicado em todas as IES pesquisadas. Apesar de ser fundamental para a implementação de todos os princípios PRME, requer mais atenção. Duas instituições não promoveram o Diálogo diretamente. Talvez a comunicação não seja eficiente, ou talvez tenham dificuldades para saber o que fazer ou como fazer. Aplicaram indiretamente as ações com base no 6º princípio. Essa observação se estende aos alunos, bem como aos professores, diretores e, também, às comunidades, e aos parceiros.

Na pesquisa foram encontradas críticas a respeito da determinação dos princípios, por serem vagos e de não indicarem de maneira mais objetiva o que deve ser feito pelas instituições de ensino. Mais pesquisas devem ser feitas para melhorar ou indicar a aplicação dos princípios, pois, parecem vagos ou um tanto superficiais e

sem determinação de envolvimento, deixando as instituições com dúvidas na hora de se associar.

A contribuição deste trabalho com a academia é apresentar o envolvimento da pesquisa com a utilização de metodologias e de referencial conceitual para fundamentar o fenômeno estudado com a prática aplicada. A contribuição social mostra a necessidade de mais instituições de ensino superior brasileiras se conscientizarem da importância de serem disseminadoras de conhecimento, e de se envolverem com as questões ambientais e com as ações para proteger e não prejudicar as futuras gerações.

Este trabalho tem algumas limitações que devem ser observadas. Por exemplo, o número reduzido de instituições pesquisadas e a quantidade de entrevistas feitas por instituição. As ações constatadas na pesquisa devem ser exploradas com maior profundidade em pesquisas futuras, além de se analisar o que instituições de outros países estão realizando a respeito dos princípios PRME, difundidos pela ONU.

## REFERÊNCIAS

- AACSB - **The Association to Advance Collegiate Schools of Business**. Disponível em: <[www.aacsb.edu](http://www.aacsb.edu)>. Acesso em: 31 jul. 2015.
- ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. Gestão socioambiental: **responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALMEIDA, Luiz Carlos Barnabé de. **Teoria Econômica Ecológica**. 2012. Disponível em: <[www.administradores.com.br/...economia...economia-...](http://www.administradores.com.br/...economia...economia-...)>. Acesso em: 31 jul. 2015.
- ALVES, Davis Souza. O descarte dos equipamentos de informática da Universidade de São Paulo: um estudo sobre o CEDIR-USP e as empresas receptoras dos resíduos eletroeletrônicos. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em administração) – USCS Universidade Municipal de São Caetano. São Caetano do Sul. Disponível em: <<http://repositorio.uscs.edu.br/handle/123456789/608>>. Acesso em: 31 jul 2015.
- ARAUJO, Geraldo Jose Ferraresi de; CARVALHO, Cesar Machado; CASTRO, Vanessa de. A importância da prática da sustentabilidade e de seus indicadores para implementação e consolidação de vantagem competitiva nas organizações empresariais. **IX Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 9, n. 10, p. 1-9. 2013. ISSN 1980-0827. Disponível em: <[http://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum\\_ambiental/article/view/494](http://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/494)>. Acesso em: 31 jul. 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: Resíduos sólidos – classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <<http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=936>>. Acesso em: 31 jul. 2015.
- BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge Renato. **Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia**. 6. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2008.
- BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 51-82.edição especial. São Paulo maio/jun. 2011. ISSN 1678-6971. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3>>. Acesso em: 31 jul. 2015.
- BELGRADO. **Carta de Belgrado**: Uma estrutura global para educação ambiental, 1975. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/A%20Carta%20de%20Belgrado.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2015.
- BENBASAT, Izak; GOLDSTEIN, David K; MEAD, Melissa. The case research strategy in studies or information systems. **MIS Quaterly**, p. 368-386, set. 1987. Disponível em: <<https://wiki.bath.ac.uk/download/attachments/26150466/Benbasat87-CaseResearch.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2015.
- BOFF, Marines Lúcia; ORO, Ieda Margarete; BEUREN, Ilse Maria. Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior na Visão de seus Dirigentes. **R.Cont.UFBA**, Salvador, v. 2 n. 1, p. 4-13. Jan./abr. 2008. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/viewFile/2589/1836>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL, Marcus Vinicius de Oliveira.; BIZARRIA, Fabiana Pinto Almeida; TASSIGNY, Mônica Mota; POMPEU, Randal Martins; OLIVEIRA, Francisco Correia de. Empreendedorismo e Inovação Sustentável em uma Fundação Educacional. **EnANPAD 2014**. XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 17 set. 2014. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnANPAD\\_GCT847.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_GCT847.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2014.

BRASIL. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2015. 1p.

BRASIL. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 14/2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&ta...](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&ta...)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Caderno SECAD 1 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21. 2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

BRASIL. Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

BRUNACCI, Atílio; PHILIPPI JR, Arlindo. A dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. PHILIPPI JR, Arlindo e PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Org). 2ª edição revisada e atualizada. Barueri, SP: Manole, 2014.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Our Common Future**: Report of the World Commission on Environment and Development. Oslo: United Nation Documents NGO, 1987. Disponível em: <[http://conspect.nl/pdf/Our\\_Common\\_Future-Brundtland\\_Report\\_1987.pdf](http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf)>. Acesso em: 20 ago 2014.

BS – Business School – São Paulo Institucional. 2015. Disponível em: <<http://bsp.edu.br/institucional/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Fatores críticos de sucesso no processo de formação, desenvolvimento e manutenção de redes interempresariais do tipo agrupamento industrial entre pequenas e médias empresas: Um estudo comparativo de experiências brasileiras.** 2001. 328 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CAPUTO, Helena Barrios de. Desarrollo sostenible y ecoeficiencia para enfrentar El siglo XXI. **Gestion**, Universidad Del Norte, v. 1, p. 50-54, 1996. Disponível em: <[http://ciruelo.uninorte.edu.co/pdf/pensamiento\\_gestion/2/4%20Desarrollo%20sostenible%20y%20ecoeficiencia.pdf](http://ciruelo.uninorte.edu.co/pdf/pensamiento_gestion/2/4%20Desarrollo%20sostenible%20y%20ecoeficiencia.pdf)>. Acesso em: 1 fev. 2015.

CARVALHO, André Pereira de. **Gestão Sustentável de Cadeias de Suprimento: análise da indução e implementação de práticas de sustentabilidade por uma empresa brasileira do setor de cosméticos.** 2011. 216 f. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

CNDA. Conselho Nacional de Defesa Ambiental. **Certificações ambientais.** Disponível em: <<http://www.cnda.org.br/html/certificacoes.asp>>. Acesso em: 30 set. 2015.

COSTA, Eliandro dos Santos; CORDENONSI, Andre Zanki; SILUK, Julio Cezar Mairesse; MÜLLER, Felipe Martins. O uso de análise contextual de tarefas para a gestão da propriedade intelectual. **INF. INF.**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 129-147, jul./dez. 2010. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15n2p129.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental – Princípios e Práticas.** 9ª edição, São Paulo: Gaia, 2004. 5ª reimpressão, 2013. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt\\_belgrado.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

DIAS, Guilherme Vieira; TOSTES, Jorge Glauco Ribeiro. **Desenvolvimento sustentável: do ecodesenvolvimento ao capitalismo verde.** 2007. Disponível em: <[http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista\\_sbg/Artigos\\_arquivos/GUILHERME\\_artigo\\_SBG.pdf](http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/Artigos_arquivos/GUILHERME_artigo_SBG.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2015.

FEA/USP. Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo. Institucional. 2015. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/pt-br/institucional/apresentacao/missao-e-visao.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.

FGV/EAESP. Fundação Getulio Vargas / Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Institucional Missão Visão. 2015. Disponível em: <<http://eaesp.fgvsp.br/sobreafgveaesp/historia>>. Acesso em: 20 maio 2015.

FIA – Fundação Instituto de Administração. Projetos Sociais. 2015. Disponível em: <<http://www.fia.com.br/ConhecaFIA/ProjetosSociais/Paginas/ProjetosSociais.aspx>>. Acesso em: 20 maio 2015.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **RAC**, edição especial. v. 5 p.183-196. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: Uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável.** 2ª Ed. São Paulo: Ed, L Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

GARCIA, Mauro Neves; SILVA, Dirceu da; PEREIRA, Raquel da Silva; ROSSI, George Bedinelli; MINCIOTTI, Silvio Augusto. Inovação no comportamento do consumidor: Recompensa às empresas socioambientalmente responsáveis. **RAI**. v. 5, n. 2, p. 73-91. 2008. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79111>>. Acesso em: 25 maio 2015.

GHG Protocol Brasil. Programa brasileira FGV/Ces. Disponível em:

<<http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/o-programa-brasileiro-ghg-protocol?locale=pt-br>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

GIESTA, Lilian Caporlândia. Estratégias Organizacionais de Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: Integração de Saberes em Contexto de Inovação. **ANPAD XXV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**. Brasília, 2008. Disponível em:

<[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/Simp%C3%B3sio/simpósio\\_2008/2008\\_SIMPOSIO432.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/Simp%C3%B3sio/simpósio_2008/2008_SIMPOSIO432.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

GIESTA, Lilian Caporlândia; SILVA, Tânia Nunes. Organizações preocupadas com a gestão ambiental e de pessoas e o reflexo na promoção do estoque de capital social: Estudo de Caso em cooperativas Gaúchas. **EnANPAD**. 2005. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2005/APS/2005\\_APSC973.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2005/APS/2005_APSC973.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª edição. São Paulo: Atlas. 2010.

GODEMANN, Jasmin; HERZIG, Christian; MOON, Jeremy. Barriers and enablers. **ISIBS Workshop**. Nottingham University, United Kingdom. 2011. Disponível em:

<<http://www.nottingham.ac.uk/iccsr/isibs/documents/barriersandenablers.pdf>>.

Acesso em: 20 jan. 2015.

GODEMANN, Jasmin; HERZIG, Christian; MOON, Jeremy; POWELL, Annie. Integrating Sustainability into Business Schools – Analysis of 100 UN PRME Sharing Information on Progress (SIP) reports. **Research Paper Series ICCSR**. Nottingham University, United Kingdom. V. 58 – 2011. ISSN 1479-5124. Disponível em:

<[https://www.google.com.br/search?q=Barriers+and+enablers+Jasmin+Godemann%2C+Christian+Herzig+and+Jeremy+Moon&oq=Barriers+and+enablers+Jasmin+Godemann%2C+Christian+Herzig+and+Jeremy+Moon&aqs=chrome..69i57.542j0j4&sourceid=chrome&es\\_sm=122&ie=UTF-8](https://www.google.com.br/search?q=Barriers+and+enablers+Jasmin+Godemann%2C+Christian+Herzig+and+Jeremy+Moon&oq=Barriers+and+enablers+Jasmin+Godemann%2C+Christian+Herzig+and+Jeremy+Moon&aqs=chrome..69i57.542j0j4&sourceid=chrome&es_sm=122&ie=UTF-8)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza; SILVA, Hermes Moretti Ribeiro da; CARVALHO, Selma. A Inserção da temática ambiental em cursos de administração: Uma tipologia para (Re) pensar a formação de administradores. **EnANPAD**. 2006. Disponível em:

<<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-epqa-1777.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

GUEVARA, José de Hoyos; ROSINI, Alessandro Marco; SILVA, José Ultemar da; RODRIGUES, Mônica Cairrão (org). Responsabilidade social como diferencial competitivo nas organizações do século XX. In: **Consciência e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações**. São Paulo: Campus, 2009.

ISAE/FGV. Instituto Superior de Administração e Economia / Fundação Getúlio Vargas do Paraná. Institucional. 2015. Disponível em:

<<http://www.isaebrasil.com.br/institucional/isae-fgv/>>. Acesso em: 20 maio 2015.

ISO/14000. International Organization for Standardization. **ISO 14000:2015** - Environmental management. 2015. Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home/standards/management-standards/iso14000.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

ISO/26000. International Organization for Standardization. **ISO 26000:2010** - Social responsibility. 2010. Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home/standards/iso26000.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2014. ISBN 978-92-67-10538-3.

JACOBI, Pedro Roberto; RAUFFLET, Emmanuel; ARRUDA, Michelle Padovese de. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: Reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 21-50 maio/jun. 2011. ISSN 1678-6971.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, USP. n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

JONKER, Jan; PJIKEREN, Michel van. In search of Business Strategies for CSR. **ICCSR Research Paper Series**. Nottingham University, United Kingdom. v. 41. 2006 – ISSN 1479-5124. Disponível em: <<http://www.nottingham.ac.uk/business/ICCSR/research.php?action=download&id=39>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

MAGLIO, Ivan Carlos; PHILIPPI JR, Arlindo. Política e gestão ambiental: Conceitos e Instrumentos. In: **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. PHILIPPI JR, Arlindo e PELICIONI (Org). 2ª edição revisada e atualizada. Barueri, SP: Manole, 2014.

MELLO, Maria Celina Abreu de; OLIVEIRA, Joseane Machado de. Uma nova forma de ensino e aprendizagem em administração: a interação Universidade – Comunidade. **EnANPAD**. 2002. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2002/EPA/2002\\_EPA1584.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2002/EPA/2002_EPA1584.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MELO, Edson de. Responsabilidade Social: uma análise das ações no centro universitário para o desenvolvimento do alto vale do Itajaí (Unidavi), SC, Brasil. **SEGeT XI 2014**. Out.2014. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/19820154.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

MILUTINOVIC, Slobodan; NIKILIC, Vesna. Rethinking higher education for sustainable development in Serbia: an assessment of Copernicus charter principles in current higher education practices. **Elsevier - Journal of Cleaner Production**. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.05.028>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável Conceitos e Princípios. **Textos de Economia**. Florianópolis. v. 4, n. 1 p. 131-142. 1993.

MÜLLER-CHRIST, Georg; STERLING, Stephen; DAM-MIERAS, Rietje van.; ADOMBENT, Maik; FISCHER, Daniel; RIECKMANN, Marco. The role of campus, curriculum, and community in higher education for sustainable development – a conference report. **Journal of Cleaner Production**. v. 62, n. 1, p. 134-137. January 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.02>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

MURUGESAN, San. Harnessing Green IT: Principles and Practices. Adopting a holistic approach to greening IT is our responsibility toward creating a more sustaining environment. **IT Professional**, v. 10, n. 1, p. 24-33, 2008.

OLIVEIRA, Luciana Nunes de; OLIVEIRA, Pablo Pedrosa Teixeira de. **Educação para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso nos cursos de secretariado executivo**. 2013. ISSN Nº 2237-051X. Disponível em: <[http://www.fenassec.com.br/xii\\_semissec2013\\_artigos/educacao-para-o-desenvolvimento-sustentavel.pdf](http://www.fenassec.com.br/xii_semissec2013_artigos/educacao-para-o-desenvolvimento-sustentavel.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2015.

ONU Nações Unidas no Brasil. A ONU e o meio ambiente: **manifesto ambiental**. 1972. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

ONU Nações Unidas no Brasil. **Além da Rio+20: Avançando rumo a um futuro sustentável**. 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/tema/desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 4 out. 2014.

PACTO GLOBAL. **Pacto Global – Rede Brasileira**. 2013. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/70/O-que-eh>>. Acesso em: 15 set. 2014.

PEREIRA, Raquel da Silva. Responsabilidade social na universidade: Estudo de caso da faculdade de ciências sociais da PUC-SP. 2003. 266 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

PEREIRA, Raquel da Silva. Desenvolvimento Sustentável como Responsabilidade Social das Empresas. In: **Gestão para o Desenvolvimento Sustentável: desafios e proposições para a sustentabilidade socioambiental**. Pereira, R.S. (org.). São Paulo: Globus, 2013.

PICCHIAI, Djair. Estruturas Organizacionais - Modelos. **UNIFESP Seplan**, São Paulo. 2010. Disponível em: <[http://dgi.unifesp.br/seplan/templates/docs/seplan-modelos\\_de\\_estruturas\\_organizacionais\\_material.pdf](http://dgi.unifesp.br/seplan/templates/docs/seplan-modelos_de_estruturas_organizacionais_material.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2015.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/NossosProjetos.aspx>>. Acesso em: 28 maio 2015.

PODOLNY, Joel M; PAGE, Karen L. Network Forms of Organization. **Annual Review of Sociology**. 1998. v. 24, p. 57-76. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.24.1.57>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

PRMEBRAZIL. PRME Chapter Brazil. 2015. Disponível em: <<http://www.prmebrazil.com.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

RIO+20. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. 2014. Disponível em: <[http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/desenvolvimento-sustentavel.html](http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/desenvolvimento-sustentavel.html)>. Acesso em: 25 maio 2015.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômica-ecológica. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 26 n. 74, p.65-92. 2012.

ROSINI, Alessandro Marco; LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. A Educação e o Uso Sustentável das Tecnologias. Uma Discussão Sobre o Aprendizado a Distância, as Redes Sociais e a Educomunicação. **RISUS**, v. 5 n. 3, p. 4-23, set/dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/view/20973>>. Acesso em: 25 maio 2015.

SÃO PAULO (2006). Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS. Define princípios e diretrizes.

Disponível em:

<[http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/files/2012/09/2006\\_Lei\\_12300.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/files/2012/09/2006_Lei_12300.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2015.

SAWYER, Donald. ¿Economía verde y odesarrollo sostenible? In: Economía Verde: Desafios y oportunidades. **Política Ambiental**, n.8 p.1-212. Jun. 2011. ISSN 1809-8185. Disponível em:

<[http://www.conservacao.org/publicacoes/files/politica\\_ambiental\\_08\\_espanhol.pdf](http://www.conservacao.org/publicacoes/files/politica_ambiental_08_espanhol.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2015.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. 2009.

Disponível em:

<[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/DA D2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/\\$File/NT00042C26.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/DA D2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/$File/NT00042C26.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2015.

SETHI, S.Prakash,; SCHEPERS, Donald H. Inadequacy of the PRME framework. In: **Globalization and self-regulation: The crucial role that corporate codes of conduct play in global business**. SETHI, S.Prakash, 2011. New York: Palgrave MacMillan, 2011. Disponível em:

<[https://books.google.com.br/books?id=jhSyqa6wNj0C&pg=PA264&lpg=PA264&dq=rationale+prme+principles&source=bl&ots=5NCibeTd7N&sig=zJh5U\\_MiTal6AVEwKJ aQyvFLKhg&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CFIQ6AEwBmoVChMI2p2cwcHbxwIVCiKQCh3RngxzY#v=onepage&q=rationale%20prme%20principles&f=false](https://books.google.com.br/books?id=jhSyqa6wNj0C&pg=PA264&lpg=PA264&dq=rationale+prme+principles&source=bl&ots=5NCibeTd7N&sig=zJh5U_MiTal6AVEwKJ aQyvFLKhg&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CFIQ6AEwBmoVChMI2p2cwcHbxwIVCiKQCh3RngxzY#v=onepage&q=rationale%20prme%20principles&f=false)>. Acesso em: 01 set. 2015.

SGA /USP. Educação Ambiental. **Formação Socioambiental dos Servidores da USP**. 2014. Disponível em:

<[http://www.educacaoambiental.sga.usp.br/?page\\_id=2528](http://www.educacaoambiental.sga.usp.br/?page_id=2528)>. Acesso em: 25 jul. 2015.

SGA /USP. Superintendência de Gestão Ambiental da Universidade de São Paulo – SGA – USP. **USP Recicla**. Ribeirão Preto, 2013. Disponível em:

<[http://www.sga.usp.br/?page\\_id=724](http://www.sga.usp.br/?page_id=724)>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SILVA, Adriano Monteiro da. Educação ambiental e sua relação com atitudes, valores e comportamentos ambientalmente responsáveis. **EnANPAD** 2014.

Disponível em:

<[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnANPAD\\_ESO1359.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_ESO1359.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2015.

SILVA, Ana Claudia Elisa da; KARKOTLI, Gilson Rihan. Proposta interna de comportamentos sustentáveis para IES à luz da teoria da responsabilidade social. **Revista de Administração do USJ - RAUSJ**, v. 1, p. 131-154. 2013.

SILVA, Denise Rosa da; BOREGIO, Fabiana Cristina. Tecnologia da informação como ferramenta para o desenvolvimento sustentável. **Caderno de Administração**, v. 16, p. 13-19. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/w7/Downloads/6041-18645-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2015.

SILVA, Fabíola da; SILVA, Djalma D; MINATO, Carla T. **Plano de Ação TI Verde na Faculdade de Tecnologia de São José do Rio Preto**. Centro Paula Souza. 2013. Disponível em: <[http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/008-workshop-2013/trabalhos/gestao\\_estrategica\\_de\\_tecnologia\\_da\\_informacao/121310\\_646\\_656\\_final.pdf](http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/008-workshop-2013/trabalhos/gestao_estrategica_de_tecnologia_da_informacao/121310_646_656_final.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2015.

SILVA, Paulo Resende da. **As organizações e os seus stakeholders - Instituições de Ensino Superior**. Universidade de Évora, Portugal. 2011.

Disponível em:

<[http://www.rdpcc.uevora.pt/bitstream/10174/4602/1/Paulo%20Resende%20da%20Silva\\_reflexao%20sobre%20as%20IES\\_a%20organizacao%20e%20os%20seus%20stakeholders.pdf](http://www.rdpcc.uevora.pt/bitstream/10174/4602/1/Paulo%20Resende%20da%20Silva_reflexao%20sobre%20as%20IES_a%20organizacao%20e%20os%20seus%20stakeholders.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SOARES, Darticléia Almeida Sampaio da Rocha; OLIVA, Eduardo de Camargo; ZUCCO, Alba. Estratégias de educação sustentável e gestão de pessoas: novos rumos? **ReCaPe Revista de Carreiras e Pessoas**, São Paulo. v. IV, n. 2, p. 188-203. Mai/Jun/Jul/Ago 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/w7/Downloads/20581-52521-1-SM.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2015.

STENZEL, Paulette L. Sustainability, the Triple Bottom Line, and the Global Reporting Initiative. 2010. **Global Edge Business Review**, v. 4, n. 6, p. 1-2, 2010. Disponível em: <<https://globaledge.msu.edu/content/gbr/gbr4-6.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

SZMUSZKOWICZ, Marcelo. **O grau de desenvolvimento adquirido pelo aluno nas universidades da região metropolitana de São Paulo**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, São Caetano do Sul, 2012.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, set./dez. 2006. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2006000300012>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

UN PRME. **United Nations Principles for Responsible Management Education**. Forum PRME rio 20. 2012. Disponível em: <<http://www.unprme.org/global-forum/prme-rio-20.php>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

UN PRME. **United Nations Principles for Responsible Management Education**. Reports. 2015. Disponível em: <<http://www.unprme.org/sharing-information-on-progress/index.php>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

UNDP. UNDP Environment & Energy Group. **WBCSD Sustainable Consumption: Facts and Trends - from a business perspective**. 2008. Disponível em: <[http://www.undpcc.org/undpcc/files/docs/publications/WBCSD\\_Sustainable\\_Consumption\\_web.pdf](http://www.undpcc.org/undpcc/files/docs/publications/WBCSD_Sustainable_Consumption_web.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2015.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável**, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação.– Brasília : UNESCO, 2005.120p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

UNGLOBAL. United Nations Global Compact. **The Ten Principles**. 2014. Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/TheTenPrinciples/index.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

USP/STI. Superintendência de Tecnologia da Informação da Universidade de São Paulo (USP) – **CEDIR – Centro de Descarte e Reúso de Resíduos de Informática**. São Paulo, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.sti.usp.br/?q=node/5565>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

VERSCHOORE, Jorge Renato; BALESTRIN, Alsones. Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação. **RAUSP – Revista de Administração – eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 1-22. São Paulo, jan./jun.2008.

WALS, Arjen E.J. Sustainability in higher education in the context of the UN DESD: a review of learning and institutionalization processes. **Elsevier - Journal of Cleaner Production**. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.06.007>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

WBCSD. **Eco-efficiency: creating more value with less impact**. 2013. Disponível em: <[http://www.wbcasd.org/web/publications/eco\\_efficiency\\_creating\\_more\\_value.pdf](http://www.wbcasd.org/web/publications/eco_efficiency_creating_more_value.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2015.

YIN, R.K. (2005). **Estudo de Caso – Planejamento e Métodos**. Tradução Grassi Daniel. 3ª edição. Porto Alegre: Nookman, 2005.

## **APÊNDICE A** – Questionário da entrevista sobre a implemetação dos princípios PRME da ONU nas IES brasileiras.

1 - O que ou por que a IES se associou ao PRME da ONU?

2 - Como?

3 - Como a IES incorporou os “Propósitos” para desenvolver a capacidade dos estudantes? (na missão – na visão publicada da IES)

4 - Como é que a IES incorporou os “Valores” de sustentabilidade no seu quadro educacional? (atividades acadêmicas e currículo).

5 - Qual é o entendimento de “pesquisa” sobre sustentabilidade na IES e qual é a estratégia na integração da sustentabilidade?

6 - Quais são as estruturas e estratégias utilizadas para a gestão de práticas organizacionais informadas? (na pesquisa e nos valores)

7 - Quais são as estratégias e estrutura de “aprendizagem” que as IES mobilizaram para a integração da sustentabilidade?

8 - Quais ferramentas são usadas para gerenciar o processo de mudança organizacional? (na implementação do PRME)

9 - A IES reflete e aprende com o processo de integração? (contabiliza o implementado).

10 - Em que medida a IES aprimoraram a educação para sustentabilidade? Criaram respectivas oportunidades de aprendizagens (ofertas) relacionadas à sustentabilidade?

11 - Em que medida a IES criar conhecimentos avançados em relação ao desenvolvimento sustentável? (nas pesquisas)

12 - Como a IES têm desenvolvido a sua organização e as operações para a sustentabilidade (prática organizacional sustentável - colaboradores e *stackholders*)?

13 - Os parceiros (docentes e colaboradores) são preparados, ou capacitados pela IES para a sustentabilidade?

14 - Quais são os impactos da IES sobre a sociedade e o ambiente natural (por intermédio do ensino, pesquisa e operações)?

15 - A IES promove diálogo, debates, entre educadores, estudantes, empresas, governos, consumidores, sociedade sobre responsabilidade ambiental e sustentabilidade?

16 - Como o conhecimento é transferido? (sobre sustentabilidade para a sociedade)

17 - Quais é o objetivo chave para um melhor desempenho no futuro? (na implementação do PRME).

18 - Como a IES estabelece relacionamento com a rede PRME brasileira?

19 - Conhece, tem contato, se reúne com outras IES da rede PRME brasileira ou internacional?

20 – Alguma coisa a acrescentar sobre a implementação dos princípios PRME na IES que não foi questionada?

**ANEXO A – CARTILHA DO PRME NO BRASIL – 2015.**





## PRINCÍPIOS PARA EDUCAÇÃO EMPRESARIAL RESPONSÁVEL

O PRME é uma plataforma global das Nações Unidas (ONU) de engajamento voluntário para as escolas de negócios e outras instituições de ensino superior. Uma organização que adere ao PRME manifesta a sua convicção de que as instituições acadêmicas, por meio da integração de valores universais no currículo e pesquisa, podem contribuir para um mercado global mais estável e inclusivo, ajudando a construir sociedades prósperas e bem sucedidas.

O PRME foi criado em 2006 por uma força-tarefa internacional com sessenta reitores de universidades e representantes oficiais das principais escolas de negócios e instituições acadêmicas. Sob a coordenação do Pacto Global das Nações Unidas e das principais instituições acadêmicas, a força-tarefa PRME desenvolveu um conjunto de seis princípios que estabelecem a base para a plataforma global para o ensino de gestão responsável.

A ideia de desenvolver uma plataforma baseada em princípios de engajamento global para instituições acadêmicas decorreu de uma recomendação dos signatários acadêmicos do Pacto Global da ONU.

01

Trajetória similar ao percorrido pelo Pacto Global da ONU, o PRME iniciou um processo de governança investindo em lideranças locais, com o objetivo de ampliar o número de signatários e aprofundar a atuação do grupo, no que tange a qualidade de implementação dos seis princípios, bem como o impacto das ações de cada signatário. Assim, criou *chapters* (capítulos) regionais no mundo para ajudar na disseminação e implementação dos princípios.

Devido suas configurações geográficas e rede atuante, o Brasil é o único país com mobilização significativa para ter seu próprio capítulo na estrutura de governança dos Princípios para Educação Executiva Responsável (PRME).

O PRME *Chapter Brazil* foi estruturado no dia 08 de agosto de 2013. Hoje, o PRME conta com a rede brasileira como uma de suas principais *local networks*. Conheça um pouco mais sobre o capítulo brasileiro do PRME no site [www.prmebrazil.com.br](http://www.prmebrazil.com.br).

## PRINCÍPIOS

**Princípio 1|Propósito:** Desenvolver a capacidade dos alunos para serem futuros geradores de valor sustentável para as empresas e a sociedade em geral e trabalhar para uma economia global inclusiva e sustentável.

**Princípio 2|Valores:** Incorporar em atividades acadêmicas e currículos os valores da responsabilidade social global como retratado em iniciativas internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas.

**Princípio 3|Método:** Criar estruturas de ensino, materiais, processos e ambientes que possibilitem experiências de aprendizagem eficazes para a liderança responsável.



**Princípio 4|Pesquisa:** Participar de pesquisas conceituais e empíricas para avanço da compreensão sobre o papel, dinâmica e impacto das corporações na criação de valor social, ambiental e econômico sustentável.

**Princípio 5|Parceria:** Interagir com os gestores das corporações de negócios para ampliar o conhecimento sobre seus desafios no cumprimento de responsabilidades sociais e ambientais e explorar abordagens conjuntamente eficazes para enfrentar esses desafios.

**Princípio 6|Diálogo:** Facilitar o diálogo e apoiar o debate entre educadores, estudantes, empresas, governos, consumidores, mídia, organizações da sociedade civil e outros grupos interessados sobre questões críticas relacionadas à responsabilidade social global e sustentabilidade.



**POR QUE ADERIR AO PRME?**

- Os seis princípios do PRME objetivam fornecer um panorama das Nações Unidas, com o apoio das Instituições de Ensino Superior (IES), para incorporar a sustentabilidade corporativa no currículo, na pesquisa e em práticas do campus;
- Signatários do PRME ganham reconhecimento por seu esforço ao se comprometerem com valores das Nações Unidas, apoiados e aceitos internacionalmente;
- Signatários do PRME têm acesso a comunidades dinâmicas de aprendizagem local e global e a projetos e eventos que abordam os complexos desafios enfrentados pelas empresas e pela sociedade no século 21;
- Agregar mais valor aos produtos da organização;
- Melhorar a reputação institucional;
- Atrair melhores parcerias e oportunidades de negócio;
- Assegurar a competitividade e sobrevivência a longo prazo;
- Ter acesso à rede internacional, eventos, pesquisas e estudos sobre o tema;
- Ter relacionamento com uma rede global de instituições que possuem experiências e informações valiosas para serem trocadas.

04

## COMO COMEÇAR?

Embora cada instituição acadêmica vá encontrar a sua própria abordagem para a implementação do PRME, aqui está uma lista de fatores que podem contribuir para o sucesso da sua instituição:

- O compromisso da alta gestão da Instituição com a implementação do PRME é um fator crucial para o progresso;
- Identificar líderes entre o corpo docente, administradores de alto escalão, estudantes e/ou partes interessadas externas (por exemplo, doadores financeiros) interessados na implementação do PRME, pode ajudar nas etapas iniciais de adoção;
- Planejar e construir as plataformas operacionais de prestação de contas e sistemas de informação para colocar os princípios em prática;
- Integrar e alinhar os esforços de toda a organização e principais processos de tomada de decisão, por meio da formação de um sistema *multistakeholder*, uma equipe multidisciplinar, incluindo os administradores, professores e alunos (ou seja, as operações da organização, currículo, pesquisa, etc.);
- Anualmente, avaliar e compartilhar o seu progresso com todas as partes interessadas.

## COMO SE INSCREVER?

As instituições acadêmicas que são reconhecidas publicamente (reconhecimento legal/governamental), Organizações de Suporte e Universidades Corporativas, cuja empresa a que está vinculada seja signatária ao Pacto Global da ONU, devem:

1. Enviar uma carta de intenções, assinada pelo mais alto executivo da organização, juntamente com um pequeno questionário (online) e a logomarca da instituição à Secretaria PRME (PRMESecretariat@unprme.org/ com cópia para gabriella.pita@isaebrasil.com.br e rebecca.giese@isaebrasil.com.br);
2. Adicionalmente, enviar a carta ao seguinte endereço (opcional):  
  
PRME Steering Committee  
Jonas Haertle, Head, PRME Secretariat  
Foundation for the Global Compact  
801 2nd Avenue, 2nd Floor  
New York, New York 10017
3. Preencher o formulário online: <http://www.unprme.org/how-to-participate/how-to-sign-up.php>



4. Inserir os princípios do movimento PRME nas operações da instituição, currículo e pesquisa;
5. Comprometer-se a apresentar, regularmente, relatórios sobre os progressos à ONU e aos *stakeholders*;
6. Defender publicamente os valores do PRME;
7. Os signatários do PRME são convidados a participar de formas variadas, propagando a iniciativa, a fim de maximizar os benefícios de sua participação.

## DEVERES DE UM SIGNATÁRIO DO PRME

Após tornar-se signatário do PRME, a instituição de ensino deve organizar-se para que os valores pautados por essa plataforma façam parte das operações da organização em seus currículos e pesquisas. Esses valores também devem servir de base para ações da instituição. O signatário deverá produzir também um relatório comunicando o seu progresso na aplicação dos princípios, o qual é chamado de *Sharing Information on Progress* (SIP).

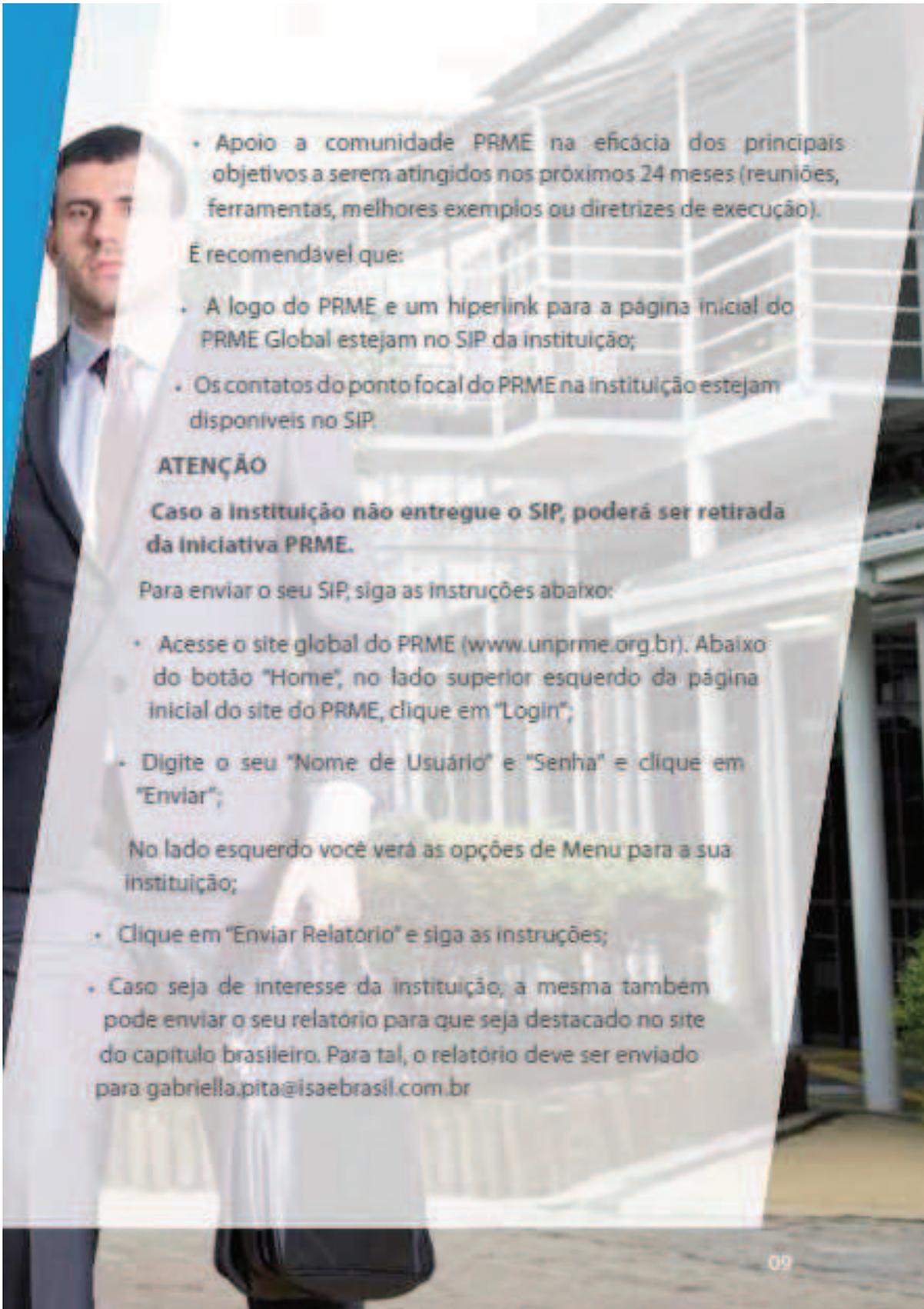
Além disso, deve reportar-se anualmente aos *stakeholders* sobre os progressos da instituição, propagar publicamente os valores do PRME e engajar-se para maximizar os benefícios de sua participação, por meio de ingresso em grupos como: capítulos do PRME Regionais, Encontros Regionais e ou participar de atividades futuras programadas pelo PRME, bem como apoiar a operação global por meio de uma taxa nominal de serviço anual (a taxa de contribuição ao PRME não é obrigatória).

## PASSO A PASSO SIP

O *Sharing Information on Progress* – SIP é um documento periódico com relatos das ações realizadas pelas instituições signatárias do PRME. Os SIPs são publicados na versão anual ou bienal, no idioma decidido pela instituição e submetidos em versão online no site do PRME (preferencialmente em pdf).

O SIPs deverão conter os seguintes elementos:

- Renovação do compromisso com o PRME, assinado pelo mais alto executivo da organização;
- Principais ações relacionadas a um ou mais princípios durante os últimos 12 ou 24 meses (desde a assinatura do PRME ou desde a última publicação do SIP);
- Os principais objetivos para o próximo período de 24 meses, em relação à implementação dos princípios;



- Apoio a comunidade PRME na eficácia dos principais objetivos a serem atingidos nos próximos 24 meses (reuniões, ferramentas, melhores exemplos ou diretrizes de execução).

É recomendável que:

- A logo do PRME e um hiperlink para a página inicial do PRME Global estejam no SIP da instituição;
- Os contatos do ponto focal do PRME na instituição estejam disponíveis no SIP.

**ATENÇÃO**

**Caso a Instituição não entregue o SIP, poderá ser retirada da Iniciativa PRME.**

Para enviar o seu SIP, siga as instruções abaixo:

- Acesse o site global do PRME ([www.unprme.org.br](http://www.unprme.org.br)). Abaixo do botão "Home", no lado superior esquerdo da página inicial do site do PRME, clique em "Login";
- Digite o seu "Nome de Usuário" e "Senha" e clique em "Enviar";

No lado esquerdo você verá as opções de Menu para a sua instituição;

- Clique em "Enviar Relatório" e siga as instruções;
- Caso seja de interesse da instituição, a mesma também pode enviar o seu relatório para que seja destacado no site do capítulo brasileiro. Para tal, o relatório deve ser enviado para [gabriella.pita@isaebrazil.com.br](mailto:gabriella.pita@isaebrazil.com.br)

09



## PRME Chapter Brazil

### PRME Chapter Brazil Secretariat

Instituto Superior de  
Administração e Economia (ISAE)  
Norman de Paula Arruda Filho

Fundação Dom Cabral (FDC)  
Ricardo Siqueira Campos

### BOARD

Business School São Paulo (BSP)  
Armando Dal Colletto

Serviço Social da Indústria (SESI/PR)  
José Antonio Fares

Escola Superior de Propaganda e  
Marketing (ESPM)  
Richard R. Lucht

EQUIPE DE APOIO  
Ana Carolina Benelli;  
Gabriella Pita  
Líria Rodrigues

## CRÉDITOS

### SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARANÁ

### INK MODELS N' ARTS

Direção de Arte  
Fotografia: Mel Gabardo  
Produção de moda: Annie Cantarini  
Produção executiva: Victor Rodder

Modelos  
Ângela Donato dos Santos  
Ismahyn Carvalho (Ink Models n' Arts)  
Lucas Benelli  
Natalie Fronczak (Ink Models n' Arts)  
Ricardo Vogel (Ink Models n' Arts)

